



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

-----ACTA NÚMERO TRINTA E DOIS / DOIS MIL-----

-----Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil nesta Vila de Oeiras e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Moraes, estando presentes os Senhores Vereadores Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, Engenheiro José Arménio Lopes Neno, Emanuel Silva Martins, Doutor Arnaldo António Pereira, Doutor José David Gomes Justino, Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo e ainda presente embora entrada no decurso da reunião Doutora Maria Manuela Augusto.-----

-----Faltaram os Senhores Vereadores Luís Filipe Martins Pires e Doutor Jorge Manuel Bicó da Costa, tendo a Câmara considerado justificadas as respectivas faltas.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----Às dezassete horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 - APROVAÇÃO DE ACTAS: -----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação as actas números vinte e sete, vinte e oito e trinta, de dois mil, de vinte e um e vinte e dois de Novembro e treze de Dezembro, previamente distribuídas pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação por unanimidade dos presentes, sem prejuízo de possíveis futuros pedidos da alteração aos respectivos textos. -----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

3 - DESPACHOS: -----

-----A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso

de competências delegadas.-----

4 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

----- Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de oitocentos e noventa e dois milhões oitocentos e setenta e nove mil duzentos e trinta e oito escudos, tendo o Senhor Presidente informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real negativo de um milhão quatrocentos e setenta e sete mil trezentos e quatro contos. ----

5 - PAGAMENTOS: -----

----- Pagamentos autorizados anteriormente:-----

----- A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam as autorizações números dezassete mil trezentos e cinquenta e seis a dezassete mil novecentos e cinquenta no valor global de um bilião oitenta milhões quatrocentos e noventa e nove mil seiscentos e setenta e sete escudos.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

6 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- I - O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

----- Número trezentos e cinquenta e nove, remetendo cópia da deliberação sobre: “Desafectação do Domínio Público e integração no Domínio Privado de uma Parcela de Terreno Destinada à Construção do Parque de Estacionamento Subterrâneo de Veículos Automóveis em Miraflores, junto ao Arquiparque”: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número cento e setenta e sete, da reunião da Câmara Municipal, realizada em treze de Setembro último e deliberou por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Partido Social Democrata, treze do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária e dois do Partido Popular, aprovar a desafectação do domínio público, com vista à integração no domínio privado municipal, de uma parcela de terreno, situada em Miraflores, com a área de mil novecentos e setenta e oito vírgula oitenta e dois metros quadrados que confronta a Norte com a Câmara Municipal de Oeiras, a Sul com a Alameda Fernão Lopes e a Nascente e Poente com o domínio público e à qual se atribuiu o valor de três milhões novecentos e cinquenta e oito mil escudos e que será anexada à parcela do terreno municipal com a área de mil trezentos e cinquenta e dois metros quadrados que se encontra descrita sob a ficha número quatro mil duzentos e quinze da freguesia de Carnaxide e inscrita na matriz sob o artigo mil novecentos e setenta e cinco da freguesia de Algés, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade aprovar em minuta esta parte da acta”.-----

----- Número trezentos e sessenta, remetendo cópia da deliberação sobre: “Aquisição de Fracção no Taguspark”:-----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número setenta e dois, da reunião da Câmara Municipal, realizada em onze de Outubro findo e deliberou por unanimidade com trinta e um votos a favor, sendo treze do Partido Social Democrata, onze do Partido Socialista, cinco da Coligação Democrática Unitária e dois do Partido Popular, aprovar a aquisição da fracção designada por “Três A” do piso três, do Edifício Ciência Dois, no Parque de Ciência e Tecnologia, com a área total de seiscentos e dezanove vírgula oito metros quadrados, incluindo uma área comum de oitenta e um vírgula oito metros quadrados, e a que corresponde onze lugares de estacionamento, pelo preço de duzentos e um milhões e quarenta e quatro mil escudos, a que acresce IVA de trinta e quatro milhões cento e setenta e sete mil e quatrocentos escudos, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- Número trezentos e sessenta e um, remetendo cópia da deliberação sobre: “Registo quinze mil novecentos e quinze, de dois mil – Comissão Liquidatária da CIEBA – Cooperativa dos Empregados do Banco de Angola – Proposta para Aquisição pela Câmara de Terrenos Sitos no Alto de Algés, de que a requerente é Proprietária”:-----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número trinta e um, da reunião da Câmara Municipal, realizada em onze de Outubro findo e deliberou por unanimidade com trinta e dois votos a favor, sendo catorze do Partido Social Democrata, onze do Partido Socialista, cinco da Coligação Democrática Unitária e dois do Partido Popular, aprovar a proposta para a aquisição pela Câmara de terrenos sítos no Alto de Algés, (unidade nove do Plano de Pormenor do Alto de Algés) mediante indemnização de cinquenta e cinco milhões duzentos e trinta e cinco mil e quinhentos escudos, à Comissão Liquidatária da CIEBA – Cooperativa dos Empregados do Banco de Angola, nomeada pelo



Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- Número trezentos e sessenta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre: “Registo vinte e cinco mil duzentos e oitenta, de dois mil – Parque de Exposições da Quinta da Fonte – Oeiras”: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número cento e noventa e quatro, da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e sete de Setembro último e deliberou por unanimidade com trinta e oito votos a favor, sendo catorze do Partido Social Democrata, doze do Partido Socialista, cinco da Coligação Democrática Unitária e dois do Partido Popular, aprovar a aquisição, no regime de empreitada de concepção, construção e reinstalação das estruturas modelares, pelo montante global de seiscentos e trinta e sete milhões seiscentos e setenta e oito mil escudos (acrescidos de IVA à taxa legal), para o Parque de Exposições da Quinta da Fonte – Oeiras, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- Número trezentos e sessenta e três, remetendo cópia da deliberação sobre: “Revisão Orçamental e Plano de Actividades”: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número cento e noventa e três, da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e sete de Setembro último e deliberou por unanimidade com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Partido Social Democrata, onze do Partido Socialista, cinco da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Popular, aprovar a proposta de Revisão Orçamental e

Plano de Actividades para aquisição de um pavilhão no Parque das Nações cujo valor previsto é de cerca de seiscentos milhões de escudos, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”

Número trezentos e sessenta e oito, remetendo cópia da deliberação sobre: “Aumento da B.S.E. nos seres Humanos”:

“Moção

Atendendo a que, ultimamente, se tem verificado um aumento da B.S.E. nos seres humanos, na Europa e no nosso País.

Atendendo a que a informação sobre esta matéria tem sido insuficiente, pouco rigorosa e contraditória provocando confusão e preocupação nos cidadãos.

Atendendo, ainda, a que estamos, provavelmente, perante um problema de saúde pública a que o Ministério da Saúde teima em não prestar esclarecimentos que tranquilizem os portugueses.

A CDU propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras, na sua reunião de vinte e sete de Novembro de dois mil delibere:

Um – Solicitar, com carácter de urgência, ao Governo – Ministério da Saúde um esclarecimento rigoroso sobre esta situação.

Dois – Recomendar à C.M.O. a contratação de serviços de Nutricionistas e outros técnicos que fiscalizem os alimentos dos refeitórios da responsabilidade municipal, nomeadamente nas Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância, alargando ainda esta medida a Instituições Sociais com sede no Concelho.

Três – Dar conhecimento desta medida ao Ministério da Educação exigindo que sejam adoptadas medidas às recomendadas no ponto dois. Nos estabelecimentos de Ensino da



sua responsabilidade.

Votação: Aprovada por maioria com os votos a favor do PSD e da CDU e as abstenções do PS e do PP".

Número trezentos e noventa e um, remetendo cópia da deliberação sobre: "Plano de Actividades da Câmara Municipal de Oeiras para o Ano Dois mil e um"

"A Assembleia Municipal de Oeiras apreciou o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Oeiras para o ano dois mil e um, aprovado em suas reuniões extraordinárias realizadas em catorze e vinte e um de Novembro findo e deliberou, por maioria com dezoito votos a favor do Partido Social Democrata, cinco votos contra da Coligação Democrática Unitária e onze abstenções sendo nove do Partido Socialista e duas do Partido Popular, aprovar na generalidade o referido Plano de Actividades"

Mais foi deliberado, por unanimidade de votos, aprovar em minuta esta parte da acta."

Número trezentos e noventa e dois, remetendo cópia da deliberação sobre: "Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras para o Ano dois mil e um"

"A Assembleia Municipal de Oeiras apreciou o Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras para o ano dois mil e um, aprovado em suas reuniões extraordinárias realizadas em catorze e vinte e um de Novembro findo e deliberou, por maioria com dezoito votos a favor do Partido Social Democrata, e catorze abstenções sendo nove do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e duas do Partido Popular, aprovar na generalidade o referido Orçamento."

Mais foi deliberado, por unanimidade de votos, aprovar em minuta esta parte da acta."

Número trezentos e noventa e três, remetendo cópia da deliberação sobre: "Plano de Actividades dos SMAS de Oeiras e Amadora para o ano de dois mil e um":

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras apreciou o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora para o ano dois mil e um, aprovado na sua reunião ordinária realizada em vinte e dois de Novembro findo e deliberou por maioria com dezassete votos a favor, sendo dezasseis do Partido Social Democrata e um do Partido Popular e onze abstenções, sendo oito do Partido Socialista e três da Coligação Democrática Unitária aprovar o referido Plano de Actividades.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade de votos, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- Número trezentos e noventa e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre: “Orçamento dos SMAS de Oeiras e Amadora para o ano de dois mil e um”:-----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras apreciou o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora para o ano dois mil e um, aprovado na sua reunião ordinária realizada em vinte e dois de Novembro findo e deliberou por maioria com dezassete votos a favor sendo dezasseis do Partido Social Democrata e um do Partido Popular e onze abstenções, sendo oito do Partido Socialista e três da Coligação Democrática Unitária aprovar o referido Orçamento.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade de votos, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- II - Após tomar conhecimento dos assuntos a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, dar-lhes execução. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

7 – ASSUNTOS DO C.A. DOS SMAS: -----

----- A Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SMAS realizada no passado dia vinte e sete de Dezembro, os quais são: -----

----- “Foi presente a acta da reunião anterior -----

----- Informações: -----

----- Balancete de Movimento de Tesouraria à data.-----

----- Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas.-----

----- Tomada de Conhecimento: -----

----- Pedido de Aposentação requerido pelo funcionário António Augusto de Sousa.-----

----- Fornecimento de Compressor Hidráulico – Adjudicação, por Ajuste Directo, à empresa Jofremac, Limitada, pelo valor de um milhão setecentos e sessenta e quatro mil seiscentos e oitenta escudos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Empreitada de Instalação, Reabilitação, Ampliação e Desvios das Redes de Saneamento em Oeiras. Trabalhos na rede de saneamento a executar na Rua Costa Pinto, Travessa Conde de Alcáçovas e Travessa da Ermida, na Freguesia de Paço de Arcos – Adjudicação, por ajuste directo, à empresa Mateus Vicente e Seabra Nascimento, Limitada, pelo valor de dois milhões cento e trinta e dois mil cento e setenta e quatro escudos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Primeiras renovações dos contratos de trabalho a termo certo com Rui Simões Cotrim e Bruno Miguel Balsas Nobre Vicente para desempenharem funções equivalentes às de Leitores Cobradores na Direcção Comercial e Administrativa, por um novo período de doze meses. -----

----- Renovação do contrato de trabalho a termo certo com Bruno Sérgio Santiago Maia de Veneza Nobre para desempenhar funções equivalentes às de Assistente Administrativo na Direcção Comercial e Administrativa, por um período de seis meses.-----

----- Propostas de Ratificação: -----

----- Aquisição de Equipamentos da Rede Ethernet – Foi ratificada a adjudicação à empresa Tetmei, por ajuste directo, pelo valor de doze milhões setecentos e noventa e nove mil quatrocentos e dez escudos, acrescido de IVA, com dispensa de celebração de contrato escrito --

----- Aquisição de equipamentos da Rede SNA – Foi ratificada a Adjudicação à empresa Tetmei, por consulta prévia, pelo valor de três milhões duzentos e noventa e seis mil escudos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Fornecimento de um Sistema de Análise em Contínuo – Foi ratificada a adjudicação à empresa Tecnilab Portugal, pelo valor de quatro milhões e quinhentos mil escudos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Fornecimento de equipamento destinado à determinação de Carbono Orgânico Total - Foi ratificada a adjudicação à empresa Tecnilab Portugal, pelo valor de cinco milhões setecentos e setenta e cinco mil escudos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Empreitada de Substituição das Redes de Abastecimento de Água no Casal de São Brás, no concelho da Amadora (quarta fase) – Foi ratificada a proposta de trabalhos a mais no valor de cinco milhões oitocentos e treze mil cento e cinquenta e três escudos, mais IVA, com a empresa Elesa – Empresa Lisbonense de Empreitadas, Sociedade Anónima, que corresponde a cerca de vinte e quatro vírgula seis por cento do valor adjudicado, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Prestação de Serviços de Fiscalização da Empreitada de Construção das Novas Instalações dos SMAS de Oeiras e Amadora, na Brandoa - Foi ratificada a Adjudicação do



Concurso Limitado à empresa Eteclda, Limitada, pelo valor de onze milhões seiscentos e sessenta e sete mil quatrocentos e quarenta e três escudos, acrescido de IVA, com dispensa de celebração de contrato escrito. -----

----- Empreitada de Execução dos Espaços Exteriores do Reservatório de Barcarena – Foi ratificada a proposta de trabalhos a mais no valor de dois milhões sessenta e nove mil seiscentos e vinte e cinco escudos, mais IVA, com a empresa HS – Habitação e Saneamento, Limitada, que corresponde a catorze vírgula zero dois por cento do valor adjudicado, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Propostas de Deliberação: -----

----- Foi aprovada por unanimidade a Oitava Alteração Orçamental - Demonstração de Resultados. -----

----- Empreitada de Substituição das Redes de Abastecimento de Água em Alforneiros – Foi aprovada por unanimidade a proposta de trabalhos a mais no valor de cinco milhões seiscentos e trinta mil e setecentos escudos, mais IVA, com a empresa António Filipe Teodósio, Limitada, que corresponde a cerca de vinte e três por cento do valor adjudicado, devendo proceder-se à celebração de contrato escrito.” -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

8 – INFORMAÇÕES – SR. PRESIDENTE: -----

----- O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara de uma informação relativa ao Programa das Escolas – Oficina, a qual a seguir se transcreve:-----

----- “Na continuidade da candidatura apresentada ao Centro de Emprego de Cascais ao Programa Escolas - Oficina (Curso de Criação de Instrumentos Musicais, Joalharia e Cerâmica), informa-se que foram aprovadas as três acções a iniciar no ano dois mil e um.-----

----- Os montantes aprovados para cada acção foram:-----

----- Bolsas de formação- nove milhões cento e oitenta e sete mil e duzentos escudos -----

----- Outros custos (subsídio de refeição) – um milhão oitocentos e oitenta e sete mil e seiscentos escudos -----

----- Encargos com formadores – sete milhões e cinquenta e seis mil escudos -----

----- Encargos com coordenador – cento e noventa e oito mil escudos-----

----- Co-financiamento de matérias primas – quatro milhões e trinta e dois mil escudos --

----- Amortização de equipamentos – trezentos e sessenta e dois mil oitocentos e oitenta escudos -----

----- Total – vinte e dois milhões setecentos e vinte e três mil seiscentos e oitenta escudos. -----

----- Sobre os valores referenciados, poderão vir a ocorrer acréscimos no caso de, face aos formandos que vierem a ser seleccionados, se verificar que há direito a despesas de subsídio de transporte e/ou acolhimento de crianças, conforme o previsto na legislação do programa. -----

----- O Centro de Emprego, encontra-se já em condições de proceder ao primeiro adiantamento relativo a cinquenta por cento do montante aprovado para as três rubricas. -----

----- Foram já enviadas ao Centro de Emprego certidões comprovativas da situação regularizada perante a Segurança Social e a fazenda Pública, bem como indicação do Número de

Identificação Bancária (NIB) através do qual serão efectuados os movimentos financeiros referentes à formação em causa.” -----

----- No dia catorze, esteve presente no Seminário da AMI com um painel subordinado ao Tema “Desenvolvimento ou Emigração em Massa: Ainda Haverá Escolha?”, em que foram oradores o Sub-Director do Jornal “Expresso” – Doutor Nicolau Santos, a Senhora Doutora Celeste Cardona – Deputada do CDS, a Senhora Doutora Iolanda Fortes e foi moderador o Senhor Professor Marcelo Rebelo de Sousa, Seminário esse onde proferiu a seguinte comunicação: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Fundação Assistência Médica Internacional,--

----- Minhas Senhoras, -----

----- Meus Senhores:-----

----- A todos quero saudar, nesta oportunidade, manifestando o quanto me é grato estar presente junto de vós neste acontecimento.-----

----- Quero ainda, manifestar o quanto me honra ter a possibilidade de, neste fórum, poder participar com a afirmação pública dos meus propósitos, enquanto autarca, no que se refere ao diálogo e colaboração activa com organizações não governamentais, como a AMI – Assistência Médica Internacional.-----

----- Fundada no recente ano de mil novecentos e oitenta e quatro, a AMI tem afirmado e acumulado um capital de experiência que fazem do seu tempo de história um período longo:-----

----- Longo, de situações de dificuldade que soube sempre enfrentar, de forma abnegada;-----

----- Longo, no conjunto de missões que conseguiu sempre realizar, de modo discreto;-----

----- Longo, pela sua disponibilidade constante para enfrentar novos desafios, numa energia constante, para todos nós exemplar.-----

----- Não podemos, por isso, deixar de evocar algumas das situações que nos sensibilizam e alertam para o imperativo moral de colaborar com a Assistência Médica Internacional, como o



sejam a primeira missão de assistência médica e cooperação para o desenvolvimento na Guiné-Bissau, onde mantém um hospital rural, em Angola, em Moçambique, o projecto de desenvolvimento integrado, na Índia, a ajuda médica aos refugiados curdos, no Irão, a sua acção na Bósnia, no Kosovo, no Azerbaijão, no Benim, no Equador, na Roménia, no México, com o apoio à iniciativa local dos índios Mazatecos, de San José, a promoção da reconstrução de um hospital em São Tomé e Príncipe, enfim, em tantos locais e tantas missões de que salientamos a de Timor, em que à AMI é atribuída a responsabilidade pelo incremento do Plano Distrital de Saúde de Ermera.

Mas verificamos que esta organização, reconhecida como Instituição de Utilidade Pública desde mil novecentos e oitenta e oito, não se limita às já vastas e diversas intervenções internacionais, pois que mais recentemente, junto de nós, vemos instituídos os vários centros da Operação Porta Amiga, em Lisboa, no Porto, em Coimbra, em Almada, em Cascais, ou ainda na cidade do Funchal, na Madeira.

Retemos, também com especial apreço, todo o trabalho desenvolvido em Cabo Verde, país com o qual desenvolvemos também colaboração particular e do qual abrigamos no nosso município muitos dos seus naturais, trabalhadores que começaram a residir no nosso concelho em núcleos de habitação degradada, na maior parte dos casos, e que hoje podem já dispor de melhores condições de residência.

De facto, os três objectivos principais desta Fundação mantêm-se vivos, não repousando nas rotinas burocráticas, que um cansaço de actividades fortes sempre poderia gerar:

Efectuar Missões

Poderá parecer um objectivo quase prosaico, mas encerra, em si, toda uma preocupação constante de actuação desinteressada, na procura de soluções para problemas sempre novos, que o mundo constantemente nos coloca, na sua sede de justiça e de paz.

Velar pelo seu Bom Desenvolvimento

----- Na verdade, a concretização de missões só por si não encerra toda uma filosofia, todo um espírito de busca constante das melhores formas de realizar os propósitos estabelecidos, se neles se não aplicar uma vigilância constante sobre o evoluir das condições que em cada dia se alteram, se transformam. -----

----- Adaptar permanentemente as Técnicas e Métodos de Intervenção às situações de Crise-----

----- Este objectivo identificado, recolhe todo um sentido de dinâmica e abertura à compreensão e equação dos novos problemas que se coloquem, podendo mesmo dizer-se ser exemplar de uma atitude verdadeiramente democrática, mesmo que fosse entendida por razões meramente técnicas.-----

----- O trabalho desenvolvido pela AMI, vem provando que as necessidades de desenvolvimento não conhecem fronteiras, como não conhece fronteiras também qualquer projecto de solidariedade activa. -----

----- Paulo Sexto, na já distante década de sessenta, afirmava na encíclica “Populorum Progressio” ser o desenvolvimento o novo nome da paz e essa afirmação foi por todos sentida, como uma nova forma de encararmos as raízes de grande parte dos problemas da guerra no mundo. -----

----- Desde então, muitos foram os conflitos, as guerras, a que o mundo inteiro assistiu, com todo o seu cortejo de mortes, de doença, de estropiados, de deslocados. -----

----- Mas também assistimos, cada vez mais, ao aumento do fosso de separação entre povos ricos e povos pobres, com a sua expressão mais sensível na dicotomia entre o Norte e o Sul. -----

----- Por isso, também, pudemos assistir aos grandes surtos migratórios de grandes massas populacionais, procurando melhores condições de vida, junto de países mais desenvolvidos, que os acolhem também por necessidade própria, de mão de obra mais desqualificada. -----



-----Mas novos problemas se colocam, na constante interacção de povos, de culturas, de etnias, obrigando-nos na nossa responsabilidade quotidiana, a buscar as formas mais adequadas de conjugação social, no respeito das identidades, na disciplina que a vivência colectiva sempre implica.-----

-----Pergunta-se, neste fórum, se ainda haverá escolha entre o desenvolvimento e as emigrações em massa, e a nossa resposta aproxima-se, sempre mais, da solução mais amarga.----

-----O final deste século, trouxe-nos a capacidade de nos aproximarmos sempre mais, na possibilidade de comunicarmos, na possibilidade de nos deslocarmos, conhecendo novas realidades, com as quais possamos mesmo interagir.-----

-----Nunca, como agora, o mundo se tornou tão pequeno aos nossos olhos, na escala da sua compreensão.-----

-----Mas nunca, como agora também, se comprehendeu tão bem a importância da ligação do ser humano aos sítios que lhe deram raízes, com a fragmentação em pequenas nacionalidades, como temos vindo a assistir.-----

-----Estranho mundo este, poderemos pensar, na sua dinâmica contraditória de relação entre os microcosmos e a interdependência globalizadora a que nos obriga !-----

-----O nosso modelo de desenvolvimento, assente na decisão da maior capacidade económica, revela, afinal, que será inevitável o recurso a movimentos migratórios sempre mais frequentes, deixando que as fronteiras tenham apenas uma função meramente administrativa, assumindo-se como verdadeiras aquelas que poderão passar no interior dos nossos países tradicionais, na realidade de um chamado quarto mundo.-----

-----A própria reduzida taxa de natalidade do nosso espaço europeu veio acentuar a necessidade de acolhimento daqueles que nos têm procurado, na busca de melhores oportunidades de emprego, de um mundo melhor, mesmo se marginal quanto aos nossos modelos habituais.-----

----- Não, meus amigos, não penso que possa haver outra escolha, na realidade das coisas, mesmo se fora do nosso pensamento ou dos nossos ideais de felicidade humana: teremos que viver e – melhor – saber conviver com este fenómeno, que nos obrigará a compreender e a prevenir novos problemas de marginalização social mais complexa. -----

----- E saber viver / conviver com tal fenómeno decorreu fundamentalmente das medidas/ definição de regras fundadas na necessidade de prevenção para novos problemas e não de qualquer incompatibilidade essencial entre desenvolvimento e emigração em massa. -----

----- De facto trata-se mais de processos interligados que se influenciam mutuamente e onde se associam, frequentemente, vantagens e desvantagens, quer se trate da região receptora, quer da região emissora. -----

----- Alguns estudos revelam que o desenvolvimento surge frequentemente associado a movimentos migratórios. -----

----- Se por um lado, a saída de excedentes de mão de obra que o próprio mercado não consegue absorver, ajuda a provocar algumas transformações nas regiões emissoras, na medida em que possibilita algumas melhorias das condições de vida dos que ficaram (dependendo, naturalmente dos locais de origem), nomeadamente no desagravamento das condições de pobreza (das famílias), especialmente no que se refere à entrada das remessas dos emigrantes; no entanto, estas remessas, normalmente não se traduzem em investimento significativo para a região, pois é aplicada em bens de consumo próprio. -----

----- Por outro, permite àqueles que saíram o acesso a outras oportunidades no mercado de trabalho, possibilitando muitas vezes a construção de um projecto de mobilidades (social ascendente - veja-se as condições de vida das regiões de onde partiram), podendo representar, inclusivé, um factor de equilíbrio da economia, contribuindo para o desagravamento dos consumos familiares, por exemplo. -----

----- Quanto às regiões receptoras (acolhedoras) conhecem um acréscimo dos seus



potenciais da população (sobretudo em épocas em que se registam quebras demográficas) fenómeno que não implica apenas consequências positivas. Trata-se de uma mão-de-obra flexível, ajustável às procura regionais e sectoriais do trabalho pouco qualificado ou, então, de mão de obra bastante qualificada e especializada, podendo-se tratar, inclusivé, de investidores estrangeiros (caso das multinacionais). -----

----- Poderemos, então, entender que a opção entre desenvolvimento ou emigração, ou entre desenvolvimento e movimentos migratórios, para se ser mais preciso, como suscita o tema, como uma falsa questão. -----

----- Perceber os factores que influenciaram os movimentos migratórios ajuda a esclarecer esta ideia. Quer se trate da influência das pressões demográficas, ou da sua coerência de motivos políticos, económicos ou até mesmo religiosos, os movimentos migratórios, considerando as entradas e as saídas, surgem frequentemente associados ao desenvolvimento de uma determinada região ou país, directa ou indirectamente (existirão algumas excepções) embora nem sempre a curto prazo. -----

----- Por forma a melhor explicitar esta questão, em seguida serão apresentados alguns exemplos nos modos em como se podem articular estes dois processos – desenvolvimento e movimentos migratórios. Veja-se o panorama internacional, a situação de algumas regiões da Europa Ocidental e o caso de Portugal, que apresenta uma interessante combinação entre movimentos migratórios e desenvolvimento. -----

----- Mais, a própria decisão da Comunidade Europeia quanto à livre circulação no Espaço Europeu dos cidadãos dos Estados-Membros mais ajuda à ideia de que existem vantagens nos movimentos migratórios. -----

----- Já o referi atrás, as migrações são actualmente um fenómeno global afectando praticamente quase todos os países, quer se trate de movimento de trabalhadores, refugiados, profissionais altamente qualificados ou comerciantes, ou outras formas de migração. -----

----- Muito embora as migrações tenham afectado quase todas as regiões do Mundo através da história, apenas nas décadas mais recentes se pode afirmar que as correntes internacionais se tornaram verdadeiramente globais.-----

----- Com o avanço das comunicações modernas, a expansão da economia global e a intensificação das disparidades económicas e demográficas regionais e internacionais, todos os continentes foram, uns mais, outros menos, afectados por este fenómeno.-----

----- Mais, as últimas duas décadas assistiram a uma notável expansão e diversificação em correntes transcontinentais, tais como de África e das Caraíbas para a Europa, da Ásia para o Norte da América e para o Médio Oriente. Muita desta migração é devida, sobretudo a pressões económicas e políticas. -----

----- Nas décadas de cinquenta e setenta, o modelo migratório intercontinental Europeu foi dominado por migrações laborais de trabalhadores pouco ou nada qualificados, originários de países da Bacia Mediterrânea e de Portugal, em direcção a países do Norte e Centro da Europa. A expansão económica desses países e o sucesso económico neste período devem muito a alguns milhões de indivíduos recrutados na Europa do Sul, que constituíram em larga medida a mão-de-obra das actividades dominantes (indústria de bens de equipamentos, e de bens de consumo em massa, construção civil e obras públicas, certos segmentos de serviços). A implementação deste sistema de “trabalhadores convidados” dotou os países mais desenvolvidos da Europa de uma mão de obra flexível, ajustável às procura de trabalho pouco qualificado. -

----- Acrescente-se, ainda, o processo de transição demográfico que ocorreu nas décadas de sessenta e oitenta e que se traduziu num envelhecimento progressivo da população e numa redução dos níveis de fecundidade. -----

----- Face à rapidez deste progresso económico os países industrializados da Europa deparam-se com problemas de escassez de mão-de-obra, que recorreram a trabalhadores provenientes das regiões economicamente mais atrasadas. Portugal foi um dos países que mais



participaram nas correntes migratórias.-----

-----A emigração portuguesa aumenta, assim, na década de sessenta, atingindo um pico no período de mil novecentos e sessenta e quatro/setenta e três. Este movimento foi considerado de consequências bastante positivas, segundo alguns “permitiu reduzir drasticamente o sub-emprego e contribuiu para aumentar a produtividade da população activa que permaneceu no País ... e provocou o aumento mais rápido dos salários ... os recursos dos emigrantes foram um factor decisivo no equilíbrio do balanço de pagamentos, estimularam a procura interna e dinamizaram a expansão das actividades produtivas.” -----

-----Portugal transformou-se profundamente na década de oitenta, promovendo uma significativa alteração nos seus sistemas produtivos, desenvolvendo-se o sector dos serviços e o uso de novas tecnologias. Os auxílios comunitários, concedidos através dos diferentes fundos, têm contribuído para este processo de modernização da economia. -----

-----Estes vectores de transformação deram origem a uma polarização da procura de activos estrangeiros. Por um lado, existe um contingente significativo de profissionais com qualificação elevada (estrangeiros, sobretudo europeus) que se associa ao processo de internacionalização do capital e da abertura ao exterior (multinacionais).-----

-----Por outro lado, verifica-se, também, um crescimento de imigrantes laborais com origem em países do terceiro mundo, com níveis de qualificação reduzidos, respondendo a exigências do mercado de emprego dos Países do Sul, que implicam maior flexibilização de mão de obra nos segmentos menos valorizados do mercado de emprego.-----

-----Tendência recente dos movimentos migratórios revelam que, não obstante Portugal ser entendido tradicionalmente como País de emigração, actualmente depara-se com a situação de ser o local de destino de muitos imigrantes, oriundos da Europa, da América do Sul (Brasil) e dos PALOPS com tendência para aumentar. Todavia os estudos conhecidos dizem-nos que em Portugal o número de emigrantes legais ainda excede o de residentes estrangeiros com a situação

regularizada em Portugal. -----

----- Em mil novecentos e noventa e um o número de estrangeiros com a situação regularizada em Portugal representava cerca de um vírgula dois por cento para a população total nacional. -- -----

----- Estimativas de mil novecentos e noventa e sete apontam para: -----

----- - um vírgula oito por cento da população total nacional -----

----- - quatro vírgula cinco por cento da população da A.M.L.-----

----- - sete vírgula cinco por cento da população de Oeiras (em cento e cinquenta e nove mil habitantes, dados disponíveis na C.M.O. apontam para cerca de duas mil e setecentas famílias de população imigrante no Concelho). -----

----- Para terminar e retomando ao início da minha intervenção, o problema não está na incompatibilidade entre “desenvolvimento ou emigração em massa: Ainda haverá escolha ?” mas antes na capacidade de os Países receptores e emissores em resolverem os problemas de tal fenómeno decorrentes, quer sejam os de natureza económico-financeira, quer sejam os de natureza social e sobretudo estes. -----

----- É que existem, naturalmente, custos sociais associados aos movimentos migratórios.

----- No caso da emigração, por exemplo, podem ser considerados os efeitos da saída dos trabalhadores, especialmente quando se trata de população activa, ou de população com elevado nível de qualificação profissional, podendo assim afectar os níveis de produção global de um País. -----

----- Mas é particularmente nos efeitos dos movimentos de imigração dos anos oitenta e noventa que as Autarquias Locais da A.M.L. se têm vindo a ressentir, principalmente nos aspectos relacionados com a integração. -----

----- Palco de profundas mudanças (alteração do padrão de crescimento, relocalização de actividades económicas oriundas do terciário qualificado) o Concelho de Oeiras depara-se com



alguns dos efeitos menos positivos inerentes à própria mudança: -----

----- O movimento desordenado dos anos sessenta, setenta e parte de oitenta, o grande afluxo de emigrantes (que vem trabalhar no sector de obras públicas então a decorrer na capital) a consequente proliferação de construção clandestina e de barracas com a formação de guetos e novas situações de exclusão. -----

----- A grande incidência de imigrantes e seus descendentes originários do PALOPS que vêm ocupar os sectores mais desqualificados do mercado de trabalho, o baixo nível de formação da primeira geração e o elevado nível de insucesso escolar dos descendentes, reflectem-se na dinâmica do Município, traduzem-se em problemas e desequilíbrios que o afectam constituindo desde há muito, motivo de preocupação de técnicos e políticos. -----

----- Confrontado com a insuficiência de recursos e com a necessidade de intervir, o Município vê-se obrigado a difíceis e numerosos processos de ponderação. -----

----- Perante a emergência de actuação sobre complexas realidades, Oeiras, desenvolveu um “Programa Estratégico Municipal”, articulando um conjunto de projectos sectoriais em torno de uma política social dirigida para os grupos mais desfavorecidos e de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do Concelho, concretizando assim alguma orientação do que designámos “Plano Oeiras Vinte e Um”. -----

----- Trata-se de entender, numa perspectiva integrada e multidimensional, os problemas de exclusão social e das acções conducentes à sua recuperação, combinando os programas de habitação a custos controlados, com sistemas de incentivo ao emprego e à criação de micro-empresas, da promoção de equipamento visando a qualificação dos espaços potencialmente marginais às acções de formação profissional e pessoal. -----

----- Como autarca, num município integrante da Área Metropolitana de Lisboa, sinto que a projecção das nossas preocupações está hoje mais além que a das relativas às necessidades de realojamento, que desde há quase quinze anos tenho vindo a abraçar, de modo empenhado.-----

----- Mas posso testemunhar-vos, hoje, que ao longo deste tempo, fomos conhecendo novos problemas práticos, numa realidade que os nossos processos de realojamento, das famílias que habitavam em núcleos degradados do concelho, nos vieram mostrar. -----

----- Ainda nos falta eliminar um número de cerca de trezentas barracas, no todo do concelho de Oeiras, número que poderemos considerar praticamente residual, se tivermos em conta que grande parte dele se referirá a casos de indivíduos isolados, ou a casos dispersos no nosso território, como ainda a agregados que habitem em situações de arrendamento privado, de saneamento mais complexo. -----

----- Estamos atingindo uma meta simbólica – “fim do século; fim das barracas” – mas iniciámos uma dinâmica imparável, que nos impõe a responsabilidade de um acompanhamento, constante, das populações que fomos abrigando ao longo do tempo. -----

----- Porque não bastará alojar as famílias em novas condições de residência. -----

----- Uma população de realojados de cerca de catorze mil pessoas, implicará sempre o aparecimento de conflitos, mesmo tendo-se em atenção que os nossos núcleos são dispersos e de baixa volumetria de ocupação. -----

----- Existem problemas diversos de desenquadramento que urge resolver, no seio das famílias, no que respeita à saúde, às necessidades de criação de oportunidades de emprego, de formação diversa, o que nos tem levado desde há muito, a colaborar com as mais diversas entidades ou instituições, como escolas, centros de saúde, de segurança social, paróquias, associações culturais e desportivas, empresas de transporte urbano, etc. -----

----- Tudo isto implica, ainda, a construção de espaços de equipamento, que possam receber todas as actividades que, para cada uma das áreas referidas, queremos ver realizadas, o que significa a afectação de recursos de investimento consideráveis, que nem sempre terão suporte de financiamento comparticipado. -----

----- Hoje, as nossas preocupações dominantes apontam, portanto, mais além do que a



simples meta do realojamento, buscando a possibilidade de criação de melhores condições de vida nos nossos bairros, lutando contra focos de marginalidade e de vandalismo, procurando o incremento de iniciativas próprias, junto das populações residentes, de modo a que ganhem a independência de serem os sujeitos e agentes das dinâmicas de estabilidade social. -----

-----Continuaremos, todavia, a manter e a desenvolver acções de saneamento habitacional, junto dos núcleos antigos, em que a degradação de condições físicas não se manifestava tão expressiva como as dos núcleos de barracas, como ainda a dar abrigo a casais jovens que queremos ver fixados no nosso concelho. -----

-----Continuaremos, também, a dar resposta, de modo mais impressivo, às carências de habitação daqueles que habitando em alojamentos fisicamente normais, o fazem em situações de sobreocupação, gerando novos desequilíbrios sociais. -----

-----Continuamos, ainda, a desenvolver e a apoiar todas a acções destinadas ao enquadramento de uma camada cada vez maior de idosos, património de valor inestimável, que tem sido remetido para a situação de marginal, num sistema de valores em que se distingue apenas o transitório, o fogo-fátuo das aparências de prosperidade. -----

-----Mas começamos, por outro lado, a esboçar a perspectiva de enquadramento dos novos emigrantes que, lentamente, nos vão chegando de todas as partes, com maior incidência dos países do leste europeu, com culturas e modos de enraizamento muito diferentes daqueles a que estávamos habituados. -----

-----Novos desafios, novas responsabilidades, somos levados a enfrentar, mantendo-nos atentos a todos os sinais de evolução do mundo que nos rodeia, e no qual se cruza uma complexa rede de fronteiras, que uma leitura tradicional levaria a sobrepor apenas às fronteiras dos mapas das nossas escolas de criança.-----

-----Minhas senhoras, -----

-----Meus senhores:-----

----- A solidariedade, assume hoje um desiderato que ultrapassa o plano, sempre notável, do altruísmo. -----

----- Num mundo semeado de conflitos desagregadores, a solidariedade reconhece-se como um instrumento incontornável, sob o ponto de vista técnico até, podendo mesmo afirmar-se da sua importância como factor estratégico. -----

----- A Fundação AMI – Assistência Médica Internacional, tem sabido demonstrar-nos, de modo inquestionável, isto que aqui afirmo agora. -----

----- Com todo um conjunto de missões espalhadas pelo mundo inteiro, a AMI expõe-nos, afinal, que as fronteiras não passam de frágeis barreiras, quando confrontadas com os profundos problemas que a todos afectam. -----

----- Ela tem-nos levado a compreender que a solidariedade será um cimento agregador, gerador de sinergias, que contribuirão sempre mais para que o mundo em que vivemos seja melhor. -----

----- Mas isso impõe-nos a responsabilidade de desenvolvermos cada vez mais a nossa capacidade de conhecermos a realidade das coisas, de melhor analisarmos e equacionarmos os problemas que, mais tarde ou mais cedo teremos que resolver. -----

----- Teremos que resolver, em acções de maior colaboração e partilha, com a contribuição dos vários saberes, das diferentes experiências, das diversas sensibilidades. -----

----- Quero, mais uma vez, aqui agradecer à Fundação AMI - Assistência Médica Internacional, na pessoa do seu incansável fundador e Presidente, Senhor Doutor Fernando Nobre, o privilégio que me foi concedido de aqui poder participar, com o contributo das minhas reflexões e das minhas experiências. -----

----- Mas retenho, sobretudo, a oportunidade deste espaço de encontro de ideias, em que se permite esperar a possibilidade de colaborações práticas diversas, no apoio àqueles que se apresentem desprovidos de meios de desenvolvimento autónomo, das suas capacidades, da sua



individualidade, àqueles a quem as condições de fragilidade só poderão desencadear processos de doença.- -----

----- A todos, muito obrigado.” -----

----- Seguidamente, deu conhecimento de uma carta de uma munícipe, - Maria Alves Nunes Vidal - a qual é do seguinte teor: -----

----- “Até ao dia de me aposentar Oeiras não passada, para mim, do local onde eu vinha dormir. Toda a minha vida era passada no concelho onde trabalhava. -----

----- Após esse dia, comecei por me informar junto dos Serviços Camarários das actividades que a Câmara Municipal de Oeiras põe à disposição dos seus munícipes, seniores e a usufruir desses benefícios. -----

----- Porque me sinto bem a viver em Oeiras, entendo ser meu dever exprimir essa satisfação e agradecer à Câmara na pessoa do seu presidente – Doutor Isaltino de Morais, tudo aquilo que tenho auferido pelo facto de ser munícipe deste concelho.” -----

----- Prosseguindo, deu também conhecimento de uma carta de homenagem à funcionária da CMO - Dona Luísa Natália, da munícipe – Maria Helena Anjos Duarte Pereira, a qual é do seguinte teor: -----

----- “Com muitos cumprimentos, permito-me enviar a Vossa Excelência um exemplar da homenagem que hoje fizemos à Dona Luísa Natália - no cessar das funções desta competente funcionária da Edilidade que Vossa Excelência superiormente dirige há tantos anos, e cujo desenvolvimento é deveras notável e imparável. -----

----- Agradecida pelo apoio aos Serviços da Real Idade, apresento a Vossa Excelência, Senhor Presidente Isaltino, os protestos da nossa maior consideração.” -----

----- Deu também conhecimento das actividades em que participou, as quais foram: -----

----- “Data / Dia da semana / Hora / Designação: -----

----- Quatro de Dezembro de dois mil / Segunda-feira / treze horas / Almoço na Fábrica

da Pólvora de Barcarena com ex-trabalhadores da Fábrica; -----
----- Seis, sete e doze de Dezembro de dois mil / ... / ... / Visita a Escolas com Vereadora Doutora Teresa Zambujo, para distribuição de ofertas de Natal às crianças;-----
----- Seis de Dezembro de dois mil / Quarta-feira / dezoito horas / Apresentação do Concelho à SIC, na Cervejaria Lusitânia, em Carnaxide;-----
----- Vinte e uma horas e trinta minutos / Homenagem ao Professor Noronha Feio, no Auditório Eunice Munõz; -----
----- Doze de Dezembro de dois mil / Terça-feira / catorze horas e trinta minutos / Sessão de abertura das Comemorações do Septuagésimo Aniversário da Universidade Técnica de Lisboa, no Tagus Park; -----
----- Dezoito horas / Sessão Solene Comemorativa do Trigésimo Nono Aniversário do CCD, no Salão Polivalente do CCD; -----
----- Treze de Dezembro de dois mil / Quarta-feira / ... / reunião do Comité das Regiões, em Bruxelas; -----
----- Catorze de Dezembro de dois mil / Quinta-feira / Quinze horas / Participação no Seminário da AMI sobre “Diplomacia Democrática versus Geopolítica do Século Vinte e Um” com intervenção do Presidente da CMO no painel “Desenvolvimento ou emigrações em massa: ainda haverá escolha ?”;-----
----- Quinze de Dezembro de dois mil / Sexta-feira / dez horas e trinta minutos / Inauguração de residenciais do lar da Conferência Nossa Senhora das Graças, em Queijas;-----
----- Quinze de Dezembro de dois mil / Sexta-feira / Onze horas / Inauguração das novas instalações do Infantário “O Chorão” e Centro de Dia, na Ribeira da Lage;-----
----- Dezasseis de Dezembro de dois mil / Sábado / treze horas / Bombeiros Voluntários do Dafundo / Entrega de viaturas;-----
----- Dezasseis de Dezembro de dois mil / Sábado / Quinze horas / Inauguração das



instalações destinadas à Banda do CCD, no Bairro do Pombal;-----

----- Dezasseis de Dezembro de dois mil / Sábado / Dezasseis horas / Inauguração do Bairro da Terrugem;-----

----- Dezassete de Dezembro de dois mil / Domingo / quinze horas e trinta minutos / Festa de Natal dos filhos de funcionários CMO, SMAS, PSP, GNR, e Bombeiros Voluntários, na Escola Militar Electromecânica de Paço de Arcos;-----

----- Vinte e um de Dezembro de dois mil / Quinta-feira / onze horas e trinta minutos / Inauguração da Fonte da Rotunda da Solbi, em Linda-a-Velha; -----

----- Vinte e três de Dezembro de dois mil / Sábado / ... / Distribuição de Cabazes de Natal a pensionistas moradores em Bairros Sociais.”-----

----- Seguidamente deu conhecimento de duas cartas da munícipe Senhora Dona Maria Adelina de Mello, referentes à iluminação pública na Rua Antero de Quental e ruas adjacentes, as quais são do seguinte teor: -----

----- “O ano dois mil é normalmente referido como ano de grandes avanços tecnológicos, onde palavras como a Internet, tele-trabalho ou alimentos alterados geneticamente, serão conhecidos e acessíveis a toda a gente. No entanto reparo que na Rua Antero de Quental, em Linda-a-Velha, ainda não existe uma invenção quase do século passado: Iluminação. -----

----- Quando falaram da remodelação da rede de iluminação pública em Linda-a-Velha, sempre pensei que a rua onde moro, fosse contemplada com tão necessária melhoria. Mas a verdade, é que tudo, ainda está na mesma. Ou seja Escuro.-----

----- E muito diga-se. É que inclusivé os amigos do alheio, infelizmente cada vez mais frequentes na zona, têm aproveitado tão preciosa camuflagem e cada vez mais tenho receio de sair à rua nestas condições, onde já houve alguns assaltos. -----

----- Tendo a rua bastante comércio e serviços importantes, como a Farmácia e os Correios, é urgente resolver esta situação que a todos nos prejudica.”-----

----- “Há algum tempo escrevi-lhe a lamentar o facto de na Rua Antero de Quental, onde moro em Linda-a-Velha, e demais artérias adjacentes, a iluminação pública ser muito deficiente, favorecendo deste modo os amigos do alheio e tornando inseguro para os habitantes da zona chegar ou sair à noite.-----

----- Como é do seu conhecimento, recentemente foram instalados novos candeeiros, com lâmpadas modernas, melhorando em muito a quantidade e qualidade da iluminação pública desta área. -----

----- É certo que, apesar de saber que não fizeram estas obras, só por causa da carta que enviei, também é verdade que julgo poder ter contribuído, ainda que modestamente, para a realização das mesmas. Ora se na altura soube escrever a reclamar, julgo ser agora, justo que escreva a felicitá-los, pela efectiva melhoria da qualidade de vida dos vossos municípios.” -----

----- Deu conhecimento do ofício enviado pelo Senhor Comandante Vitor Leal, da Associação dos Bombeiros Voluntários Progresso Barcarenense, o qual a seguir se transcreve: --

----- “Porque entendo ser oportuno, junto envio a vossa Excelência cópia do ofício dirigido nesta data ao Senhor Vereador Luís Pires, por afirmações por ele proferidas em reunião de Câmara realizada em doze de Julho de dois mil: -----

----- “Ao tomar conhecimento das afirmações proferidas por vossa Excelência, em reunião de Câmara Ordinária, realizada em doze de Julho de dois mil, as quais considero infelizes, revelando um desconhecimento do que efectivamente é a acção desenvolvida pelas Associações de Bombeiros do Concelho de Oeiras, tomo a liberdade de o esclarecer.-----

----- Quando vossa Excelência afirma que os Bombeiros fogem às suas obrigações, deveria explicitar quais, ou então, de certo está a confundir o que efectivamente são Obrigações Sociais e Humanitárias das Associações de Bombeiros, para as que são obrigações de empresas privadas de transporte de doentes, que são meramente comerciais e as quais nada tem a ver com valores de Solidariedade Social e Humanitária-----



-----É com desalento que vejo um autarca questionar os subsídios atribuídos às Associações de Bombeiros do seu Concelho, facto que demonstra bem o desconhecimento pelos serviços que prestamos em prol dos Municípios.-----

-----Quando Vossa Excelência, na referida reunião questiona o apoio prestado pelos Corpos de Bombeiros às populações mais carenciadas, estará certeza a pensar como empresário e não como autarca que por estranho que pareça da oposição, o que seria lógico em vez de opositor ser defensor.”-----

-----Deu também conhecimento de uma lista referente a situações apresentadas em reuniões de Câmara públicas relativas a municíipes residentes no Bairro do Pombal e Moinho das Rolas, a qual é do seguinte teor: -----

-----“Bairro do Pombal-----

-----Palmira Augusta Alves – Rua António Macedo: -----

-----Não existe nenhum morador registado com este nome, mas sim Regina Maria Alves, residente na Rua António Macedo, número um, primeiro direito, sendo a representante de família a Senhora Dona Rosa Antónia Andrade. -----

-----Este agregado é constituído pela representante de família de sessenta e sete anos, reformada, um filho e dois netos com trinta e três, vinte e doze anos respectivamente. -----

-----No decorrer da actualização anual de rendas este agregado apresenta um rendimento bruto mensal de trinta e quatro mil escudos, tendo sido aplicado ao Senhor António Cruz, filho da representante de família, um rendimento presumido, equivalente ao Salário Mínimo Nacional, uma vez que o mesmo se declara desempregado desde mil novecentos e noventa e seis. -----

-----A renda mensal deste agregado passou de dois mil seiscentos e dez escudos para três mil trezentos e cinquenta escudos. -----

-----Fátima Figueiredo Rodrigues Cardoso – Rua Sousa Tavares, número um, rés-do-chão esquerdo: -----

----- Agregado familiar composto por casal, tendo sido reajustados para fogo T Um, em Maio de mil novecentos e noventa e nove, na sequência da integração do companheiro da Senhora Dona Fátima, que havia sido realojada em mil novecentos e noventa e três em fogo T Zero.-----

----- A arrendatária declara-se desempregada desde mil novecentos e noventa e oito, sendo no momento beneficiária do Rendimento Mínimo Garantido em cerca de vinte e cinco mil escudos.-----

----- Este agregado apresenta um rendimento bruto mensal no valor de cento e trinta e quatro mil setecentos e catorze escudos e foi-lhe imputada uma renda legal no valor de vinte e dois mil setecentos e cinquenta escudos (valor da renda em mil novecentos e noventa e nove igual a dezassete mil e vinte escudos). -----

----- A arrendatária foi já informada em diversas situações de atendimento no Departamento de Habitação de que a sua renda se encontra correctamente calculada. -----

----- - João Fortes Sena Reis – Rua Vasco da Gama Fernandes, quatro-B: -----

----- O arrendatário, com trinta e quatro anos, e residente em fogo T Zero, comunicou ao Departamento de Habitação a sua situação de desemprego em Janeiro de dois mil, tendo a sua renda assumido o valor de dois mil trezentos e quarenta escudos a partir de Fevereiro de dois mil. -----

----- Até à data não efectuou a entrega de documentos actualizados para que se procedesse ao calculo da sua renda social, por esse motivo foi-lhe aplicada uma renda técnica no valor de vinte e quatro mil setecentos e cinquenta escudos. -----

----- Maria Madalena Varela Semedo – Rua Vasco da Gama Fernandes, número cinco, terceiro direito: -----

----- A arrendatária foi realojada em Novembro de mil novecentos e noventa e um, em fogo T Um, no Bairro do Pombal, tendo sido reajustada para fogo T Dois, onde reside desde



Novembro de mil novecentos e noventa e oito. É beneficiária do Rendimento Mínimo Garantido e tem calculada uma renda social mensal no valor de dois mil novecentos e sessenta escudos. -----

----- Formalizou já o seu pedido de transferência para um fogo em rês-do-chão, em Maio de dois mil, tendo sido informada através de ofício número trinta e seis mil quinhentos e dois, de três de Agosto, de que deveria aguardar disponibilidade de fogos T Dois, sitos em rês-do-chão. É semanalmente informada em situação de atendimento no Departamento de Habitação de que não existem fogos disponíveis nas condições pretendidas.-----

----- Moinho das Rolas -----

----- Jorge Renato Semedo Varela – Rua Oliveira Martins, número quarenta, segundo-A:

----- Representante de Família – Fortunato Pires Varela -----

----- Agregado familiar composto por sete elementos registados (casal mais cinco filhos), coabitando quatro netos não integrados.-----

----- Uma filha encontra-se em parte incerta, não tendo sido contabilizada com dependente.-----

----- Dos seis elementos registados, três exercem uma actividade profissional e um é beneficiário do Rendimento Mínimo Garantido.-----

----- O rendimento bruto apurado é no valor de trezentos e cinquenta e dois mil novecentos e seis escudos, tendo sido considerado apenas um dependente.-----

----- Valor de renda fixado – cinquenta e um mil duzentos e vinte escudos -----

----- Capitação – cinquenta mil quatrocentos e quinze escudos.” -----

----- No uso da palavra, o **Senhor Vereador David Justino** informou a Câmara que estas informações prestadas pelo Senhor Presidente estão um pouco desactualizadas, mas o Departamento de Habitação vai tentar perante as situações que não são aqui esclarecidas por falta de elementos ou por falta de informação, que possa ser feita de imediato essa informação e distribui-la a todos os Senhores Vereadores para tomarem conhecimento, porque obviamente,

por parte da Câmara depois não há conhecimento sobre qual é o seguimento que se dá a estes casos, razão pela qual, o Departamento de Habitação vai tentar fazer isso, mas um outra ideia que teve e que também era uma boa solução é a seguinte: muitas vezes lembra-se de algumas situações, mas não se lembra de todas como é natural, até porque há informações contraditórias, entre o que está no processo e o que as pessoas dizem nas reuniões públicas, razão pela qual, não há nada melhor do que tentar, pelo menos nos casos de habitação, que as inscrições do público fossem feitas até às dezassete horas, pois isso permitiria que entre as dezassete e as dezassete horas e trinta minutos, fossem seleccionados os processos e levados até si nas reuniões públicas, para que, face às queixas dos municíipes, pudesse ser dada uma resposta mais adequada, ao que o **Senhor Presidente** retorquiu que o problema é que as pessoas vão chegando, a não ser que se tivesse o mesmo tipo de procedimento que existe na Câmara Municipal de Cascais, ou seja, só podem falar as pessoas que se inscrevam com quarenta e oito horas de antecedência, mas mesmo assim considera que é melhor para os municíipes o sistema implantado na CMO, ao que o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** no uso da palavra referiu que, de qualquer forma, esta ideia de dar uma informação actualizada e objectiva sobre os casos apresentados é bastante positiva, ao que o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, no uso da palavra, referiu que poderia manter-se o sistema, mas está-se a falar de trinta minutos e o que se está a pretender é de facto instruir as pessoas no melhor sentido, considerando que há vantagens, inclusivé para os municíipes, pois não se está a fazer uma comparação de quarenta e oito horas, visto que o que está em causa são trinta minutos, ao que o **Senhor Presidente** retorquiu que, depois das dezassete horas e trinta minutos não se pode obrigar os serviços a estarem em funções, de forma que o que se pode fazer é o seguinte, no início das reuniões o SAOM – Sector de Apoio aos Órgãos Municipais verifica pessoas que estão à espera e pergunta qual é o assunto que os municíipes vêm expor e se houver oportunidade faz-se um pedido de esclarecimento, mas se passar das dezassete horas e trinta minutos já não vale a pena. -----



-----Continuando, deu conhecimento que, há pouco tempo o Senhor Vereador Luís Pires suscitou dúvidas relativamente aos trabalhos a mais, de forma que, na sequência das dúvidas apresentadas foi solicitado um parecer ao Gabinete Jurídico parecer este que já lhe foi remetido e do qual enviou uma cópia ao Senhor Vereador Luís Pires, bem como ao restante Executivo Camarário e ao Departamento de Habitação para apreciarem os trabalhos ditos a mais, em conformidade com o respectivo parecer, de forma que, logo que haja mais informação dará conhecimento dela à Câmara, mas de qualquer das formas o principal é analisar este parecer, o qual, na sua opinião, está muito bem feito, pois interpreta correctamente a Lei sobre o que são os trabalhos a mais, estando inteiramente de acordo, de forma que agora é uma questão de subsumirem as situações de trabalhos a mais a este parecer e verificar se é assim ou não.-----

-----Deu conhecimento de seguida de uma informação do Gabinete Urban, referente aos Cursos de Cozinha e Pastelaria – Colocação de Formandos, a qual é do seguinte teor:-----

-----“O Curso de Formação Profissional em Cozinha e Pastelaria, que terminou em vinte e seis de Outubro passado, permitiu formar com aproveitamento doze formandos. -----

-----No final da acção todos eles colocaram à prova os seus conhecimentos, organizando um jantar recheado de iguarias que deliciaram os presentes, e no decurso do qual foram entregues os diplomas de conclusão do curso, pelo Senhor Vereador Doutor Tavares Salgado, Engenheiro Nuno Vasconcelos e Chefe Michel da Costa. -----

-----À prova dada de que a formação havia sido um sucesso, quer pelo número de formandos que concluíram a acção, como pelo domínio de conhecimento que revelaram, acresce o facto de todos, sem excepção, terem sido colocados no final do curso.-----

-----O Gabinete Urban, em articulação com a UNIVA, da Outurela / Portela, envidou todos os esforços no sentido de, a cada um dos doze formandos, ser dada uma oportunidade de estagiar num estabelecimento da área da restauração do concelho. Estes esforços foram bem sucedidos, coroando de êxito mais uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Oeiras. -

----- Face ao exposto, junta-se, para conhecimento do Senhor Presidente, o relatório apresentado pela UNIVA dando conta das colocações efectuadas e uma ementa do jantar elaborado e organizado pelos formandos do curso.-----

----- “Depois dos contactos havidos, entre esta Univa e a Gertal, na pessoa do Doutor José Henrique Santos do Departamento de Recursos Humanos daquela empresa, foram convocadas algumas das fomandas do Curso de Cozinha e Pastelaria, patrocinado pelo Gabinete Urban da C.M.O.. -----

----- Das jovens convocadas não compareceram a Maria Amélia, por se encontrar a trabalhar, a Vanda que vai iniciar em breve e a Sónia que, por estar grávida só quer trabalhar depois do parto; a Inês esteve presente embora vá começar um estágio na Portugália no dia quinze, depois de contactos havidos entre a Univa e a empresa Tutela, para onde foi também enviada a Soucratis, (pois os horários da Gertal não eram compatíveis com a sua vida familiar). A Ana Isabel compareceu, mas em Janeiro vai para França onde já tem trabalho num restaurante; a Rute não esteve presente, pois está a fazer um part-time no Jumbo. -----

----- Das jovens presentes a Catarina começa a trabalhar amanhã (dia catorze) no refeitório do Montepio Geral, em Alfragide; a Ariana e a Alexandra aguardam que sejam chamadas para o refeitório da Delphi (Cablesa), em Outurela.” -----

----- “Jantar de Encerramento do Curso de Cozinha e Pastelaria -----

----- Menu -----

----- - Fatias douradas de gambas e molho virgem -----

----- - Pastéis de bacalhau -----

----- - Ovos verdes -----

----- - Ovos mimosa -----

----- - Rissóis de camarão -----

----- - Creme de abóbora com mel -----



----- Bisque de camarão -----

----- Salada montanheira -----

----- Salada de bacalhau com laranja -----

----- Salada parmentier -----

----- Salada de chicória com bacon -----

----- Cachupa -----

----- Cozido à Portuguesa -----

----- Leite creme queimado -----

----- Arroz doce com frutas cristalizadas -----

----- Mousse de chocolate -----

----- Salada de frutas -----

----- Encharcada do convento de Santa Clara”.”-----

----- Deu conhecimento da intervenção por si proferida por ocasião do Primeiro Encontro das Colectividades do Concelho de Oeiras, o qual teve lugar no dia onze de Novembro, no Auditório do Tagus Park, a qual a seguir se transcreve:-----

----- “Cumprimento todos os presentes a este encontro do movimento associativo do concelho de Oeiras, designado como Encontro das Colectividades do Concelho de Oeiras.-----

----- E permitam-me que comece precisamente por chamar a atenção para um aspecto de natureza histórica. É que contrariamente ao que o folheto de promoção desta iniciativa indica, este não é o primeiro encontro das Colectividades do Concelho de Oeiras.-----

----- O primeiro Encontro das Colectividades Desportivas do Concelho de Oeiras realizou-se em três de Abril de mil novecentos e oitenta e dois, tendo como local as instalações da Associação Desportiva de Oeiras, no antigo Palácio do Egito e a ele presidiu na altura o responsável pela pasta do desporto no governo da Aliança Democrática, Doutor Vaz Serra de Moura. Esta correcção tem apenas como objectivo registar na memória do movimento

associativo do Concelho, aquilo que é a sua história, dado que esse é um elemento indispensável à sua identidade.

Este encontro é uma meritória iniciativa. Aproximar as colectividades, reforçar a ligação entre si e estreitar os laços de cooperação com as autoridades locais, são objectivos que por si sós, justificam e valorizam esta iniciativa.

Não quero sobre o conteúdo dos trabalhos emitir qualquer opinião. Estarei atento às suas conclusões. Pretendo contudo aproveitar esta oportunidade para expressar alguns pontos de vista quanto ao papel social das colectividades no desenvolvimento do Concelho. E fazê-lo, no mais estrito cumprimento, dos princípios de respeito pela autonomia do movimento associativo.

É conhecida a minha opinião quanto ao papel insubstituível das colectividades na dinamização da vida cultural e desportiva do Concelho. Da sua importante acção como elemento gerador de solidariedade e de reforço da identidade e coesão sociais. Como elemento regulador do equilíbrio da própria comunidade. E neste sentido a estrita obrigação que temos, em estabelecer laços de cooperação entre o que é acção política dos órgãos do município e as estruturas associativas do Concelho.

Creio que o grande desafio que temos pela frente é comum a ambos: responder às necessidades e expectativas dos munícipes, respeitando a vocação de cada uma das entidades.

E para o fazermos teremos de ser capazes de compreender e de interpretar o contexto social em que operamos. E perceber que os desafios com que somos confrontados neste final de século serão porventura de natureza distinta dos primórdios do movimento associativo.

Contrariamente à perspectiva catastrófica que permanentemente vê sinais de crise no movimento associativo, entendo que esses sinais são o reflexo das profundas transformações sociais operadas no último terço do século e que estabeleceram novas relações entre os cidadãos e os seus movimentos e organizações associativas. E que, por lógica do próprio desenvolvimento estas organizações acompanham de modo mais lento as transformações que entretanto a



sociedade ia sofrendo. O grande desafio está pois aí: ser capaz de colocar o movimento associativo no andamento da transformação da própria sociedade. E a uma sociedade que se moderniza não pode corresponder um movimento associativo que trava ou que não respeita essa modernização. Porque aí sim estaria condenado a desaparecer.

O movimento associativo do Concelho de Oeiras é um movimento estabilizado. Tomo como prova desta afirmação a circunstância de ser insignificante o número de colectividades que nos últimos anos encerraram sendo que é mais significativo o número das que entretanto foram criadas.

Esta estabilidade não significa naturalmente a ausência de problemas. E à cabeça de todos, não vale a pena escamoteá-lo, está o do financiamento. E quando falamos de financiamento falamos sobretudo de financiamento público.

Tenho perfeita consciência de que os recursos que transferimos para o movimento associativo estão aquém do que seria necessário face ao trabalho que realizam. Mas são os possíveis num Concelho onde as prioridades sociais nos colocaram nos últimos anos a questão de qualificação urbana, como o objectivo primeiro de todos dos nossos objectivos. A possibilidade de irradicação das barracas e luta contra a habitação degradada está em vias de ser vencida e com ela um objectivo cujo alcance social não carece de demonstração. É nosso entendimento que temos condições a partir de então, para garantir às políticas culturais e desportivas meios suplementares de apoio, de modo a qualificarmos no plano espiritual e corporal a vida dos nossos municípios.

Não pretendo aqui, enumerar o que tem sido, entretanto, a intervenção da Câmara Municipal, no apoio às colectividades desportivas do Concelho. Seria exaustivo, o que se por um lado é bom sinal por outro poderia criar algum enfado, tantas são as situações em que intervemos. Mas peço a todos quantos se encontram nesta sala, que recordem o que tem sido a nossa intervenção em matéria de apoio a sedes sociais, espaços e infra-estruturas desportivas até

à manutenção das próprias actividades desportivas.-----

----- Em relação ao futuro, quero aproveitar esta oportunidade por deixar algumas informações que me parecem importantes serem conhecidas. -----

----- Em primeiro lugar, as obras de construção já em estado avançado da Marina de Oeiras e do Passeio Marítimo que ligará no futuro, Oeiras a Algés pela orla marítima. Num Concelho de tão significativa tradição náutica esta é seguramente uma boa notícia. -----

----- Em segundo lugar, as obras de construção já iniciadas do Campo de Futebol do Parque dos Poetas, em Oeiras, com piso sintético, e que acolherá como clube residente a Associação Desportiva de Oeiras.-----

----- Em terceiro lugar o protocolo que assinámos com o Ministério da Educação para a construção de três novos pavilhões desportivos junto às Escolas Dois mais Três de Caxias e Secundárias de Paço de Arcos e Quinta do Marquês. -----

----- Em quarto lugar, a construção em Queluz de Baixo do maior complexo de ténis do País e que acolherá no futuro, a organização do Estoril Open .-----

----- Em quinto lugar, a construção na área fronteira ao Tagus Park, do Complexo de Golfe de Cabanas.-----

----- E em sexto lugar, e em primeira mão, a construção no Alto da Boa Viagem, de um Pavilhão Desportivo Multiusos com a lotação de três mil e quinhentos lugares que será na Área Metropolitana de Lisboa o melhor equipamento desportivo coberto se exceptuarmos o do Pavilhão Atlântico, na Parque Expo. Será uma estrutura de elevado nível e qualidade, que permitirá acolher, os mais significativos eventos desportivos nacionais e internacionais. -----

----- Creio pois, estarmos perante um conjunto de iniciativas, todas elas já em desenvolvimento, que a prazo breve, alterarão de modo decisivo a paisagem desportiva do Concelho, colocando à disposição da comunidade condições de prática desportiva de inquestionável qualidade. -----



-----São também projectos, que se assumem como desafios e estímulos ao trabalho do próprio movimento associativo do Concelho que estou certo, serão reconhecidos como tal, pedindo a todos, confiança, perseverança e querer, em transformarmos este nosso Concelho, numa terra onde dá gosto trabalhar e viver. -----

-----Felictito os organizadores deste evento pela oportunidade da iniciativa. Agradeço aos técnicos e funcionários da Divisão do Desporto a colaboração prestada à organização.-----

-----Felictito o Senhor Vereador Arnaldo Pereira pela forma diligente e interessada como coordenou e acompanhou a iniciativa.-----

-----Termino com os votos sinceros de bom trabalho.”-----

-----Prosseguindo deu conhecimento e fez passar pelos Senhores Vereadores, o relatório referente à sua visita aos Estados Unidos da América.-----

-----Seguidamente reportou-se aos acontecimentos ocorridos na última reunião extraordinária do dia vinte e um de Dezembro, apesar de alguns dos intervenientes não estarem presentes, pois na sequência desta teve conhecimento através dos jornais, da versão dada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista sobre o que aconteceu nesta reunião e foi com uma grande perplexidade que leu em diversos jornais que o Senhor Vereador Luís Pires se teria ausentado da reunião, e na sequência dele, também a Senhora Vereadora Maria Manuel Augusto e o Senhor Vereador Arnaldo Pereira, com o argumento de que o Senhor Vereador Luís Pires teria sido insultado pelo Senhor Presidente da Câmara, razão pela qual diz que esta demonstração terá que ser feita naturalmente por quem fez essa afirmação, pedindo ao SAOM para reproduzirem na íntegra as intervenções da referida reunião, na medida em que, em momento algum dirigiu qualquer insulto a quem quer que fosse, pois aquilo que efectivamente se passou foi que num determinado momento retirou a palavra ao Senhor Vereador Luís Pires, situação que este Senhor Vereador não aceitou e isto levou, naturalmente a uma certa exaltação em termos de linguagem e, fundamentalmente, em ternos de tom de voz, tendo acabado por dar

novamente a palavra ao Senhor Vereador Luís Pires e isto na sequência do Senhor Vereador dizer que não votava a proposta do Parque dos Poetas sem que fossem juntas fotografias das árvores que iriam constar no referido parque, devendo dizer que, quem referiu a necessidade das fotografias nem sequer foi o Senhor Vereador Luís Pires, pois esta até foi uma sugestão sua, tendo comunicado na altura que já tinha solicitado à Senhora Arquitecta Gisela que pedisse aos projectistas fotografias das plantas e das árvores, por um questão de ilustração das mesmas e de conhecimento, uma vez que estavam em latim e como tem um conhecimento significativo das árvores em português, manifestou a sua curiosidade em ver quais eram as espécies escolhidas, mas como é óbvio, não eram necessárias as fotografias das plantas para o momento em que estava a ser aprovado o projecto, até porque as plantas é a última coisa a fazer; nesta altura, e na sequência de ter retirado primeiro a palavra, de facto, o Senhor Vereador Luís Pires é que utilizou expressões como “ditador” e outras, dizendo que não estava ali a fazer nada, tendo-lhe retirado novamente a palavra e disse-lhe que lhe daria novamente a palavra se se restringisse aquilo que estava em causa, mas o Senhor Vereador Luís Pires considerou que não tinha condições para estar na reunião e que assim saía, de forma que retorquiu que o Senhor Vereador podia sair, obviamente já tinha saído na outra reunião e podia sair nesta também; portanto, não há uma única expressão que possa ser considerada como insulto ao Senhor Vereador Luís Pires, aliás a gravação existe para confirmar que não houve uma única expressão da sua parte que pudesse ser considerada insultuosa para quem quer que seja, mas naturalmente que as reuniões de Câmara têm que ser conduzidas, por vezes, com alguma firmeza, sendo indiscutível que todos falam em democracia e naturalmente que esta implica respeito mútuo, e desde logo tem que haver respeito pelo Presidente da Câmara, pois só assim o Senhor Vereador pode respeitar-se a si próprio, porque quem conduz as reuniões é o Presidente da Câmara e esta não é propriamente constituída por onze Vereadores, só não vê isto quem não quer, pois a Câmara Municipal é constituída por dez Vereadores e o Presidente da Câmara e este nem sequer é “primus inter-



pares”, e até podia ser, mas não é, pois a lei não consignou assim, portanto quem conduz a reunião é o Presidente da Câmara e por vezes é necessária firmeza na sua condução, e foi isto que fez, ou seja, procurar com firmeza conduzir a reunião e naturalmente, que terá havido exaltação em termos de tom, mas não passou disso e a gravação provará isto mesmo. -----

-----Prosseguindo, o Senhor Presidente referiu que, ainda em termos de Democracia, é claro que são todos eleitos, mas ninguém tem “capitis diminucio”, ou seja, são eleitos os ditos Vereadores da oposição e são re-eleitos os ditos da situação, quer dizer uns não são mais do que outros, pois todos são iguais nesta matéria e, portanto, não adianta alguém dizer “nós também somos eleitos”, pois eleitos são todos, agora há é regras a cumprir e tem que haver um mínimo de disciplina nas reuniões de Câmara, pensando que ao longo dos anos, designadamente, neste mandato, se há aspectos ou característica própria desta Câmara é que o Executivo chega a estar duas e três horas no período antes da ordem do dia e onde os Vereadores usam sucessivamente da palavra, só excepcionalmente é o próprio a dizer que os Vereadores têm um, dois, ou três minutos, nunca tendo havido problemas nesta matéria, pelo que não há nenhum Vereador que se possa queixar que a sua palavra foi sonegada, de forma que, não pode deixar de estranhar, sobretudo, ter visto nos jornais, que um Vereador saiu porque foi insultado pelo Presidente da CMO, pois isto de facto está por provar e para tal servirá a acta. -----

-----Continuando, reportou-se ainda à referida reunião, pois pelas informações que lhe foram prestadas a seguir, soube que terá havido alguns equívocos, designadamente, que se pretendia fazer a votação das propostas nesta reunião, pois esta era nem mais nem menos do que qualquer outra reunião que tivesse sido feita anteriormente, razão pela qual todos sabem e também o diz frequentemente, pelo menos quando uma proposta vai pela primeira vez à reunião de Câmara, basta que um Vereador diga que não está suficientemente esclarecido para que a proposta passe para a reunião seguinte, sendo óbvio que nunca se forçam votações, não conhecendo um único caso de uma proposta que tenha ida à Câmara e que um dos Vereadores

tenha pedido para passar para a reunião seguinte e que não tenha passado; agora é natural que numa segunda ou terceira reunião passe à votação, razão pela qual, também no caso da proposta do Parque dos Poetas, se tivesse havido alguma dúvida obviamente que não seria votada, mas mais, gostaria de dizer que ao longo do andamento da própria reunião apercebeu-se que existia algum mal-entendido, o qual ainda está para perceber, pois a referida reunião foi propositadamente uma reunião extraordinária, até porque não é hábito realizarem-se reuniões desta natureza, justamente para se poder abordar questões e obter esclarecimentos relativamente a projectos considerados importantes, e precisamente por isso, ao contrário do que acontece na generalidade dos casos, com projectos até de alguma importância, algumas até ultrapassam um milhão de contos por exemplo e não andam a ser feitas reuniões preparatórias, com exposições, etc., ou seja, os projectos vão à Câmara, são aprovados, pois o Executivo tem consciência do que se trata, mas dada a dimensão dos referidos projectos, quanto a si, fazia sentido haver uma reunião extraordinária em que as coisas fossem devidamente esclarecidas, de forma a todos os Vereadores se aperceberem da dimensão dos projectos e poderem estar mais dentro do assunto, e de tal forma o objectivo era o da exposição que, provavelmente, algumas das pessoas nem sequer se aperceberam que alguns daqueles projectos, nem proposta tinham, como por exemplo o SATU; portanto, se nem proposta tinha, é óbvio que não podia ser votado, pois o que se pretendia era, já que se ia fazer uma reunião sobre o Parque dos Poetas, aproveitava-se e fazia-se uma exposição sobre o SATU, o Fórum Oeiras e a Criação da Empresa Oeiras Viva, porque não deixa de ser um projecto interessante para o município e elevadouro, razão pela qual, o objectivo era discutir as diversas propostas que são, indiscutivelmente importantes para o município, mas não houve sequer a necessidade de se preparar a proposta de deliberação do SATU porque ainda estão a decorrer negociações relativamente aos estatutos da empresa e ao acordo parasocial. Logo não fazia sentido estar a submeter à votação uma proposta que não existia, de forma que, julga que não foi devidamente interpretado o objectivo da reunião; de todo o modo, considera



que não deixa de ser lamentável que os Vereadores abandonem uma reunião por razões que têm a ver com diferentes entendimentos, até sob a forma como a reunião é conduzida, mas enfim, as atitudes ficam com quem as pratica, de forma que, não deixará de ler atentamente a acta e os Senhores Vereadores terão oportunidade de ver quem é que insultou quem, pois de facto houve insultos e o insultado foi o Presidente da Câmara, que desde grosseirão, malcriado e ditador, de tudo isto foi apodado, portanto quem foi insultado foi o Presidente da Câmara e não foi a correr para os jornais, aliás não falou com jornal nenhum, limitando-se apenas a responder aos jornalistas que telefonaram a pedir esclarecimentos sobre esta situação e deu a sua versão dos acontecimentos, tendo havido apenas um jornal que publicou na íntegra aquilo que disse, que foi o jornal “Público” e que tem as versões de ambas as partes, mas de facto, foi o Presidente da Câmara que foi insultado, o que significa que, as pessoas por vezes ao evocarem a democracia perdem a razão, pois pela sua parte a única coisa que poderá ser apontada é o tom de voz que utilizou, mas pensa que não havia outra forma, uma vez que pretendia impedir o uso da palavra e não foi respeitado na sua decisão, até porque quanto a si, o correcto era a sua decisão ser respeitada, uma vez que as regras democráticas são mesmo assim, podendo o Senhor Vereador Luís Pires ter apresentado um protesto, o qual podia ter sido lavrado em acta, que de resto autorizou que fosse feito e que se traduziu na justificação porque é que se abandonava a reunião, portanto, era assim que as coisas deviam ter funcionado. De todo o modo, apesar de não ter podido estar presente em toda a reunião a parte da exposição alusiva ao Parque dos Poetas, pensa que foi suficientemente elucidativa, tendo contribuído para tal a presença do responsável pelo projecto o Senhor Arquitecto Caldeira Cabral e o Escultor Francisco Simões, pensando que foi uma reunião esclarecedora, que demonstrou bem a dimensão e a magnitude do que será o Parque dos Poetas, ou seja, um projecto mobilizador que deve mobilizar todos os presentes e que será indiscutivelmente um marco, quer do ponto de vista cultural, como lúdico e do lazer, quer para a Área Metropolitana de Lisboa, quer para o próprio País. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

9 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS: -----

----- O Senhor Vereador Emanuel Martins iniciou a sua intervenção congratulando-se com o projecto das escolas-oficina, sem querer com isto tentar ou dizer qualquer paternidade, pois considera que na política já não há nada por inventar, mas como foi um projecto que também foi apresentado aquando da última candidatura à Câmara, porque entenderam que do facto era uma solução a levar em linha de consideração, e o Senhor Presidente também assim o achou, de tal modo que colocou em prática este projecto e o que é importante aqui reter é que esta situação já estáposta em prática e bom seria que ela se multiplicasse.-----

----- No que diz respeito aos trabalhos a mais, de facto receberam a comunicação do Senhor Presidente, tendo o Senhor Vereador Luís Pires dado também conta da situação a si, a qual decorre de uma questão suscitada em reunião de Câmara, agradecendo desde já, pois teve a satisfação de verificar que o Senhor Presidente a considera exemplar pois ela dá razão a um conjunto de situações que foram suscitadas numa reunião do Executivo e que o próprio Vereador David Justino conversou com a bancada do PS, e do facto, o que importa é corrigir aquilo que está mal feito, sendo este, muitas vezes, o sentido das críticas.-----

----- No que diz respeito à carta enviada pelos bombeiros ao Senhor Vereador Luís Pires sobre um acontecimento que ficou lavrado em acta, gostaria de dizer que, curiosamente, não tendo sido uma reunião pública, os bombeiros conseguiram mandar esta carta mais cedo do que a tomada de conhecimento das afirmações do Senhor Vereador Luís Pires em acta, o que é curioso, no mínimo, pois não sabe se os bombeiros possuem alguma “escuta” na sala de reuniões, mas o importante é que sobre este assunto o Senhor Vereador Luís Pires teve a oportunidade de explicitar o seu ponto de vista, o qual, curiosamente, já foi corroborado pelo Senhor Presidente, embora às vezes, isto dos pontos de vista que são do interesse da Câmara, por vezes têm que se reconhecer que não são politicamente correctos, mas o que foi posto em reunião foi o



desenvolvimento e aquilo que os bombeiros disseram, não tem muito que ver sobre o pensamento que quer o Senhor Vereador Luís Pires, quer o resto do Executivo, a aquiescência do Senhor Presidente da Câmara e a manifestação de alguma compreensão e o seu acordo em relação a esta questão.

No que diz respeito aos acontecimentos da última reunião, na qual esteve presente metade do tempo, uma vez que teve que se ausentar para se deslocar para a Assembleia da República, ficou surpreso ao saber que a referida reunião não tivesse sido para aprovação e que para tal bastaria haver um Vereador que dissesse que não estava devidamente informado, estando as actas para servir de prova, apesar de considerar que é o menos importante para justificar quem é que insultou quem, até porque não quer puxar aqui por um conjunto de actas onde o Senhor Presidente chama ignorantes aos Vereadores, por esta ou por aquela razão, pois basta que esteja um pouco mais exaltado, ao que o **Senhor Presidente** no uso do palavra retorquiu que não foi este o caso, referindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que esta questão da educação passa também pelo facto de serem capazes de se ouvir uns aos outros, pois uns a falar e outros a interromper dá motivos para a falta de compreensão; mas de facto acontece algumas vezes e não vale a pena estar a citar e como o Senhor Presidente da Câmara não é “primos inter-pares” nunca nenhum Vereador, pelo menos do ser partido, em reuniões de grupo que o Senhor Presidente representa, sabe se isto aconteceu, mas o que é importante é que o Vereador do PS que estava na sala e que gerava quorum naquele momento, ou seja, a sua própria pessoa, teve o cuidado claramente de dizer ao Senhor Vice-Presidente, que era quem na altura conduzia a reunião, que estavam perante uma proposta para votação, sobre a qual não tinham informação suficiente e que achavam que era da mais elementar justiça, uma vez que se queriam associar a este projecto, porque entendem que este é um projecto grandioso para o concelho, tendo inclusivé dito na altura que não queria que amanhã, maldosamente, alguém diga que este é o parque de fulano, beltrano e cicrano, tendo citado o seu nome, tal como o do Senhor Presidente e o de outros

Vereadores, tendo o Senhor Vice-Presidente interpretado isto como se estivesse, de alguma forma, a “achincalhar” o projecto em relação às pessoas, quando era precisamente o contrário, pois o que estava a dizer era que, era importante que aquele projecto fosse um projecto da Câmara e que a todos fosse concedida a possibilidade de se inteirar dele em consciência, para amanhã, junto da opinião pública, todos poderam ser advogados de um projecto sobre o qual pensam também que é de uma dimensão para o concelho do qual se orgulha do ser Vereador da Câmara num momento em que um projecto destes possa ser aprovado, mas curiosamente, toda a pressão ali foi feita e começou uma onda de crescendo porque não se aprovava ali naquele momento, tendo na altura dito que, caso fosse necessário, reuniria com o restante Executivo nos outros dias todos a seguir, inclusivé, no fim-de-semana que era Natal, pois se o Senhor Presidente precisava que este projecto fosse aprovado estrategicamente no ano dois mil então tudo bem, mas queria associar-se a este projecto, bem como os Senhores Vereadores do Partido Socialista, compreendendo o que estava em causa, porque as notícias, e se o Senhor Presidente tomou conhecimento de algumas coisas das notícias pelos jornais, a bancada do PS também tomou conhecimento da referida reunião uma semana antes, mas doze dias antes leram na Internet que ia existir a tal grande reunião para resolver estes problemas do concelho, mas naquele momento, tudo aquilo que foi dito pelo PS e repetidamente, foi tudo feito com a maior das lisuras, com a maior educação, com a maior das compreensões, e explicando à Câmara e dizendo claramente que, o PS quer aprovar este projecto, mas recusou-se e disse isto, mesmo tendo que sair, se o forçassem a votar um projecto, com o qual não estava minimamente identificado, tal como não esteve outros, teria que sair da sala e não o votaria, pois não queria votar contra uma coisa que defende, porque não quer abster-se de uma votação que não faz sentido como Vereador desta Câmara e num projecto desta envergadura, assim como não quer votar a favor uma coisa que desconhecesse, tendo na ocasião citado um exemplo, ou seja, não acontecerá aquilo que aconteceu com o Plano de Actividades e Orçamento dos SMAS, que lhe



foi entregue numa reunião num dia à noite, o dia seguinte foi todo ocupado a dar audiências na Câmara, foi para uma reunião e teve que o votar e optou pela abstenção, tendo declarado em declaração de voto que não foi um voto de abstenção, mas sim um voto de ignorância, pois o Senhor Presidente e a Câmara não podem querer que os Vereadores votem apenas para se dizer que votaram todos por unanimidade, estão todos de acordo, independentemente, do conhecimento ou não que os Vereadores tenham do assunto. Por isso é indignificante para quem pede e indignificante para quem concede, e pela parte da bancada do PS foi dito que não concediam nunca mais, pois não faz sentido e não estão disponíveis para conceder, tendo isto sido repetido várias vezes, está lavrado em acta e foi reafirmado também pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira, por palavras diferentes, mas com os mesmos termos e com o mesmo objectivo, tido o Senhor Vereador Lopes Neno dito na sua intervenção na altura que, os Senhores Vereadores deviam estar aptos a votarem e a aprovar este projecto, pois o Senhor Vereador Lopes Neno estava apto para tal, tendo sido “quase” forçados a fazerem a votação, tendo voltado a reafirmar que, queria votar, mas o que pedia unicamente era votar em consciência e poder dizer que sabia o que estava a votar, até porque o Senhor Vice-Presidente estava perante a situação de poder não haver quorum, pois a simples circunstância de se retirar da sala dava origem a que terminasse a reunião, uma vez que tinha que estar na Assembleia da República às dezasseis horas e trinta minutos, assim como o seu colega da Assembleia da República e do PSD que não esteve presente na reunião porque também teve que estar na Assembleia da República, onde, pessoalmente chegou atrasado em relação àquilo que se tinha comprometido com o seu grupo parlamentar, justamente para que a reunião não terminasse por falta de quorum, tendo ficado à espera enquanto telefonava para o Senhor Vereador Luís Pires, até porque a reunião passou de quarta para quinta feira e como é natural, desarticula a vida, nomeadamente, daqueles que não têm a Câmara só como o seu modo de vida, tendo o Senhor Vereador Luís Pires comparecido na reunião mais tarde, e mesmo assim, porque considerava que este assunto devia ser um assunto

exemplar de transparência que a CMO devia ter, para que todos podessem estar em conjunto a votar favoravelmente, para gáudio de toda a Câmara e da população, atrasou a sua vida e foi telefonando quer para o seu grupo parlamentar na Assembleia da República, explicando toda esta situação, para que de facto, a reunião não terminasse, pois a intenção do PS, longe de terminar uma reunião, foi clara desde o princípio, ou seja, foi conhecer o projecto, tendo ficado explícito para todos os presentes naquela reunião que não era uma atitude derrotista, mas sim construtivista, sobre a qual o Senhor Vereador Arnaldo Pereira também expôs as mesmas ideias, mas o importante é que, tal como o Senhor Presidente referiu, naqueles vinte minutos, nomeadamente quando o Senhor Arquitecto Caldeira Cabral interviu, ficou a saber mais do Parque dos Poetas do que nestes meses todos de comunicação social, que é o órgão que de facto o tem informado sobre este assunto, pois, grossomodo, informações avulsas que vão passando aqui ou ali, ou até mesmo na Câmara, não configuram a informação que uma vereação tem que ter, independentemente disto, pois são valores da democracia, são valores de órgãos que estão formulados para determinado efeito e que são, necessariamente, valores da democracia e, quando saiu, saiu no pressuposto explicitado pelo Senhor Vice-Presidente que sim senhor, reuniriam na quarta-feira, para serem melhor informados e até para eventualmente, serem-lhes facultados elementos, tendo pedido à Senhora Arquitecta Gisela, compreendendo que o processo é bastante grande, que houvesse uma súmula do projecto para que todo o Executivo pudesse estar informado e fazer cada Vereador as perguntas pertinentes, com substância e importantes, que podessem suscitar dúvidas eventuais, tendo sido isto que disse ao seu colega Senhor Vereador Luís Pires, acrescentando que, tem pelo Senhor Presidente, bem como pelo seu colega de bancada o mesmo respeito e as alterações que nas discussões o Senhor Presidente possa ter dito, do ponto de vista político não lhe fazem perder o respeito intelectual e pessoal que lhe tem. -----
----- Julga e pode dizê-lo sem receio de ser desmentido, que é um respeito recíproco, o que não invalida que muitas vezes todos se possam exceder na discussão das coisas que julgam e



em que acreditam, mas também tem um grande respeito intelectual pelo Senhor Vereador Luís Pires, que é de facto uma pessoa que também tem valores que não são diferentes nem daqueles que referiu deste ponto de vista, nem daqueles que referiu ao Senhor Presidente, e por aquilo que o Senhor Vereador Luís Pires lhe contou e que se passou foi que estava a pedir uma informação ao Senhor Arquitecto Caldeira Cabral sobre o projecto, nomeadamente, sobre as árvores e que o Senhor Presidente lhe teria respondido: “mas o que é que o Senhor tem a ver com isso?” etc., tendo depois entrado em altercação e as coisas acabaram menos bem, confessando que, independentemente do ponto de vista pessoal, pois quem é para ser juiz?, ou quem é qualquer um dos presentes para sê-lo?, mas julga que, perante o sucedido, perde o concelho, perdem os munícipes e perde sobretudo, o conceito de democracia que todos trazem na boca com facilidade, mas que com alguma tolerância, deveriam conseguir dar-lhe mais corpo. -----

----- De todo o modo, o que é importante é que, têm o projecto do Parque dos Poetas, sobre o qual o PS continua a dizer o seguinte: continua a estar interessado na sua compreensão, na sua participação e, sobretudo, na sua aprovação, porque com esta ou aquela alteração lembra que, depois de terem passado à circunstância que já não era de votação, estavam ali os arquitectos para esclarecerem as dúvidas que fossem colocadas, pelo que, perguntou aos arquitectos presentes porque é que tinham mudado um conceito que tinha sido dado pelo Senhor Presidente quando apresentou o ante-projecto que deu origem ao projecto-base, que era aquela ideia de um espaço radical, em que a juventude se envolvesse, etc., e na circunstância foi-lhe explicado que os serviços teriam dito que não era aconselhável este tipo de equipamento naquele sítio, razão pela qual pede imensa desculpa, pois deve estar equivocado, mas tem um conceito dos eleitos que o leva a dizer o seguinte, ou seja, admite como boas todas as opiniões dos serviços, mas se de facto o legislador quisesse que fossem os serviços a decidir sobre aquilo que são os seus pareceres, não elegia Vereadores e não criava um corpo de Vereação. Razão pela qual quer saber quais são as informações dos serviços e sobre elas ter uma opinião antecipada

para poder votar, pois seduziu-o a forma entusiasmada como o Senhor Presidente apresentou na reunião essa solução e outras, pois ainda não se tinha dado conta de um outro conjunto de circunstâncias que agora vê reproduzidas na proposta, considerando que aquilo que se passou, passou-se de uma forma que não significa a Câmara, porque, independentemente do estatuto que cada um tem, são dois eleitos, que fazem parte do Orgão Câmara, um presidindo e o outro não, mas não são os únicos, pois estão todos associados ao mesmo e é uma situação que não é do Senhor Presidente ou do Senhor Vereador tal, é de todos, até porque, já não é a primeira vez que situações deste género se passam nas reuniões, tendo inclusivé já feito o mesmo, ou seja, queixar-se de algumas situações, o que é normal; de qualquer das formas, gostaria que fixasse para outro dia a discussão relativamente ao que o Senhor Presidente disse sobre os Vereadores da oposição serem todos iguais, pois é capaz de trazer a uma próxima reunião um conjunto de dados casuísticos, que importam pouco para a opinião pública se o são ou não, mas importa para os próximos perceberem porque é que às vezes algumas atitudes fazem a razão e têm razão de ser.-----

----- Relativamente à reunião, o sentido que ela teve e que depois passou a ter, ficou de algum modo perplexo, porque não tem a mais pequena dúvida que o que estava naquele momento em causa era que se aprovasse o projecto, pois a própria notícia da Internet e a que são na Lusa, erradamente, que levou necessariamente a que tivesse que ser desmentida, é que vão ser aprovados os projectos tal e tal, e esta situação é uma situação colocada de antecedente o que leva a parecer que é indiferente a opinião que as pessoas têm, até porque não se considera como Vereador da oposição, o seu grupo político não se considera da oposição também, pois aceitaram pelouros a convite do Senhor Presidente e de vontade própria, portanto não foi para fazerem oposição, mas sabe que há uma coisa que o Senhor Vereador Luís Pires disse e que gostaria aqui de reafirmar, ou seja, não vendem com esta aceitação a opinião que cada um tem, bem como, a dignidade de cada um, e isto o Senhor Presidente sabe-o desde a primeira hora, tem a certeza,



ficando agora todo o Executivo a saber e fica lavrado em acta, que na verdade sempre tiveram opiniões sobre as coisas, agem de acordo com aquilo que julgam correcto e justo, mas necessariamente não têm que estar de acordo sempre, portanto, se o Senhor Presidente entender que isto os torna não da equipa, mas sim da oposição, então está nas suas mãos colocá-los nessa situação e estão à vontade para a aceitar.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

10 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR TAVARES SALGADO: -----

----- O Senhor Vereador Tavares Salgado usou da palavra apenas para referir que, depois da proposta apresentada em reunião extraordinária, os Senhores Vereadores levantaram algumas questões em relação à sua apresentação, razão pela qual solicitou aos Senhores Vereadores que pedissem todos os esclarecimentos necessários aos técnicos que estavam presentes na referida reunião, e os Senhores Vereadores embrulham-se em questões que, basicamente, tinham a ver com a votação ou não, naquele momento, da proposta, e só depois de lhes dizer que gostaria que a proposta fosse aprovada, até porque o Parque dos Poetas já foi apresentado há três anos, já há um programa base aprovado por esta Câmara por unanimidade, razão pela qual disse na altura que, não conhece o projecto mas votaria de olhos fechados a proposta apresentada na referida reunião, pois não tem dúvidas nenhuma de que é um projecto bom para o concelho de Oeiras e todos os presentes iriam ficar para sempre ligados a este projecto; mas ao verificar a relutância dos Senhores Vereadores em querer votar a referida proposta disse que então não seria votada naquele dia e para os Senhores Vereadores colocarem a suas dúvidas, e foi na altura em que referiu que a proposta não seria votada, que os Senhores Vereadores se libertaram dos problemas de consciência que tinham e fizeram as perguntas aos técnicos que estavam presentes, até que chegou o momento em que o Senhor Vereador Emanuel Martins se retirou e chegou o Senhor Vereador Luís Pires, bem como o Senhor Presidente, e sobre o resto dos acontecimentos já todos têm conhecimento, portanto apenas quer sublinhar que manifestou realmente a vontade e o desejo de que a proposta do Parque dos Poetas fosse votada naquela altura, mas a partir do momento em que verificou que da parte dos Senhores Vereadores não havia disposição para este efeito, então disse que a proposta não seria votada e ficaria adiada para a próxima reunião, tendo os Senhores Vereadores colocado todas as dúvidas que tinham. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

11 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR LOPES NENO. -----

----- O Senhor Vereador Lopes Neno usou da palavra apenas para esclarecer um dos pontos abordados pelo Senhor Vereador Emanuel Martins na sua intervenção, ou seja, quando referiu que quase obrigou os seus colegas a votar apenas porque estava esclarecido sobre esta proposta, e não foi com esta intenção que falou, pois o que disse na altura foi que, pessoalmente, sentia-se esclarecido sobre a proposta, até porque não era a primeira vez que tal assunto ia ser discutido nas reuniões de Câmara, pois em Junho de noventa e nove foi aprovado um programa base e a proposta era a concretização desse mesmo programa-base, e que nessa altura, quer os Senhores Vereadores, quer ele próprio, introduziram algumas das opiniões que deveriam complementar este projecto; de qualquer das formas, aquilo que referiu sempre nas suas intervenções, é que aquela era a sua opinião pessoal e como é óbvio, respeitava a opinião dos Senhores Vereadores, portanto não tentou coagir ninguém a votar o que quer que fosse, tendo começado e acabado a sua intervenção a manifestar precisamente esta sua posição. -----

----- Por último, deu conhecimento dos despachos por si proferidos no âmbito da delegação de competências, as quais a seguir se transcrevem: -----

----- “Relação dos Despachos proferidos pelo Senhor Vereador Engenheiro José Arménio Lopes Neno no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número trinta e um, de noventa e nove, de cinco de Maio, e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos: -----

----- Despachos quinze de Dezembro de dois mil:-----

----- Autorizado o pagamento do Primeiro Auto de Medição de Trabalhos da empreitada “Departamento de Infra-Estruturas Municipais/Divisão de Administração Directa - cento e onze, de noventa e nove – Execução de sinalização vertical e horizontal na rotunda da Laje”, no valor de setecentos e noventa e quatro mil duzentos e vinte escudos mais IVA a cinco por cento, a



Fernando L. Gaspar -----

----- Autorizado o pagamento do primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada "Departamento de Administração Directa/Divisão de Administração Directa – setenta e cinco/noventa e nove – Fresagem da sinalização horizontal na envolvente à rotunda da Avenida Brasília, em Oeiras", no valor de duzentos e noventa e dois mil setecentos e doze escudos mais IVA a cinco por cento, a Fernando L. Gaspar;-----

----- Autorizada a adjudicação da elaboração do Projecto de Execução e Assistência Técnica do Forte do Areeiro, em Oeiras, à Arquitecta Isabel Maria Duarte C. Costa, pelo valor de novecentos e setenta e cinco mil escudos mais IVA a dezassete por cento;-----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada "Departamento de Infra-Estruturas Municipais/Divisão de Obras Municipais – quatrocentos e quarenta e oito, de dois mil – Construção de Ossários no Cemitério de Oeiras", por ajuste directo, à firma COPI – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada, pelo valor de quatro milhões quinhentos e cinquenta e dois mil trezentos e quarenta e sete escudos mais IVA a cinco por cento com prazo de execução de sessenta dias; -----

----- Despachos de dezoito de Dezembro, de dois mil: -----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada "Departamento de Infra-Estruturas Municipais/Divisão de Conservação e Administração Directa – quatrocentos e quarenta, de dois mil – Rampa para deficiente na Escola Básica Um – Paço de Arcos, Número Um", por ajuste directo, à firma CJG, Construções, Limitada, pelo valor de um milhão quinhentos e trinta e um mil e quinhentos escudos mais IVA a cinco por cento, com prazo de execução de quinze dias; ---

----- Autorizada a adjudicação da empreitada "Departamento de Infra-estruturas Municipais/Divisão de Conservação e Administração Directa – quatrocentos e quarenta e dois, de dois mil – Desmonte, movimentação e remontagem do Cruzeiro de Algés", por ajuste directo, à firma Monumenta, Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Limitada, pelo valor

de três milhões quatrocentos e cinquenta mil escudos mais IVA a cinco por cento, com prazo de execução de trinta dias;-----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “Departamento de Infra-Estruturas Municipais/Divisão de Conservação e Administração Directa – quatrocentos e trinta e três, de dois mil – Armários para a Escola Básica Um de Tercena”, por ajuste directo, à firma Nelconstrói, Limitada, pelo valor de seiscentos e cinquenta mil escudos mais IVA a cinco por cento, com prazo de execução de trinta dias;-----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “Departamento de Infra-Estruturas Municipais/Divisão de Conservação e Administração Directa – quatrocentos e quarenta e um, de dois mil – Execução de Muro de Suporte na Envoltente (Poente) do talude da CP, em Oeiras”, por ajuste directo, à empresa Tomás de Oliveira, Empreiteiros, Sociedade Anónima, pelo valor de quatro milhões setecentos e noventa e dois mil oitocentos e sessenta e quatro escudos mais IVA a cinco por cento com prazo de execução de trinta dias;-----

----- Autorizado o pagamento do primeiro Auto de Medição de Trabalhos da empreitada “Departamento de Infra-Estruturas Municipais/Divisão de Administração Directa – cento e noventa e seis, de noventa e nove – Fornecimento e colocação de bóias direcccionais na Fonte Luminosa e no troço da mesma com a Quinta da Fonte”, no valor de quarenta e três mil novecentos e cinquenta escudos mais IVA a cinco por cento à firma M. Iglésias, Limitada”. -----

----- Durante esta intervenção entrou na sala a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

12 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR DAVID JUSTINO:-----

----- O Senhor Vereador David Justino iniciou a sua intervenção reportando-se à intervenção do Senhor Presidente relativamente ao parecer jurídico sobre o problema dos trabalhos a mais, dizendo que foi entendido em relação a uma das propostas que suscitou problemas que, face às dúvidas existentes e face a diferentes e divergentes opiniões relativamente à classificação do tipo de trabalhos, que, em vez de submeter a proposta ao Tribunal de Contas, como tinha sido aprovado, sustar precisamente esse processo e, na próxima reunião de Câmara iria uma proposta de anulação da referida proposta de deliberação que foi aprovada, de forma que, ir-se-á ver junto com a empresa e com os juristas, quais são as melhores formas, precisamente, para se poder encontrar uma solução para o problema que está subjacente a esta questão.-----

----- Por último, gostaria de dar conhecimento que, no dia vinte e três, com a presença do Senhor Presidente, foi feita uma distribuição de cabazes de Natal por alguns dos habitantes mais carenciados dos bairros sociais da Câmara, tendo sido usado como critério precisamente os idosos que vivem de pensões mínimas, tendo este sido um acto simbólico que abrangeu cerca de duzentas e sessenta famílias, o qual foi bem recebido pelas pessoas, mas acima de tudo, apesar de não resolver o problema dessas famílias, dá um sinal de preocupação que a Câmara tem relativamente à situação que essas pessoas vivem, porque no fundo, ainda não foi encontrado na sociedade portuguesa as melhores formas de combater a pobreza, e muitas vezes é-se muito mais sensíveis a situações da reivindicação da pobreza, do que a pobreza real, achando que entre as pessoas idosas que não podem trabalhar, que vivem de uma pensão de miséria, sujeitas a situações de saúde relativamente graves, foi um acto, que pelo seu simbolismo, o tocou e o qual teve o maior prazer em desenvolver. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

13 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR JOSÉ EDUARDO COSTA:-----

----- O Senhor Vereador José Eduardo Costa iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara que, no âmbito da área da Protecção Civil, no dia vinte e um, mais uma vez a Câmara Municipal foi solicitada pelos Bombeiros de Oeiras, os quais tinham sido chamados pela Brigada de Trânsito da GNR, para se proceder à limpeza da Estrada Marginal em Santo Amaro de Oeiras, em frente ao jardim, pois tinha havido vários acidentes em cadeia, acidentes estes derivados do facto de, mais uma vez, a Junta Autónoma de Estradas ter fechado às dezassete horas; deixou a Marginal num estado lastimoso, pois as ondas foram bastante elevadas e atiraram com a areia da praia para a Marginal, o que originou acidentes graves, com colisões frontais inclusivé, razão pela qual, os funcionários da CMO, em colaboração com os bombeiros, estiveram até às duas horas da manhã a proceder à limpeza das areias da Marginal, indo entrar em contacto com a Junta Autónoma de Estradas no sentido desta suportar os custos e perceber de vez que a Estrada Marginal é da sua competência, pois esta não é uma estrada municipal e a CMO e os bombeiros estão constantemente a proceder a trabalhos de manutenção em épocas de temporal.-----

----- Seguidamente, deu conhecimento que, no dia vinte e dois, teve lugar mais uma vez o jantar de Natal, dos funcionários da recolha nocturna de resíduos sólidos, o qual contou com a presença do Senhor Presidente e dos restantes membros do Executivo Camarário, jantar este que já vem sendo tradição há muitos anos e que a Câmara quer manter, até porque os referidos funcionários estão novamente de parabéns, não tendo sido feita a recolha na noite de vinte e quatro para vinte e cinco de Dezembro, mas houve funcionários da recolha de resíduos sólidos que no dia vinte e cinco de manhã procederam à respectiva recolha antes da hora do almoço e na noite de vinte e cinco para vinte e seis, procedeu-se novamente à recolha em todo o concelho de Oeiras, ou seja, no dia vinte e seis, cerca de noventa por cento dos contentores do concelho



estavam limpos, tendo tido a oportunidade de visitar alguns concelhos limítrofes, por uma questão de curiosidade, e pôde ver o estado em que estavam os contentores, de forma que, os funcionários da recolha nocturna estão de parabéns pelo trabalho desenvolvido, até porque houve funcionários que trabalharam quase onze horas seguidas, tendo também sido feita uma recolha selectiva extraordinária no dia vinte e cinco, uma vez que esta é feita unicamente às quintas-feiras, mas como no Natal a quantidade de lixo possível de reciclagem aumentou significativamente, foi necessário proceder à sua recolha extraordinária, indo o mesmo ser feito no dia um de Janeiro, tendo ambas as situações sido anunciadas aos munícipes no Boletim Municipal e no Jornal das Regiões. -----

-----No dia vinte e três, procedeu à distribuição de bolos-rei, pelos quartéis da PSP, da GNR e dos Bombeiros, pois houve elementos pertencentes a estas entidades que passaram a consoada ao serviço dos munícipes, razão pela qual, especialmente nesta noite, tinham que ter um bolo-rei e uma garrafa de espumante para poderem amenizar um pouco a ausência da família.. -----

-----No dia vinte e cinco, durante o almoço, houve uma derrocada na Rua Maestro Raul Proença, em Caxias, derrocada esta de um muro de uma vivenda, tendo tornado a rua intransitável, e quem entrou em contacto com a Protecção Civil foram os bombeiros, aproveitando a ocasião para fazer um elogio significativo aos Bombeiros de Paço de Arcos, pelo trabalho desenvolvido, pois cerca de doze elementos desta corporação e mais dois funcionários da CMO, designadamente, os Senhores Guia e Nuno Caetano, estiveram presentes no local, não tendo almoçado com as suas famílias, para ajudarem a proceder à desobstrução da rua, tendo o problema sido sanado por volta das dezassete horas, com a circulação de trânsito restabelecida, aproveitando a ocasião para manifestar o seu apreço pelo funcionário Nuno Caetano, o qual foi entrevistado para o Boletim Municipal, pois trabalhou no dia vinte e quatro até às dezanove horas e no dia vinte e cinco às nove horas da manhã já estava novamente no seu local de

trabalho, ou seja, quase não teve oportunidade de descansar durante a época de Natal, sendo este um caso excepcional, pois é um rapaz bastante novo e solteiro, mas que tem uma dedicação extraordinária à CMO e esta deve reconhecer o trabalho desenvolvido por este funcionário da Divisão de Serviços Urbanos. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

14 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA:-----

----- O Senhor Vereador Arnaldo Pereira iniciou a sua intervenção fazendo referência ao facto de esta reunião ter a particularidade de ser a última que se realiza neste Século e neste Milénio, razão pela qual gostaria de desejar ao Senhor, a todos os Senhores Vereadores, a todos os dirigentes, trabalhadores e técnicos da CMO e dos SMAS um ano inaugural do novo milénio com muitos êxitos, alegrias e saúde. -----

----- Prosseguindo, manifestou o seu apreço pelos trabalhadores dos resíduos sólidos, bem como a todos os funcionários e técnicos da Câmara mais directamente envolvidos com a Protecção Civil e as Associações de Bombeiros do concelho, pela capacidade de resposta e pelo empenhamento mais uma vez manifestado durante a quadra festiva do Natal e da passagem do ano. -----

----- Por último, não queria deixar de expressar a sua posição relativamente aos acontecimentos da última reunião, pois em primeiro lugar, relativamente às características da reunião, o Senhor Presidente tinha dito em várias ocasiões que até ao final do ano se faria uma reunião extraordinária para apreciação e aprovação de projectos de grande importância para o futuro deste Município, incluindo o Parque dos Poetas, o projecto do Mono-Carril, o projecto dos Paços do Concelho e até outros, tendo ficado também para se fazer um conjunto de reuniões temáticas, recordando que não foi possível a Câmara pronunciar-se quanto ao PDM, quer em relação ao balanço da sua execução, quer em relação às perspectivas da sua revisão e alteração, mas também tinha ficado claro que a referida reunião seria precedida por um conjunto de reuniões de trabalho para que pudesse analisar e discutir estes planos, tendo sido este o sentido da sua intervenção que fez no início da reunião, porque se para as reuniões ordinárias da Câmara as propostas devem ser entregues com alguma antecedência e devem ser analisadas e examinadas nas reuniões de trabalho, então relativamente a estas propostas isto ainda faria mais



sentido, não tendo havido da sua parte qualquer reserva em relação até à possibilidade de se pronunciar sobre as propostas apresentadas e até, inclusivamente, votá-las, mas desde logo entendeu clarificar a natureza e objectivos daquela reunião, tendo sido este o sentido da intervenção que fez no início da reunião, ou seja, saber se o objectivo da reunião era desde logo aprovar ou votar as ditas propostas, pois se assim fosse, não estava preparado para votar algumas delas. -----

-----Continuando, e ainda no âmbito desta questão, gostaria de esclarecer o seguinte, dirigindo-se directamente ao Senhor Presidente, não é a primeira nem a segunda vez que tem conhecimento através da comunicação social, nacional e local, de grandes projectos que a Câmara nem sequer aprovou, pensando que este facto nem sequer significa o orgão a que pertence, nem o trabalho e a função dos eleitos desta Câmara Municipal, pois muitas vezes é confrontado por munícipes que têm conhecimento através da comunicação social ou de outra fonte, em relação a projectos que já teriam sido aprovados ou delineados pela Câmara e que são do seu inteiro ou parcial desconhecimento, e deve dizer que relativamente ao Parque dos Poetas é certo que foi aprovado o programa para o estudo prévio, entretanto este programa foi sujeito a algumas alterações, tendo o Senhor Presidente em algumas reuniões dado informações sobre elas, mas pessoalmente, há alguns meses atrás, teve oportunidade de manifestar relativamente ao projecto do Parque dos Poetas, o qual já tinha sido transmitido para a comunicação social pelo escultor Francisco Simões, o qual tem um papel importante na concepção e no próprio projecto deste Parque, sem que a CMO se tivesse pronunciado sobre o mesmo. De modo que julga que é natural da parte de alguns Vereadores, e por si fala, que haja uma reacção contra este tipo de entendimento do funcionamento dos orgãos autárquicos e da preparação e aprovação de deliberações camarárias, nomeadamente aquelas que todos consideram fundamentais para o futuro deste concelho.-----

-----No que diz respeito ao modo como decorreu a reunião, gostaria de dizer que, saiu da

reunião porque entendeu, e teve oportunidade de o referir na altura, que não estavam reunidas as condições indispensáveis para que a mesma pudesse prosseguir; de facto devido a um problema que houve entre o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Luís Pires, e à troca de palavras mais azeda e à perda de serenidade e tranquilidade que são sempre indispensáveis, mantendo a reunião de Câmara sem prejuízo da veemência das posições dos Vereadores presentes, pensa que de facto, deste ponto de vista, não estavam reunidas as condições para que a reunião pudesse prosseguir, e apesar de não ser juiz para dizer com quem deve recair as culpas, salienta que o tom de voz do Senhor Presidente também não facilitou a que a reunião pudesse prosseguir, pois não teve conhecimento do que saiu na comunicação social em relação aos motivos que tinham levado ao abandono do Senhor Vereador Luís Pires da reunião de Câmara, mas a não ser em circunstâncias excepcionais, pensa que não deve ser retirada a palavra a nenhum dos Senhores Vereadores, a não ser que se afastem da ordem de trabalhos ou insultem o Senhor Presidente ou os colegas de vereação, o que não pensa ter sido este o caso, de forma que, quer realçar que estas reuniões mesmo noutras ocasiões, tendo dado lugar a discussões e trocas de palavras mais acesas, nunca se verificou que o Senhor Presidente tivesse retirado a palavra a alguém, e de facto o Senhor Vereador Luís Pires queria manifestar o seu ponto de vista, o qual podia não ser razoável relativamente ao projecto do Parque dos Poetas, nomeadamente em relação à informação sobre as árvores previstas para o local, tendo sido a partir daqui que se gerou um problema que, na sua opinião, podia ter sido evitado.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

15 - INFORMAÇÕES – SR^a. VEREADORA MARIA MANUELA AUGUSTO:-----

----- A Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto iniciou a sua intervenção referindo que, como é natural, não pode deixar de comentar os acontecimentos da última reunião, uma vez que também se viu forçada a abandonar a sala, exactamente porque não estavam reunidas as condições para permanecer na mesma, pois justamente quando se estavam a discutir matérias e propostas de tanto interesse para o município, na presença do Arquitecto Caldeira Cabral e do Escultor Francisco Simões, tudo indica que era a altura mais adequada a que todos podessem ficar esclarecidos sobre as referidas propostas, tendo sido exactamente isto que aconteceu em relação à intervenção do seu colega o Senhor Vereador Luís Pires, que realmente encentou a sua intervenção pedindo elementos muito concretos sobre uma das propostas em apreço e, naturalmente, que a reacção do Senhor Presidente, e sem querer ateear a chama novamente, até porque esta é uma reunião pública, não foi a mais indicada para a altura, e na ocasião em que retirou a palavra ao seu colega e diz peremptoriamente que não lhe dá mais a palavra até ao final da reunião, é evidente que não podiam prosseguir os trabalhos, pelo menos da parte da sua bancada, até porque tal como o Senhor Vereador Luís Pires frisou, é um eleito como outro qualquer Vereador e até mesmo como o Senhor Presidente, de modo que não estavam reunidas as devidas condições para que a reunião prosseguisse. -----

----- Seguidamente, louvou todos aqueles que, durante esta época festiva, a qual se pretende de maior convívio com a família e amigos, não o puderam fazer porque tiveram que acudir a situações problemáticas e de uma certa gravidade, provocados pelo mau tempo, razão pela qual se quer associar ao louvor formulado quer aos Bombeiros Voluntários, como aos funcionários da Câmara e da Protecção Civil, bem como ao Senhor Vereador José Eduardo Costa, desejando a todos um Bom Ano dois mil e um.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

----- O Senhor Presidente dando resposta às questões colocadas pelos Senhores Vereadores esclareceu que, relativamente à carta que leu do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Barcarena, não leu uma outra carta, porque considerou que não devia ler, enviada pelo Senhor Vereador Luís Pires ao Comandante dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora, e não leu precisamente porque o Senhor Vereador não está presente e entende que esta é uma questão sobre a qual se deve pronunciar, razão pela qual voltará a falar neste assunto e irá ler a referida carta numa próxima reunião em que o Senhor Vereador esteja presente.-----

----- Prosseguindo, referiu que, o ponto de vista do Senhor Vereador Luís Pires, ao contrário do que o Senhor Vereador Emanuel Martins diz, não é corroborado por si, não sabendo o que é que levou o Senhor Vereador a fazer esta afirmação, até porque tem uma posição radicalmente oposta àquela que o Senhor Vereador Luís Pires tem expresso nas reuniões de Câmara relativamente aos bombeiros, pois o que costuma afirmar é que existem sete corporações de bombeiros no concelho e se em vez das sete fossem quatro, provavelmente, eram resolvidos os problemas do concelho da mesma forma, mas a verdade é que há aspectos de natureza histórica e cultural que deram lugar a essas associações de bombeiros, as quais têm um papel importante e que é reconhecido pelas forças vivas em geral, pelas populações e portanto, quando as coisas são o que são têm muita força, de maneira que não corrobora de forma alguma a posição do Senhor Vereador Luís Pires quando por exemplo defende a criação de bombeiros municipais profissionais, tendo este facto sido referido na carta que o Senhor Vereador Luís Pires escreveu ao Comandante dos Bombeiros de Linda-a-Pastora. -----

----- No que diz respeito à questão do Parque dos Poetas e que os Senhores Vereadores estavam perante uma proposta sobre a qual não possuíam informação suficiente, naturalmente qualquer proposta que vai à Câmara, enquanto não é analisada ninguém tem informação



suficiente, pois a proposta vai à Câmara, há uma reunião de trabalho, há uma exposição justamente para as pessoas ficarem esclarecidas e obviamente que as propostas não podem ir a meio, até mesmo um projecto deve ir à Câmara quando está concluído, portanto é óbvio que esta questão não se aplica apenas ao Parque dos Poetas, aplica-se a todos os projectos que só são para esclarecimento e do conhecimento dos Vereadores quando vão à reunião de Câmara, pois a votação é que deve ser precedida dos esclarecimentos necessários.

----- Relativamente ao que o Senhor Vereador Arnaldo Pereira disse sobre ter visto na internet que a Câmara ia discutir o projecto do Parque dos Poetas, esclareceu que é óbvio que não comunga das opiniões expressas pelos Senhores Vereadores Arnaldo Pereira e Emanuel Martins, pois o Presidente da Câmara é o representante e o porta-voz do Município, portanto é óbvio que não precisa de pedir autorização aos Vereadores para falar sobre qualquer coisa, como de resto, os Senhores Vereadores também não têm que pedir autorização ao Presidente pois nunca pediram, para falarem sobre aquilo que bem entendem, de forma que, relativamente ao aparecimento na comunicação social que a CMO ia discutir estas propostas, o que aconteceu foi que, numa das inaugurações que fizeram, onde foi entrevistado por um jornalista a propósito do infantário da Ribeira da Lage, respondeu também a algumas questões sobre o Parque dos Poetas, mencionando que ia haver uma reunião extraordinária da CMO, no dia vinte e um, onde iam ser debatidos quatro ou cinco grandes projectos, tais como, o Parque dos Poetas, o Mono-Rail, o Edifício Fórum Oeiras e uma empresa de gestão de equipamentos desportivos. De facto havia de ser muito interessante se o Presidente da Câmara não pudesse dizer isto à comunicação social, havendo aqui uma situação perfeitamente incompreensível, não tendo a culpa que a comunicação social tenha dito que foi aprovado; aliás, os Senhores Vereadores já tiveram oportunidade de, a propósito de declarações que fizeram à comunicação social, dizem que não têm nada a ver com aquilo que a comunicação social publica, portanto se a comunicação social diz que foi aprovado, concerteza que não estão à espera que diga que foi o próprio a dizer-lhes que a Câmara

Municipal aprovou, pois a única coisa que disse foi que a Câmara se iria debruçar sobre determinados projectos. -----

----- No que concerne ao facto de o Senhor Vereador Luís Pires ter questionado o Senhor Arquitecto Caldeira Cabral sobre as árvores e a respectiva altercação que daí surgiu, a acta dirá como é que os acontecimentos tiveram lugar, porque quem colocou o problema das árvores nem foi o Senhor Vereador Luís Pires, mas sim ele próprio, pois há um parecer dos serviços da Câmara onde se pronunciam desfavoravelmente em relação à sebadilha, tendo surgido o nome em latim, e como estava convencido que se tratava de choupos, até porque no parecer dizia que a Câmara tinha reprovado e que estava proibida a plantação desta espécie no concelho, convenceu-se que eram choupos. -----

----- De facto, a única coisa que está proibida no concelho são os choupos, pois produzem um pólen que origina alergias nas pessoas, estando a Câmara a arrancar estas árvores paulatinamente, razão pela qual disse à Arquitecta Gisela para falar com o Arquitecto Caldeira Cabral para que arranasse um dossier com fotografias das árvores que vão ser plantadas no Parque, e foi na sequência desta afirmação que o Senhor Vereador Luís Pires disse que a referida proposta não ia ser votada sem terem a fotografias, tendo sido assim que as coisas começaram; nesta altura foi dada a palavra ao Senhor Vereador Luís Pires, pois não lhe disse que não lhe dava a palavra até ao final da reunião, retirou-lhe a palavra dizendo-lhe que se reportasse exclusivamente ao assunto que estava em causa e não a considerações e a juízos de mérito sobre a forma como o Presidente da Câmara estava a conduzir a reunião, mas o Senhor Vereador Luís Pires entendeu que não.-----

----- No que diz respeito ao Espaço Radical no Parque dos Poetas, não foram propriamente os serviços que consideraram se era necessário ou não, pois o que estava previsto no início, recorda-se, era uma pista de Skate, e do diálogo entre os serviços e o arquitecto projectista chegaram à conclusão que dado o equipamento que ia nascer no Parque dos Poetas



não era este o local ideal para ele; de resto, esta pista é uma ideia, que é um pouco de modas, pois a Câmara entusiasmou-se com uma pista de Skate que havia em Algés, na zona ribeirinha, tendo sido ligeira a instalar uma em Linda-a-Velha, no Parque Aventura e que ninguém usa, ou seja, gastaram-se milhares de contos na pista e a verdade é que ninguém a utiliza, de forma que, estar a instalar equipamentos que passam de moda ao fim de dois ou três anos não vale a pena, tendo sido deste diálogo que o projectista entendeu retirar a pista de skate.-----

-----Prosseguindo, referiu que comunga com o Senhor Vereador Emanuel Martins no que diz respeito à existência ou não de Vereadores da oposição, pois quem falou em Vereadores da oposição foi o Senhor Vereador Luís Pires, por outro lado, uma vez que já são quinze anos que leva de presidência, deve dizer que nunca fez negócios políticos com nenhum Vereador, de partido nenhum, e o Senhor Vereador Arnaldo Pereira que já está no seu segundo mandato, sabe que sempre distribuiu pelouros a todos os Vereadores que os quiseram, com ou sem maioria, com ou sem minoria, ou seja, nunca acordou que para desempenharem funções, para terem um pelouro, tinham que ter um determinado comportamento, porque também acha despropositado os Vereadores, sejam eles de que partido forem, dizerem que não estão aqui para dar o “amén” ao presidente da Câmara, pois nunca lhes pediu que o fizessem, antes pelo contrário e mais, aquilo que em muitas câmaras se acorda entre o Presidente e os Vereadores é que sim senhor têm Pelouros, mas têm que votar a favor do Orçamento ou do Plano de Actividades, etc., recordando o exemplo do Partido Comunista que, no seu primeiro ou segundo mandato, era vulgar votarem contra o Plano e tinham pelouros, como por exemplo, o Senhor Vereador Celorico Moreira, pois vota-se o Plano de Actividades objectivo a objectivo e este Vereador votava a favor da Acção Cultural que era onde estava o Desporto, uma vez que era este o seu pelouro e mal seria se os Vereadores votassem contra os seus pelouros; portanto, considera que tem autoridade moral para falar assim uma vez que não quer comparar ninguém. -----

-----No que diz respeito à intervenção do Senhor Vereador José Eduardo Costa,

realmente também quer salientar o esforço do pessoal da recolha de resíduos sólidos, da Divisão de Higiene Pública, pois foi testemunha da prontidão com que os funcionários respondem a estas solicitações, porque, de facto, não é muito vulgar, e no dia vinte e um, para além da chuva, o mar estava bastante agitado, com ondas muito grandes em frente à praia de Santo Amaro de Oeiras, que em conjunto com o vento arrastou as areias para a marginal, tendo sido necessário cortar o trânsito, mas num espaço de duas horas o problema foi sanado, pois passou no local cerca da meia noite e estava tudo em ordem. Acrescentou ser indiscutivelmente um trabalho muito duro que exige um esforço enorme dos trabalhadores, tendo até perguntado à Chefe de Divisão como é que ela tinha conseguido em tão pouco tempo mobilizar tantas pessoas, porque, realmente, isto só se consegue com uma grande disponibilidade do pessoal, e no dia vinte e seis, por volta das duas ou três horas da manhã, encontrou duas brigadas do lixo, tendo encetado uma conversa com eles e o que o deixou surpreso foi o ânimo com que estavam, tendo-lhes dado uma palavra de conforto, pois era Natal, mas de facto, o estado de espírito animado não é realmente muito vulgar pelo que considera que é sempre bom relembrá-lo.

No que diz respeito às reuniões temáticas que o Senhor Vereador Arnaldo Pereira referiu e designadamente o balanço do PDM, teve já a oportunidade de referir que nem sempre as coisas correm bem, e uma delas é precisamente o balanço do PDM. Acrescentou ter-lhe sido já apresentado um relatório e apesar de ter dito que ia enviar cópia do relatório aos Senhores Vereadores não enviou, pois este não está exaustivo e isto tem a ver com a fase mais difícil do Arquitecto Quaresma e, de facto, não foi feito com as características que devia ter, portanto, nomeado um novo director para o GDM, a própria Doutora Maria de Lurdes Poeira achou que devia reformular e procurar fazer uma recolha mais ampla daquilo que deve ser a avaliação do PDM, de forma que julga que durante o mês de Janeiro irá haver condições para se fazer esta avaliação.

Ainda, no que concerne às reuniões temáticas, é claro que há outras reuniões a fazer,



designadamente a da zona ribeirinha-----

-----No que diz respeito às características de uma reunião extraordinária, tal como o Senhor Vereador Arnaldo Pereira referiu, pensa que não há incompatibilidade entre aquilo que disse e a referida reunião, pois estavam presentes os responsáveis pelos projectos a fim de prestarem os esclarecimentos necessários aos Vereadores, julga que se poderia ter enviado a proposta de deliberação e o projecto, mas pura e simplesmente teria que ser feita uma reunião de trabalho, razão pela qual pensou que fazendo-se uma reunião extraordinária todos beneficiariam muito mais, pois os projectistas estavam presentes para dar todas as explicações necessárias, mas o mal entendido terá ocorrido do facto de os Senhores Vereadores pensarem que tinham que votar naquela altura, mas quando chegou, o Senhor Vereador Tavares Salgado referiu qual era a sua disposição, ou seja, gostaria que fosse aprovado naquela reunião e quando chegou uma vez que não sabia nada do que se tinha passado, mas quando se apercebeu do ambiente que estava na reunião e do tipo de perguntas que estavam a ser feitas, foi o próprio a dizer que não era objectivo daquela reunião votar as propostas, porque tal como em qualquer reunião e em qualquer projecto, basta que um Vereador diga que não está esclarecido e a proposta passa para a reunião seguinte, e considera que este objectivo até foi cumprido, porque quando surgiu a altercação nessa altura já tinham sido prestados quase todos os esclarecimentos, pois já estavam todos novamente sentados à mesa, o Arquitecto Caldeira Cabral já tinha dado as explicações aos Senhores Vereadores Arnaldo Pereira e Luís Pires, e a sua reacção com o Senhor Vereador Luís Pires começou aquando das explicações do Arquitecto Caldeira Cabral e o Senhor Vereador Luís Pires perguntou ao arquitecto o que se passava nas zonas adjacentes e nesta altura disse ao Senhor Vereador Luís Pires que esta não era uma pergunta para o Arquitecto, pois se o Senhor Vereador não estava esclarecido essa pergunta devia ser feita a si próprio, pois estava a perguntar se era habitação que ia surgir na zona de serviços, tendo-lhe dito que era uma zona de serviços e o Senhor Vereador Luís Pires já devia saber isso pois o assunto já tinha ido à Câmara

Municipal, e foi a partir daqui que tudo aconteceu. -----

----- Por outro lado, o Senhor Vereador Arnaldo Pereira referiu que já não é a primeira vez que tem conhecimento através da comunicação social, nacional e local, de projectos que a Câmara ainda não aprovou, e vai continuar a ter pois é natural que se a Câmara decide arrancar com um projecto qualquer, a partir desse momento é a comunicação social que fica curiosa por saber qual é o estado da situação, mas se fosse responder a todos os jornalistas o que é que se passa, não fazia outra coisa e, por exemplo, com o Roland Garros da Câmara, apenas disse ao João Lagos para falar com o Senhor Arquitecto Serpa pois é ele que está a fazer o plano, não tendo ainda visto sequer, portanto, a Câmara aprovou a elaboração do dito plano e a alteração do PDM e obviamente que a zona onde vão nascer os campos desportivos tem sido acompanhado ao nível do Plano pelo João Lagos, portanto não está lá que o Plano foi aprovado pela Câmara, nem está lá que a maquete foi aprovada pela Câmara. Acrescentou que os promotores privados podem fazer o que muito bem entenderem, mas não há é um vínculo da Câmara porque esta ainda não aprovou, mas é óbvio que não impede os promotores privados de nada, pois é preciso ver qual é a posição de um e de outro lado, e assim sendo a CMO não pode impedir que um promotor privado faça uma exposição de um plano que quer apresentar à Câmara, tendo já sido solicitado várias vezes para dar entrevistas sobre este assunto, mas não as dá, limitando-se a responder que o Plano está a ser feito, e em relação ao Parque dos Poetas aquilo que tem dito são generalidades sobre o que está a ser feito, qual a filosofia, etc., mas não se pode impedir que se dêem informações à comunicação social e que se diga que este assunto vai ser discutido. -----

----- No que concerne ao facto de o Senhor Vereador Arnaldo Pereira ter saído da reunião porque não estavam reunidas as condições necessárias, não é da mesma opinião, pois a reunião poderia não ter condições para deliberar, e é óbvio que perante o ambiente que estava não iria submeter nada a votação, mas ficou sempre com a suspeita que o Senhor Vereador Arnaldo Pereira saiu por pensar que isso ia provocar falta de quorum na reunião, mas é claro que



concorda que não havia nem condições nem ambiente, e é claro que não iria colocar à votação proposta nenhuma depois de dois Vereadores do PS se terem ausentado, mas os Senhores Vereadores Arnaldo Pereira de facto disse uma coisa importante, ou seja, que não se lembra que o Senhor Presidente da Câmara alguma vez tenha retirado a palavra a algum Vereador ao longo de todos estes anos, de forma que, se desta vez retirou por algum motivo foi.-----

-----Seguidamente fez suas as palavras proferidas pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira, visto que se está no final do ano e agora que se vai entrar num novo ano, num novo século e num novo milénio, não sendo apenas palavras de circunstância, pois todos desejam concerteza mais paz no mundo, menos guerra, menos fome, mais concórdia, mais felicidade entre as famílias, mas não se estranhará que desejem para ao munícipes o mesmo que cada um dos presentes deseja para si, ou seja, as maiores felicidades, o maior sucesso e uma palavra de reconhecimento e de agradecimento aos funcionários da CMO e dos SMAS, Assembleia Municipal, das Juntas de Freguesia, e a todos os colaboradores das empresas municipais, pois no fundo são eles que dão concretização e corpo às políticas que a Câmara define e, portanto, para eles também um bom ano, cheio de felicidades.-----

-----De seguida no uso da palavra, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** referiu que, relativamente ao que o Senhor Presidente disse sobre o espaço radical, de facto procurou ao projectista das razões do mesmo ter sido retirado, pois não defende a solução dos Skates, apenas porque tinha sido aprovado pela Câmara no programa base, e quando pôs a questão ao projectista, este manifestou-se como não tendo nada que ver com o assunto e que foram os serviços que disseram não, tendo perguntado depois aos serviços e foi a Senhora Arquitecta Gisela que leu textualmente o que estava escrito, mas no que diz respeito ao que o Senhor Vice-Presidente disse sobre os Vereadores se terem embrulhado em questões e o Senhor Presidente disse que houve um mal entendido, gostaria de dizer que de facto não contribuiu para nenhum mal entendido, pois leu o que leu na Internet a dizer que iam ser aprovadas um conjunto de

propostas, recebeu a ordem de trabalhos numa reunião que era apenas de apreciação e mais do que isso, o Senhor Vereador Lopes Neno só respondeu o que respondeu porque os Vereadores foram questionados sobre se estavam ou não em condições de votar, portanto não houve nenhum mal entendido, pois os Vereadores apenas responderam que não estavam em condições de votar desde o princípio, visto que, não estavam informados, sendo evidente que todas as propostas carecem de informação e só depois de irem à Câmara é que têm conhecimento delas e da sua informação, estando de acordo com o Senhor Presidente, mas se houve algum mal-entendido convém ver de onde é que ele partiu, pois foi questionado se estavam em condições de votar e explicou porque motivos não estava em condições de o fazer e que queria se informado.-----

----- Relativamente ao que sai na comunicação social, não disse que foi o Senhor Presidente que disse ou o seu gabinete, pois a circunstância de que as coisas vão acontecer e vão começar é natural, não pondo em causa se está bem ou mal, pois por exemplo em relação ao SATU, o Senhor Presidente disse que não há ainda proposta e no entanto já está a dizer que vai ser lançado brevemente, chamando só a atenção para o facto, de todas as reuniões da Câmara, de pelo menos há um ano a esta parte, em quase tantas propostas que não são apreciadas em reunião de trabalho, como as propostas que vão à Câmara e são apreciadas em reunião de trabalho, e nunca da parte da sua bancada houve uma objecção a isto, pois no interesse do Concelho de Oeiras, uma vez que é com esse sentido que o Senhor Presidente leva as propostas à Câmara, sempre as provaram e num caso ou outro, em que é possível um estudo mais aprofundado, é que pedem que passe para uma reunião de trabalho, e quando a celeridade dos processos assim o exige, tal como muitas vezes o Senhor Presidente diz que determinada proposta precisa de ser aprovada devido a determinados motivos, sempre fizeram fé na sua palavra e sempre aprovaram na suposição de que depois veriam os processos, de forma que, a questão do “amén” ao Presidente da Câmara nem se põe, pois não foi com este sentido que o disse, nem faz sentido, pois nem o Senhor Presidente faz negócios com a bancada do PS nem vice-versa, pois desde o



princípio que diz que tem uma grande consideração pessoal pelo Senhor Presidente e pensa que é recíproca, pensando que é indignificante que o Senhor Presidente fizesse qualquer tipo de negócio com o PS ou que os Vereadores o aceitassem. -----

----- Relativamente à questão dos bombeiros o que disse foi que, em parte, o Senhor Presidente também está de acordo, mas está fora do seu pensamento não ter em consideração o trabalho meritório dos bombeiros; aliás não custa nada dizer que no seio de algumas corporações de bombeiros existem socialistas, e o Senhor Presidente citou a carta de uma em que o seu comandante é socialista convicto, e muitas corporações têm nos seus órgãos dirigentes socialistas, e que fazem à mesma o seu trabalho e prestam o melhor do seu serviço à comunidade, o que aliás não podia deixar de ser, o que não altera o seu entendimento que a questão dos bombeiros deve ser pensada e repensada com o objectivo de servir cada vez melhor o município de Oeiras, e nisto todos têm de estar preparados, tendo sido este o sentido que quis dar a aquiescência do Senhor Presidente no sentido de procurarem, cada vez mais, que os bombeiros possam ser úteis às populações no entanto, gostaria de dizer que, a carta que o Senhor Vereador Luís Pires recebeu e o que respondeu é do seu foro pessoal, pois foi a ele que escreveram e não à Câmara, razão pela qual ele respondeu individualmente. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** esclareceu que, independentemente de haver Vereadores que se tivessem sentido esclarecidos e em condições de votar, todos os Vereadores sabem que basta haver um que não esteja esclarecido para que o assunto passe para a reunião seguinte, e quando o assunto é urgente tem o cuidado de dizer aos Vereadores que o assunto é urgente e convém votar naquela altura, mas mesmo assim, nunca forçou nenhuma situação, e no que diz respeito à questão da comunicação social, nunca divulgou nada sem primeiro os Senhores Vereadores terem tomado conhecimento, pois por exemplo, no jornal da Câmara está a notícia do SATU, mas lembra que o que está lá escrito é que se as obras começarem em Março de dois mil e um, em Março de dois mil e dois a primeira fase estará a

funcionar, pois a Câmara aprovou já as condições de constituição da empresa e os princípios de construção do SATU, que de resto, já foram aprovados pela Assembleia Municipal. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

17 - MOÇÃO - PROPOSTA DE PIDDAC 2001 - BREVE APRECIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA O CONCELHO DE OEIRAS NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Da análise do PIDDAC mil novecentos e noventa e nove, dois mil e dois mil e um constatamos, no sector da educação, relativamente ao Concelho de Oeiras, que apenas a Escola Secundária do Alto de Santa Catarina foi concluída, permitindo o seu funcionamento no início do ano lectivo de mil novecentos e noventa e nove/dois mil e, em consequência, a desactivação da Escola Belém-Algés e do Anexo da Escola Secundária de Linda-a-Velha que, há muito, funcionavam em pré-fabricados bastante degradados. -----

----- De referir que, no Acordo de Colaboração estabelecido, em Setembro de mil novecentos e noventa e cinco, entre a DREL e a CMO, devidamente homologado pelo Secretário de Estado da Educação e do Desporto, compete à DREL:-----

----- “Indicar a melhor localização para a Escola, ouvida a Câmara Municipal; -----

----- Escolher e aprovar, em colaboração com a Câmara Municipal, o terreno mais apropriado para a sua construção, obedecendo aos normativos do Ministério da Educação; -----

----- Assegurar o fornecimento dos projectos dos edifícios e dos arranjos exteriores incluídos no perímetro da escola; -----

----- Lançar o concurso, adjudicar e garantir a fiscalização e coordenação da empreitada de construção da primeira fase do empreendimento constituída pela Escola Secundária, pavilhão desportivo e cantina. Posteriormente será lançada a segunda fase do empreendimento constituído pela Escola EB Um, Dois, Três;-----

----- Garantir o financiamento do empreendimento, através de dotações orçamentais inscritas, aprovadas e visadas nos termos legais; -----



----- Assegurar a realização do empreendimento nos seguintes termos: -----

----- - Construção dos edifícios, englobando construção civil, instalação eléctrica, redes de água, esgotos e telefones e equipamento fixos de cozinha e bufete; -----

----- Execução dos arranjos exteriores, dentro do perímetro da escola, incluindo movimento de terras, pavimentações, ajardinamento, redes exteriores de abastecimentos de água incluindo furo (quando manifestamente necessário), drenagem de esgotos e águas pluviais, rede de cabos e iluminação exterior, incluindo posto de transformação (quando necessário); -----

----- Construção dos passeios e parqueamento privativo da escola; -----

----- Fornecimento e instalação de mobiliário, material didáctico e maquinaria de apoio administrativo. -----

----- Promover o registo a favor do Estado de todos os bens que constituem o complexo escolar.” -----

----- E, compete à Câmara Municipal de Oeiras: -----

----- “Colaborar com os Serviços da DREL, na definição da melhor localização da escola, tendo em conta o Plano Director Municipal e os estudos existentes no âmbito da Carta Escolar e indicar os terrenos que satisfaçam as exigências técnicas em vigor para a construção escolar; -----

----- Colaborar na escolha do terreno e fornecer à DREL o levantamento topográfico, a planta cadastral e todos os elementos solicitados para o seu registo em favor do Estado; -----

----- Obter os pareceres de todas as entidades responsáveis pelo planeamento urbanístico e áreas de reserva e protecção sempre que necessário; -----

----- Adquirir, a expensas próprias, o terreno referido; -----

----- Executar, a expensas próprias, os acessos e infra-estruturas urbanísticas de suporte ao funcionamento da escola (redes de saneamento, de águas pluviais, de abastecimento de água e de electricidade); -----

----- Prestar o apoio técnico que lhe seja solicitado pela DREL; -----

----- Garantir o financiamento do empreendimento referente ao primeiro ciclo na proporção correspondente à área a ocupar. A repartição deste encargo será objecto de acordo posterior, a celebrar na base da adjudicação do empreendimento.” -----

----- Apesar das insistências feitas junto da DREL, no sentido de saber qual o calendário de construção da segunda fase do empreendimento, ou seja, a Escola Básica Integrada Um, Dois, Três, nada se tem conseguido adiantar, sendo certo que, em dois mil e um , não constitui sequer intenção do Governo avançar com aquela obra, dado que está omissa na proposta de PIDDAC dois mil e um. -----

----- A não realização desta segunda fase (EB Um, Dois, Três) prejudica sobretudo os alunos que integram a EB Um, Dafundo (Quinta da Graça), escola que necessita urgentemente de ser desactivada por falta de condições de funcionamento, e obrigou a que a CMO investisse, significativamente, em instalações precárias nos pré-fabricados que constituem o anexo da escola EB Um, Linda-a-Velha, Número Dois, por forma a que os alunos que os frequentam tenham condições para desenvolverem a sua aprendizagem. -----

----- Relativamente à EB Dois, Três de Caxias, processo iniciado em mil novecentos e noventa e cinco e considerado em PIDDAC há vários anos, continuamos, em Novembro de dois mil e um , à espera que as obras se iniciem, ainda que a última informação do Ministério de Educação tenha indicado Outubro do corrente ano como o mês do início da construção. -----

----- Recorde-se, a propósito, que depois de várias objecções, por parte da DREL, ao terreno indicado pela CMO, foi finalmente aceite pela mesma, em Outubro de mil novecentos e noventa e sete, mediante condições que foram desde logo aceites pela CMO, e que constam do acordo de colaboração celebrado em Março próximo passado. -----

----- De salientar que, logo após ter sido definido o terreno, a CMO e a DREL começaram a diligenciar no sentido de apressar o início da construção da escola. -----

----- Assim, em Junho de mil novecentos e noventa e oito, a CMO, de posse do estudo



sobre as plataformas, solicitou autorização ao Instituto de Reinserção Social, proprietário do terreno, para efectuar a movimentação de terras com vista à criação das plataformas pretendidas, conforme exigência da DREL, terraplanagem concluída em Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove e que envolveu um investimento por parte da Câmara de mais de cinquenta mil contos.

Lamentámos, em oportunidade, os argumentos, sucessivamente aduzidos pelo Ministério de Educação, para o não início da construção da escola, os quais respeitavam à não cedência formal do terreno e ao não alargamento do arruamento que liga actualmente Laveiras à Pedreira Italiana, com execução de um passeio lateral ao mesmo, por forma a servir o estabelecimento escolar, a construir.

Quanto ao terreno, recorda-se que o mesmo já constituía património do Estado, bastando para o efeito que passasse do Ministério da Justiça para o Ministério da Educação.

A intervenção no arruamento Laveiras / Pedreira Italiana faz todo sentido que esteja concluída aquando da conclusão da escola.

Lamentamos que, a este propósito, o Ministério da Educação tenha utilizado esta Câmara Municipal como força de bloqueio e tenha, deliberadamente, ignorado correspondência trocada, quer entre o IRS – Instituto de Reinserção Social e a DREL, quer entre a CMO e a DREL e posto em causa compromissos que esta Câmara assumiu.

Este comportamento do Governo é incompreensível.

Aguardamos finalmente o início da obra, que foi posta a concurso em Março de dois mil, com um preço base de seiscentos e quarenta e nove mil seiscentos e cinquenta e um contos e que prevê um prazo de execução de doze meses.

A concretizar-se de acordo com o previsto pelo Ministério da Educação, a escola entrará em funcionamento no ano lectivo dois mil e dois / dois mil e três. Conforme mapa que a seguir se transcreve, o PIDDAC para dois mil e um, tem previstos apenas quinhentos mil contos,

duzentos mil contos em dois mil e um e trezentos mil contos em dois mil e dois. -----

----- “Projectos - PIDDAC mil novecentos e noventa e nove: mil novecentos e noventa e nove / dois mil / dois mil e um – PIDDAC dois mil: dois mil / dois mil e um / dois mil e dois – PIDDAC dois mil e um: dois mil e um / dois mil e dois / dois mil e três-----

----- Educação -----

----- EB Dois, Três Caxias – cem mil / quatrocentos mil / ... - duzentos mil / quatrocentos mil / ... - duzentos mil / trezentos mil / ...-----

----- EB Dois, Três Porto Salvo – cem mil / trezentos mil / ... - cem mil / quinhentos mil / ... - quinze mil / quatrocentos e cinco mil / duzentos mil -----

----- ES do Alto de Santa Catarina (Despesa realizada até trinta e um de Dezembro de noventa e oito – setecentos e dezassete mil duzentos e quarenta e quatro contos) – duzentos e trinta e quatro mil e cem / ... / ... - ... / ... / ... - ... / ... / ...-----

----- Conservação e Remodelação do Parque Escolar Ensino Básico e Secundário – sessenta e dois mil novecentos e quarenta e seis / ... / ... - trinta e sete mil quinhentos e trinta e quatro / ... / ... - doze mil e quinhentos / ... / ... -----

----- Faculdade de Motricidade Humana (despesa realizada até trinta e um de Dezembro de noventa e oito – seiscentos e cinquenta e um mil cento e setenta e oito contos) – dezoito mil e seiscentos / dois milhões novecentos e noventa e quatro mil / um milhão - ... / ... / - ... / ... / ...-----

----- IST – Pólo de Oeiras (Blocos A, B e C) (despesa realizada até trinta e um de Dezembro de noventa e oito – um milhão duzentos e vinte e três mil setecentos e trinta e dois contos) – um milhão duzentos e quarenta e dois mil / duzentos e oitenta e quatro mil seiscentos e quarenta e nove / ... - um milhão trezentos e noventa e um mil e setecentos / ... / ... - cento e sessenta e sete mil e quatrocentos / ... / ... -----

----- Pavilhão/ EB Dois, Três Noronha Feio - ... / ... / ... - trinta mil / quarenta mil / quarenta mil – quarenta mil / quarenta mil / quarenta mil -----



-----Pavilhão / E.S Luís de Freitas Branco - ... / ... / ... - trinta mil / quarenta mil / quarenta mil – quarenta mil / quarenta mil / quarenta mil-----

-----Saúde-----

-----Centro de Saúde de Oeiras Extensão de Paço de Arcos (despesa realizada até trinta e um de Dezembro de noventa e oito – doze mil seiscentos e cinquenta e sete contos) – dois mil e quinhentos / trezentos mil novecentos e cinquenta e nove / duzentos e quarenta mil - dois mil e quinhentos / trezentos e noventa e cinco mil setecentos e vinte e cinco / cento e trinta e um mil seiscentos e oitenta e seis – dezasseis mil quinhentos e cinquenta e seis / quatrocentos e oitenta e seis mil novecentos e setenta e três / cento e nove mil novecentos e sessenta e dois”.-----

-----No que respeita à Escola EB Dois, Três de Porto Salvo e apesar do Ministério da Educação já ter aceite o terreno disponibilizado pela autarquia, após análise de elementos entregues por esta Câmara, pela quarta vez, estamos bastante cépticos, dado que não dispomos, neste momento de quaisquer dados sobre a evolução do projecto, para além da proposta de PIDDAC dois mil e um que prevê seiscentos e vinte mil contos, quinze mil contos em dois mil e um, quatrocentos e cinco mil contos em dois mil e dois e duzentos mil contos em dois mil e três . Esta informação, no entanto, pouco vale, tendo em conta que, já em PIDDAC mil novecentos e noventa e nove estavam previstos quatrocentos mil contos, cem mil contos em mil novecentos e noventa e nove e trezentos mil contos em dois mil e que, em PIDDAC dois mil , estavam inscritos para esta mesma escola, seiscentos mil contos, cem mil contos em dois mil e quinhentos mil contos em dois mil e um.-----

-----De referir, contudo, que os quinze mil contos previstos para dois mil e um apenas se deverão destinar ao pagamento de parte do projecto. -----

-----Por analogia com os prazos previstos para a EB Dois, Três de Caxias, poder-se-á concluir que esta escola só estará em condições de entrar em funcionamento, na melhor das hipóteses, no ano lectivo de dois mil e três / dois mil e quatro. -----

----- Quanto às verbas consideradas em PIDDAC para a Conservação e Remodelação do parque escolar - Ensino Básico e Secundário – doze mil e quinhentos contos - afiguram-se-nos manifestamente insuficientes. Só assim se comprehende as sucessivas solicitações que são feitas à Câmara Municipal de Oeiras pelas Direcções das Escolas EB Dois, Três e Secundárias ao longo do ano e às quais se tem correspondido, na medida do possível. -----

----- Regista-se a inscrição, em PIDDAC dois mil e um , dos duzentos e quarenta mil contos, oitenta mil contos em dois mil e um , oitenta mil contos em dois mil e dois e oitenta mil contos em dois mil e três, relativos aos pavilhões desportivos a construir na Escola Noronha Feio, em Queijas e na Escola Secundária Luís de Freitas Branco, em Paço de Arcos, conforme contrato-programa celebrado entre a DREL e a CMO em Novembro de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- No que toca ao sector da saúde, verificamos que apenas figura na proposta de PIDDAC dois mil e um a Extensão do Centro de Saúde de Paço de Arcos, com uma dotação de seiscentos e treze mil quatrocentos e noventa e um contos, dezasseis mil quinhentos e cinquenta e seis contos em dois mil e um, quatrocentos e oitenta e seis mil novecentos e setenta e três contos em dois mil e dois e cento e nove mil novecentos e sessenta e dois contos em dois mil e três. Note-se que esta extensão, cujo processo se iniciou em Maio de mil novecentos e noventa e cinco, tem sido prevista em PIDDAC, desde mil novecentos e noventa e sete, com dotações variáveis e a obra ainda não foi iniciada nem se vislumbra o seu início, tendo em conta que para dois mil e um estão previstos dezasseis mil quinhentos e cinquenta e seis contos, que, certamente, se destinarão ao pagamento da reformulação do projecto inicial. -----

----- De referir que, foram também consideradas prioritárias a Extensão de Barcarena do Centro de Saúde de Oeiras, processo igualmente iniciado em Maio de mil novecentos e noventa e cinco, e a Extensão de Algés do Centro de Saúde de Carnaxide, processo iniciado em Maio de mil novecentos e noventa e oito. -----



-----Para as duas extensões do Centro de Saúde de Oeiras foram disponibilizados os terrenos pela CMO e para a extensão de Algés do Centro de Saúde de Carnaxide foram disponibilizadas as antigas oficinas dos Bombeiros Voluntários de Algés.-----

-----De salientar que, foi enviado, em vinte e sete de Outubro de dois mil, o último ofício à Senhora Ministra da Saúde expondo a situação em matéria de equipamentos de saúde no concelho, o que a seguir se transcreve: -----

-----“Como é do conhecimento de Vossa Excelência a Câmara Municipal de Oeiras tem vindo na generalidade dos sectores, a ultrapassar as atribuições que legalmente lhe estão cometidas. -----

-----No sector da saúde, não só se tem confirmado aquela prática como se tem alertado, sistematicamente, o Poder Central para as necessidades sentidas pelos nossos municípios com vista à satisfação das mesmas. -----

-----Apesar das nossas constantes insistências e da compreensão, sempre manifestada pelos nossos interlocutores, quer ao nível de Membros do Governo quer ao nível dos Serviços da Administração Central, não se tem passado das palavras e da compreensão. -----

-----A ilustrar esta afirmação passo a referir: -----

-----Um – Centro de Saúde de Oeiras – Extensão de Paço de Arcos.-----

-----Processo iniciado em Maio de mil novecentos e noventa e cinco com a informação, por parte desta Câmara Municipal de que disponibilizaria o terreno com as características exigidas pela ARS, considerado em PIDAAC desde mil novecentos e noventa e sete e ainda sem obra começada.-----

-----Na reunião havida com a ARSLVT, em Maio do corrente ano, fomos informados de que o projecto inicial estava a ser objecto de redimensionamento (redução de quarenta e dois mil para cerca de trinta mil utentes) com vista à abertura de concurso. Previa-se, então, o início da obra em dois mil e um, com um período de execução de doze a catorze meses e como tal, a obra

estaria concluída em dois mil e dois/dois mil e três.-----

----- De referir que, anteriormente, já tinham sido apresentados outros cronogramas, que nunca foram cumpridos.-----

----- Dois – Centro de Saúde de Oeiras – Extensão de Barcarena: -----

----- Processo igualmente iniciado em Maio de mil novecentos e noventa e cinco, com a informação, por parte desta Câmara Municipal, de que disponibilizaria o terreno com as características exigidas pela ARS. -----

----- Na reunião referida em um, fomos informados de que esta Extensão, prevista para doze mil utentes, envolvendo um investimento de cerca de cento e quarenta mil contos, teria o estudo geotécnico e programa funcional aprovado até ao fim do corrente ano, o projecto de arquitectura elaborado em dois mil e um e obra iniciada em dois mil e dois, com um período previsto de execução de doze meses e, como tal, estaria concluída em dois mil e três/dois mil e quatro.-----

----- De salientar que também esta Extensão de Saúde tinha já sido objecto de várias calendarizações, não cumpridas. -----

----- Três – Centro de Saúde de Oeiras – Extensão de Porto Salvo:-----

----- De notar que, até à reunião realizada em Maio passado próximo, a ARSLVT defendia que com a existência da Extensão de Paço de Arcos, projectada inicialmente para quarenta e dois mil utentes, não se justificava uma Extensão em Porto Salvo. -----

----- Aquela Extensão serviria, assim, os utentes de Paço de Arcos e de Porto Salvo. -----

----- Naquela reunião não só fomos informados da redução da extensão de Paço de Arcos como também fomos confrontados com a necessidade desta Câmara Municipal ceder um terreno, semelhante ao de Barcarena, ou seja, com cerca de dois mil metros quadrados para a construção de uma Extensão de Saúde em Porto Salvo. -----

----- Quatro – Centro de Saúde de Carnaxide – Extensão de Algés: -----



-----Processo iniciado em Maio de mil novecentos e noventa e oito com indicação pela Câmara Municipal de Oeiras de que se disponibilizariam as antigas oficinas dos Bombeiros Voluntários de Algés -----

-----Esta Extensão tem sido objecto de algumas reuniões entre técnicos da ARS e da CMO com vista à concretização do projecto de acordo com as características técnicas exigidas pelo sector e com as recomendações da CMO. -----

-----Cinco – Centro de Saúde de Carnaxide – Extensão de Queijas:-----

-----Esta Extensão de Saúde sempre esteve dependente, segundo a ARS, da definição da área de actuação do Centro de Saúde de Carnaxide, no seu todo, e nomeadamente, no que respeita ao núcleo de Outurela/Portela, assinalado anteriormente como uma zona em franca expansão, tendo em conta os realojamentos operados e a operar no futuro próximo. -----

-----Apenas na reunião de Maio de dois mil nos foi solicitado, pela ARS, um terreno com cerca de dois mil metros quadrados para instalar uma unidade de saúde.-----

-----Por outro lado, no que respeita à abertura de farmácias no concelho, tem-se assistido também a um incompreensível e inaceitável arrastar de situações. Senão, veja-se o que aconteceu com as farmácias de Porto Salvo (Bairro da Auto-Construção) e de Barcarena (Quinta do Sobreiro), processos organizados em Maio de mil novecentos e noventa e seis, só em Janeiro e Março de mil novecentos e noventa e nove, respectivamente, viram publicadas as listas de candidatos admitidos ao respectivo concurso. Neste momento, está aberta ao público a Farmácia de Porto Salvo, desde Maio do corrente ano e, em fase de instalação a de Barcarena.-----

-----Com a publicação, em vinte e dois de Outubro, da Portaria número mil novecentos e trinta e seis-A, de noventa e nove, passámos a poder viabilizar mais sete farmácias, uma na freguesia de Paço de Arcos, duas na de Linda-a-Velha, uma na de Queijas e uma na de Oeiras.---

-----Os processos relativos a estas novas pretensões foram analisados, em reunião realizada na ARSLVT em sete de Dezembro de noventa e nove, com vista a verificar, ponto a

ponto, se os mesmos, já em poder da ARS, alguns desde mil novecentos noventa e seis, estavam em condições, à luz da nova legislação, de ser envidados ao Infarmed, para abertura de concurso.

----- Relativamente a dois dos processos – Oeiras (Medrosa) e Paço de Arcos (Laveiras) procedeu-se, de imediato, à actualização de dados. Quanto às pretensões para Linda-a-Velha (Alto de Santa Catarina) Queijas e Carnaxide (Outurela-Portela) foram consideradas bem instruídas. No que respeita às segundas propostas para Carnaxide e Linda-a-Velha houve necessidade de indicar a localização pretendida e enviar a planta topográfica.-----

----- Em Agosto do corrente ano e em resposta a um ofício da CMO de Janeiro, a ARSLVT informa-nos que “foram retomados os processos já existentes da Medrosa – Oeiras e Laveiras – Paço de Arcos, tendo nesta data seguido para o Infarmed os dados actualizados. -----

----- Relativamente aos casos de Carnaxide e Linda-a-Velha, dado que recentemente foi-nos solicitado parecer para transferência de farmácias da cidade de Lisboa, para aquelas localidades, fica a aguardar-se as referidas transferências, que decerto irão colmatar as necessidades agora sentidas. Posteriormente, se se justificar retomaremos os processos.” -----

----- O exposto é bem elucidativo da falta de vontade do Ministério da Saúde em satisfazer as necessidades detectadas e sinalizadas por esta Câmara Municipal em oportunidade, e reconhecidas pelo próprio Ministério em todo este processo, a nossa postura tem-se pautado por uma permanente e total disponibilidade, quer através da cedência gratuita de terrenos e instalações quer da disponibilidade dos serviços para colaborarem em tudo o que for considerado necessário. -----

----- Este comportamento de seriedade e de colaboração não tem tido correspondência por parte do Ministério da Saúde que tem sistematicamente preterido o Concelho de Oeiras nas opções que tem tomado. -----

----- Não podemos, de facto, esquecer, que casos houve, em que a dotação PIDDAC não correspondia, em nada, ao cronograma físico e financeiro que nos era comunicado. Tal



circunstância, só pode ser interpretada como uma intenção deliberada de não cumprir as promessas entretanto feitas e como uma forma de iludir os municípios de Oeiras.-----

-----Não podemos por isso, esperar mais tempo. -----

-----Já há muito que chegou o momento do Governo honrar os seus compromissos nestas matérias.” -----

-----Aguardamos, conforme solicitado, marcação de audiência. -----

-----Face ao exposto e sem necessidade de entrar em mais detalhes relativamente a outros projectos destes dois sectores – educação e saúde – e a outros sectores de investimento, reafirmamos ser inqualificável a atitude do Governo ao fazer promessas, ano após ano, e levar mesmo à Assembleia da República instrumentos como o PIDDAC que mais não têm servido do que de bases de sustentação às suas afirmações enganosas. -----

-----A postura da Câmara Municipal de Oeiras é, de facto, diferente. Pauta-se por seriedade nas afirmações e nas acções e honra nos compromissos que assume. -----

-----Por tudo isto, decidiu esta Câmara Municipal, em reunião realizada a vinte e dois de Novembro de dois mil, aproveitar o momento em que está a ser apreciado o Orçamento de Estado, na Assembleia da República, para apresentar o seu veemente protesto pelo facto de o Governo elaborar sucessivamente propostas de PIDDAC que integram projectos, reconhecidamente necessários, aos quais não tem sequer manifestado vontade de dar início. -----

-----Em conformidade, decidiu a Câmara Municipal de Oeiras enviar a presente moção à Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro da Educação e à Senhora Ministra da Saúde.” -----

-----II – Continuando o **Senhor Presidente** disse que em relação a esta Moção pensa que todos os Senhores Vereadores já a leram, desconhecendo se algum quer fazer alguma declaração ou alguma proposta de alteração, já que ela mantém-se em agenda desde o dia vinte e dois de Novembro, portanto acerca de um mês. -----

----- No uso da palavra a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** disse que em relação a qualquer equipamento, é necessário reconhecer a importância que ele tem, nomeadamente à importância que têm os equipamentos referidos na Moção em apreço. -----

----- Continuando, lembrou que a Moção contesta a dotação em PIDDAC para estes equipamentos, quer na área da educação, quer na saúde, independentemente, da importância destes equipamentos para o concelho e para as suas populações.-----

----- Gostaria de lembrar que é realmente em sede das respectivas comissões da especialidade, na Assembleia da República que são colocadas as propostas de alteração no PIDDAC; isso é já uma evidência e o Senhor Presidente poderá retorquir que elas foram apresentadas mas não foram contempladas; no entanto, gostaria de dizer, sem se querer substituir ao seu grupo parlamentar, que não faz sentido que um grupo parlamentar que não se disponibilizou a viabilizar o Orçamento de Estado para dois mil e um e as respectivas boxers e o PIDDAC para dois mil e um, repetindo que não faz sentido que não deixando passar à discussão, não votando na especialidade e com muita antecedência o disseram na comunicação social que depois queiram apresentar em sede de comissão da especialidade as respectivas propostas de alteração a esse mesmo Orçamento, ao PIDDAC, às boxers, às grandes opções do Plano, etc., concluindo que isto é um comentário prévio à discussão desta Moção que pretendia introduzir. --

----- Intervindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, começou por pedir desculpa, dizendo esperar que o que vai dizer não fira a susceptibilidade do Senhor Presidente, mas, efectivamente não leu a Moção, talvez também por falta de tempo, mas, sobretudo pelo carácter político que envolve esta questão, porque tem consciência que nesta Moção estão vertidas duas coisas:-----

----- um conjunto de coisas que sempre se quer e nem sempre fazendo se pode fazer tudo;-----

----- o aproveitamento político dessa situação.-----



-----Continuando, disse que também há um aligeirar daquilo que o Senhor Presidente tem dito, que em relação a outro tipo de equipamento, tem sido compreendido e atendido e tem tido a colaboração deste Governo e são várias as matérias que tem referido e até tem um conjunto de actas que podem provar isso, apesar de muitas delas, serem simples conversas que nem nas actas ficam.-----

-----O que se passa aqui, prosseguiu, são dois factores naturais:-----

----- - O primeiro, é o do autarca, todo o autarca e nesse sentido também se inclui, tem que dizer ao Governo, que existe isto, isto, isto e isto e não estão satisfeitos, porque se quer o melhor dos equipamentos para o Concelho de Oeiras, do qual são Vereadores; -----

----- O segundo, é fazer o aproveitamento político que não se fez no passado, em relação a estas mesmas matérias.-----

-----De facto, existe um conjunto de coisas que é necessário fazer, e aí estão todos de acordo, porque até quase num campo particular, nas discussões que tem tido na Assembleia da República, em sede de Grupo Parlamentar e em sede de Grupo Partidário, tem colocado questões sobre situações que pensa serem importantes para o Concelho de Oeiras, opinando que uma coisa é pensar que é preciso dizer porque é importante, outra coisa é o aproveitamento político daquilo que não é possível, tal como a história do cobertor que tapando os pés, destapa a cabeça, portanto, não tapando tudo, e aquilo que não pode tapar, ser aproveitado. Pessoalmente nunca explorou a situação quando o Governo faz, porque também aqui já se disse, que quando o Governo faz, ou se fez a mais, ou que tem feito e tem desempenhado bem o seu papel no Concelho de Oeiras, é porque tem obrigação, e então nesse âmbito se não faz é porque tem obrigação, o Governo deve fazer tudo, apesar de todos terem a percepção, tal e qual como acontece na Câmara, para os munícipes a Câmara também tem que fazer tudo e efectivamente não pode fazer tudo; portanto tem que haver essa compreensão e como ela existe é por isso que o Senhor Presidente tem os votos que tem e por isso tem que perceber também o que se passa com

o Engenheiro Guterres, nomeadamente em matéria daquilo que é a efectividade do seu trabalho.

----- Prosseguindo, opinou que a Moção se lhe afigura mais como um documento político de intervenção, devido ao Senhor Presidente ser um ministro sombra de um governo de alternativa e que as duas coisas se combinam e se pessoalmente está disponível e tem envidado esforços no sentido do Concelho de Oeiras, comprehende, apesar de não ser um génio nisto, que isto serve para a opinião pública e para a comunicação social, mas não é tão ingénuo politicamente que possa dar o seu consentimento a um documento destes. -----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador David Justino** disse pretender fazer dois comentários, os quais na sua opinião são importantes:-----

----- o primeiro tem a ver com a intervenção da Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto e esta Senhora Vereadora sabe porque já teve assento na Assembleia que o facto de se votar contra, ou abstenção, ou a favor na generalidade, não inibe os contributos que na especialidade se possam fazer, no entanto, é óbvio que quando se tem a percepção de que esses contributos devem ser tomados numa economia de troca, ou seja, só aceito o contributo se votares a favor, e foi isso que conduziu alguns entendimentos e algumas conclusões, aliás, a intervenção da Senhora Vereadora vem confirmar o espírito que presidiu à aprovação deste último Orçamento de Estado, ou seja, só aceitam contributos na especialidade, se viabilizarem na generalidade, o que na sua opinião é o princípio mais anti-democrático que possa existir e não é para isso que a Assembleia lá está.-----

----- o segundo tem a ver com a posição quer do Senhor Vereador Emanuel Martins , quer da Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto, que comprehende muito bem, pois é uma situação delicada, mas nestas coisas é mesmo assim, aquilo que se deve pensar, e neste momento não está a pensar como deputado, está como Vereador, é que quando se faz um PIDDAC ou um Orçamento, há opções políticas, ou seja, a manta não chega para cobrir o corpo todo, aí estão todos de acordo, o problema que se põe, é porque é que uns pés são cobertos e outros não o são,



e sabe que isso são opões, por isso é que uns votam contra e outros a favor, mas é natural que enquanto municíipes, enquanto cidadãos e enquanto Vereadores desta Câmara, possam manifestar e mostrar o descontentamento relativamente às opções que foram tomadas por duas razões: -----

----- a primeira porque a verba do PIDDAC que o Concelho de Oeiras vai receber é infinitamente desproporcional ao seu peso em termos de população, em termos de impostos cobrados, em termos de produto realizado, em termos de conceitação de empresas e em termos de qualificação, infinitamente desproporcional; -----

----- a segunda, apesar de saber que existe um princípio base numa economia nacional que é que os municípios grandes têm que contribuir para os concelhos mais pobres, até aí está de acordo e por isso nunca pretenderá que o Concelho de Oeiras, o terceiro concelho a nível nacional, que tem o maior rendimento “per capita”, tenha obviamente, que estar abaixo da sua posição. Compreende isso perfeitamente e até comprehende que em regiões ou concelhos mais desfavorecidos do interior, que precisam de infra-estruturas fundamentais, possam receber uma maior atenção por parte do Estado relativamente aos investimentos do PIDDAC. Agora aquilo com que não concorda, é que os cinquenta por cento dos concelhos de maioria socialista possam ser beneficiados com cerca de setenta a setenta e dois por cento das verbas do PIDDAC, com isso é que não pode concordar, ou seja, não há um critério de solidariedade nacional e essa defende-a, há sim um critério de solidariedade política e nomeadamente partidária e essa não a pode defender e é nesse sentido que acha muito bem que os Senhores Vereadores possam não aprovar essa Moção, mas também é nesse sentido que considera que tem que a aprovar, porque são opções políticas que se fazem e é natural que pessoalmente como discorda dessas opções políticas tem o direito de votar favoravelmente a Moção, mas acima de tudo, para que haja também, o cuidado de se fazer chegar algum indicador de um descontentamento que este tipo de política merece, nomeadamente a distribuição das verbas do PIDDAC, as mesmas não podem

continuar, porque se houvesse critérios de solidariedade nacional, não se importava nada que o concelho de Oeiras ficasse prejudicado, agora, este município ser prejudicado para que outros concelhos fiquem beneficiados, não sendo por esses critérios, isso não pode aceitar. -----

----- No uso da palavra, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** disse estar de acordo com esta Moção e já teve oportunidade de referir que era importante que o Executivo aprovasse por unanimidade esta Moção, pelo que fez um apelo aos Vereadores do P.S. nesse sentido. -----

----- Continuando, argumentou que na sua opinião, esta Câmara Municipal, reflectindo o sentimento dos municíipes, pode manifestar o seu descontentamento e protesto relativamente a uma atribuição de verbas do PIDDAC, que considera lesiva dos interesses deste município, acrescentando que uma das razões principais do descrédito político é o incumprimento de promessas e compromissos assumidos.-----

----- De facto, relativamente a alguns destes equipamentos e não são os melhores equipamentos, são simplesmente equipamentos absolutamente prioritários, alguns deles há muitos anos têm vindo a ser prometidos por sucessivos governos, quer do P.S.D., quer do P.S. e aí refere-se à Extensão do Centro de Saúde de Paço de Arcos, o qual volta a não estar contemplado no PIDDAC de dois mil e um, recordando que se trata de um compromisso assumidos e todos têm um discurso responsável e todos sabem que a manta não dá para tudo e não é possível satisfazer necessidade, carências e reivindicações, o que importa é ter em conta critérios de solidariedade nacional, relativamente a municípios mais carenciados, pensando que é importante sublinhar que quer em relação aos equipamentos de saúde, quer em relação aos equipamentos da educação, trata-se de carências há muito identificadas no concelho, compromissos e promessas há muito assumidos e solenemente declarados por todos os partidos, inclusivé pelo P.S., não achando ser nenhuma incoerência o facto de, enquanto autarcas e representantes dos municíipes deste Concelho, manifestar o descontentamento pela circunstância de mais uma vez esses projectos terem que ficar adiados; de resto, interpelou directamente a



Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto, como é que é possível depois de tantas promessas da DREL, existir uma verba de vinte e cinco mil contos para manutenção do parque escolar do Concelho, a qual é inadmissível, quando há dois ou três anos se assumiu o compromisso de reparar o Pavilhão da Escola Secundária de Linda-a-Velha, que neste momento representa um perigo efectivo para os alunos e demais utentes, perguntando como é possível com uma verba tão pequena e exígua fazer face a tantos problemas. -----

-----Continuando, lembrou que o Grupo parlamentar do P.C., apresentou propostas, como aliás foi acompanhado pelo P.S. noutras ocasiões, relativamente a este concelho, não se percebendo esta alteração de posição, pelo que pensa que assim deve ser manifestada a posição da Câmara e como autarcas que são devem manifestar o descontentamento e protesto pela circunstância, porque todos têm o dever e a obrigação de defender as populações que os elegeram, por mais uma vez terem visto adiados projectos, os quais não são os melhores projectos, são aqueles há muito prometidos para o concelho e que mais uma vez ficam adiados para uma data indefinida e quer ao nível da educação, quer ao nível da saúde, considerar particularmente grave o que se passa e isto já para não falar nas acessibilidades, ou outro tipo de equipamentos, mas, estas duas áreas são fundamentais, concluindo que está disponível para votar favoravelmente esta Moção e faria um apelo a todos para que a votassem favoravelmente também. -----

-----Intervindo a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** disse pretender complementar a intervenção quer do Senhor Vereador David Justino quer do Senhor Vereador Arnaldo Pereira e a esse propósito relembrava uma informação que oportunamente prestou em reunião de Câmara.

-----Assim, referiu que para além de todas as discussões que tiveram lugar nas comissões especializadas, houve uma reunião no dia dois de Outubro na Junta Metropolitana de Lisboa, na qual estiveram presentes três membros do Governo: a Senhora Ministra do Planeamento como coordenadora para a elaboração do PIDDAC; o Senhor Secretário de Estado do Planeamento e o

Senhor Secretário de Estado Luís Parreiral. -----

----- Dessa reunião, continuou, na altura contou detalhadamente o que se passou e, quanto a si, fizeram um bom trabalho de secretariado, porque registaram as preocupações expostas, mas, sinceramente neste momento já não sabe e fazendo uma avaliação daquilo que lhe é dado verificar pela proposta do PIDDAC, a qual teve oportunidade de analisar, ou foi um mau trabalho de secretariado, ou foi uma má análise de avaliação relativamente às necessidades sentidas neste concelho, acrescentando que já alguns dados foram avançados e alguns projectos considerados de extrema importância, pelo que gostaria de perguntar aos Senhores Vereadores do P.S. se a Escola Básica Dois, Três de Caxias se é de facto algo que é apontado como uma não primeira necessidade, se o facto de estar o edifício a ruir e os funcionários estarem a trabalhar nas condições em que estão, as quais considera inqualificáveis, e depois de tanto trabalho e tanta promessa, neste momento, a obra não estar ainda iniciada e a Câmara ter despendido em mil novecentos e noventa e oito, mais de cinquenta mil contos na movimentação de terras, obra que devia ter sido feita pelo Ministério, mas que este não quis fazer por causa dos tais projectos chapa sete que utiliza e que não quer modificar ou utilizar outros, pelo que continua a perguntar se é razoável continuar-se à espera e sistematicamente serem iludidos serem feitas promessas vãs, quer aos autarcas, quer aos pais, alunos e professores e se as condições em que está a funcionar a E.B Dois, Três de Caxias, se são situações com que todos gostariam de ver lá os seus filhos. -----

----- Por outro lado, perguntaria se a Extensão de Centro de Saúde de Paço de Arcos, que é por todos tão sentida como necessária se ela, de facto, mais uma vez é assim considerada, se se olhar para a extensão que tem a programação do PIDDAC dois mil e um, que salvo erro são dezasseis mil quinhentos e cinquenta e seis contos, o que na sua opinião não paga nem parte do projecto de remodelação da tal diminuição relativamente ao projecto que inicialmente foi apresentado, de modo que chama a atenção para todos serem razoáveis e lerem o que têm à sua



frente, pois não é necessário iludirem-se uns aos outros, é hora de reconhecer a situação e ninguém aqui avançou com dados, porque na Moção constam apenas aqueles elementos que são objectivamente reconhecidos por todos como necessidades sentidas por todos os municíipes, não se avançou nada mais do que esses, apesar de haver muitas outras coisas que poderiam ser avançadas no teor da Moção e que não foram, porque só se focaram os aspectos considerados vitais do dia-a-dia das populações.

----- De novo no uso da palavra a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** disse que se os Senhores Vereadores lhes perguntarem se esses equipamentos são importantes, responde que sim, tendo começado por dizer na sua intervenção que era por todos reconhecido como equipamentos importantes, no entanto, a questão que para si subsiste, é que o PIDDAC é apresentado na Assembleia da República como uma proposta e só pode ser alterado na Assembleia da República. Foi por aí que começou a sua intervenção prévia, acrescentando que todos sabem que quando entra uma proposta destas na Assembleia da República “n” municípios se manifestam com “n” propostas de alteração, porque cada um vê as coisas à sua maneira e apesar de não ser isso que está em discussão, isso é um facto e também lhe perguntaram se há critérios de solidariedade, sendo, a sua resposta que sim, só que cada um também pensa que se as suas coisas não forem logo de imediato aceites, não há solidariedade, pelo que questiona o que pensarão as Câmaras do interior, mas de todo o modo não pensa ir por aí, porque isso daria uma longa discussão.

----- Continuando, disse que quando começou a fazer aquela concertação prévia, nomeadamente para o Senhor Vereador David Justino, é porque a lógica de um Orçamento de Estado é esta: ele só pode ser alterado na especialidade, e para ser alterado, tem que passar à discussão na especialidade e os Senhores desde o início, há muito tempo atrás, até sem conhecerem concretamente a proposta, disseram logo não, não houve um espírito construtivo de discussão construtiva, tal como se passa aqui nesta Câmara quando se discute os Orçamentos da

Autarquia, pensando que esta lógica de discussão construtiva não existiu, pelo que não lhe parece legitimo que agora venham com estes artefactos nesta discussão, concluindo que foi isto que quis lançar como consideração prévia à discussão desta Moção, esclarecendo contudo, que houve propostas de alteração ao PIDDAC e ao Orçamento de Estado que foram aceites. -----

----- Intervindo de novo, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que em relação ao que foi dito pela Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto, pensa que isso faz um bocado a história disto, percebendo porque é que realmente há um sentimento generalizado de que essa proposta é uma proposta política; de facto, o P.S.D. na Assembleia da República, ainda antes de se saber o que eram os projectos do PIDDAC, diziam que não. O caso do P.C.P. foi diferente, ele foi coerente, porque disse, seja esta proposta, seja outra que vier em alternativa, votamos não e não; de modo que não o surpreende nada que as coisas sejam assim, porque o sentido construtivo fez-se com o não e não, o que até lhe parecia uma canção.-----

----- De seguida, referiu que, como é sabido, quem criticou por antecipação o Terceiro Quadro Comunitário de Apoio e para isso recorda que Lisboa até estava considerada na Europa, como zona de nível médio e, portanto, o nível médio é um nível bem considerado nos meandros europeus e por isso era para não ter participação europeia e a propósito disso, lembrou-se da solidariedade nacional que soa muito bem ao ouvido, mas é preciso saber do que se está a falar e apesar de não ter sido feito o reconhecimento, todos sabem que foi através do Senhor Primeiro Ministro Guterres que, ainda assim, nessas negociações conseguiu que Lisboa pudesse ser considerada, argumentando o **Senhor Vereador David Justino** que isso são coisas diferentes, voltando o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que sabe que isso são coisas diferentes, só está a fazer a retrospectiva do ponto de vista daquilo que se está a falar: a solidariedade nacional, pois até a própria Europa considera que os concelhos fora de Lisboa, estão em relação a Lisboa com grande déficit; aliás, é preciso ver que esta Moção não está a ser feita na Assembleia da República, está a ser feita numa Câmara, e portanto tem que ter objectivos políticos porque não



os pode resolver nas suas reuniões, argumentando que o que está em causa quando se fala em solidariedade nacional, é que de facto há concelhos no País que estão muito aquém deste concelho e isto é conhecido por todos.

-----Prosseguindo, disse que a situação de Oeiras é outra, porque são Vereadores da Área Metropolitana de Lisboa e está fora do seu pensamento que não seja preciso debaterem-se por aqueles equipamentos que são importantes, mas coloca a pergunta de como se devem debater por eles ? Com uma instrumentalização política ? Ou com objectividade do ponto de vista ?-----

-----Essa é que é a questão na sua opinião, porque solidariedade política nada tem a ver com solidariedade nacional, porque se se fosse pela lógica da solidariedade nacional, teriam todos que compreender essa questão e o que acha estranho é que se diga que isso não acontece, mas não se diga que há um conjunto de coisas já prometidas pelos governos há muito tempo e que ainda não se fazem com este, esquecendo-se que neste momento fazem-se algumas, também, prometidas há muito tempo, ou então não vá ouvir, como ouviu na Assembleia Municipal, a Autarquia a assumir a construção da Estrada Duzentos e Quarenta e Nove-Três como uma realização da Câmara, o que não é, foi o Governo que como há muitos anos estava prometida, veio cá realizar, a não ser que o fecho da CRIL, que há muitos anos o partido que antecedeu este no Governo, deixou cair dentro de Algés e agora os estudos têm que ser retomados para se passar para o lado de lá, tudo isto não conta, esquecendo-se que não se pode fazer tudo, há um conjunto de coisas que não se podem fazer como se quer.

-----Como foi inquirido sobre que posição tinha, esclareceu que a percentagem de verbas do F.E.F., a nível nacional era de treze vírgula dois por cento e Oeiras teve treze vírgula seis por cento, o que prova que Oeiras é dos concelhos mais contemplados com verbas e esses números estão lá, há concelhos socialistas com muito menos que isto e tem que dizer isto para a discussão ter objectividade, não se pode falar só por falar, perguntando se só querem mostrar que há descontentamento em Oeiras, porque isso só lhe faz lembrar a insegurança em Oeiras quando, há

uns tempos atrás, de repente aparece uma situação tipificada e tudo parece muito mal e um mês depois desaparece, opinando que as coisas têm que ser tratadas em sede própria e em sede PIDDAC tentou e vai continuar a tentar que alguns equipamentos que a Senhora Vereadora Teresa Zambujo referiu, com a legitimidade de quem aprovou este Orçamento, vai continuar a debater-se com vista a obter alterações nesse sentido o que vai ser difícil, pois se o Orçamento de Estado fosse como o Orçamento da Câmara isso seria fácil, porque se mudava de um sítio para o outro consoante as necessidades; agora neste caso concreto, acredita que se possam fazer alterações em termos de PIDDAC, pelo que continuará a insistir para que se façam equipamentos que têm que ser feitos, explicando que isto que acabou de dizer é uma coisa, outra coisa é que se queira fomentar a insatisfação que se vive em Oeiras em relação ao Governo Central que nada tem feito por Oeiras, porque não está em causa o que se exige, nessa exigência a bancada socialista é solidária e para isso estão disponíveis, e se aceitarem as exigências que pretende, até pode apresentar uma Moção nesse sentido e fazer junto do Governo exigências nesse sentido; agora, a forma e o conteúdo que dá sustentação a este tipo de situações é que são manifestamente políticos e tem um fim manifestamente político; aliás, como devem calcular não está nada incomodado, antes pelo contrário, está muito à vontade, porque é justamente essa manifestação política que lhe dá à vontade, porque se não houvesse essa manifestação política é que estaria incomodado, mas como esteve em sede de PIDDAC a defender essas situações para Oeiras e não tendo rejeitado o Orçamento que foi possível realizar, sente-se perfeitamente à vontade e vai continuar a debater-se para que as coisas se realizem, mas como bandeira política, pede imensa desculpa, mas na sua opinião o PSD já tem militantes que cheguem para a fazerem e por isso não precisam do seu voto.

O Senhor Vereador David Justino de novo no uso da palavra, disse que até lhe é difícil começar, porque pelos vistos ninguém convence ninguém e as posições do P.S. são claras, são nem definidas, de modo que o problema é assumir a responsabilidades perante os municípios



de Oeiras das posições que cada um toma, o PSD assume as suas e o PS assume as dele e o resultado da votação é isso; agora, há dados objectivos sobre isto, acrescentando que se o Senhor Vereador Emanuel Martins lhe vier falar nos planos do F.E.F. em treze vírgula dois e treze vírgula seis, pede desculpa porque em termos de média nacional, Oeiras está praticamente na média, quando eventualmente pelas receitas geradas ao Estado, Oeiras está muitíssimo acima da média e, portanto, sabe muito bem o que é esse critério de solidariedade nacional, ou seja, é que os municípios mais ricos devem contribuir para os municípios mais pobres; agora o grande problema que se coloca, é o critério de distribuição dessas verbas e aí os dados são clarinhos, o critérios não é um critério de solidariedade nacional, não são os municípios mais pobres que mais beneficiam, são os municípios conotados com a cor política do Governo que mais beneficiam e quem fizer uma análise objectiva dos dados do Orçamento e do PIDDAC sabe isso, pedindo que o Senhor Vereador Emanuel Martins não venha confundir o que é que são os critérios de distribuição de verbas de fundos europeus, com os critérios de distribuição de verbas do PIDDAC, que são fundos nacionais, pois isso, são coisas totalmente diferentes. -----

-----Continuando, disse que a taxa de cobertura do pré-escolar no concelho de Oeiras é das mais baixas, ao que a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** observou ser da responsabilidade da Câmara, e o **Senhor Presidente** intervindo, perguntou aos Senhores Vereadores se não se importante de respeitar as regras democráticas, pois isto não é propriamente um Parlamento e já agora gostaria de dizer que se ganharam vícios no Parlamento, aqui não vai admiti-los porque se trata de um Órgão Executivo, de maneira que cada um fala na sua vez, pelo que pediu ao Senhor Vereador David Justino que continuasse, o que este fez, referindo que relativamente a investimentos, a Senhora Vereadora sabe bem que na rede pública não é responsabilidade exclusiva da Câmara, sabe bem isso; relativamente às condições como algumas escolas estão a funcionar no Concelho, sabe bem que a responsabilidade não é exclusiva, nem total, nem mínima da Câmara e relativamente a infra-estruturas fundamentais,

também o sabe, portanto não venham agora dizer que o problema é da Câmara, porque assim não vale a pena virem verbas do PIDDAC para Oeiras, porque eventualmente a Câmara toma a responsabilidade de tudo, pensando não ser isto o que o Senhor Vereador Emanuel Martins queria dizer; no entanto, pensa que o que é importante destacar é que há uma parte significativa da população de Oeiras, que não tem o acesso a infra-estruturas básicas de responsabilidade do Governo Central, que outros concelhos vizinhos não produzindo e não contribuindo para os cofres do Estado, conforme Oeiras contribui, beneficiam e, para si, este é que é o problema básico e o problema que vem a seguir é perguntar porque é que é assim, no entanto, a resposta do Senhor Vereador Emanuel Martins sabe-a muito bem. -----

----- O **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** de novo no uso da palavra lembrou que efectivamente as propostas e as moções são políticas e sabe perfeitamente que está a votar uma moção que tem um teor político, mas, também pensa que é importante manifestar uma posição política relativamente ao PIDDAC apresentado para o próximo ano, já que o mesmo não satisfaz as carências básicas do Concelho de Oeiras . A circunstância de ser uma Moção política, não significa que, independentemente da sua diversidade, que todos não se possam e devam associar a essa Moção. -----

----- Continuando, disse que está aqui como Vereador da CMO, eleito pela população de Oeiras para defender os interesses do concelho e apesar de considerar muito respeitável essa perspectiva nacional da solidariedade a qual ele próprio tem preconizado e defendido, mas, está aqui a votar como Vereador da CMO, não está aqui a votar como deputado da Assembleia da República nem noutra qualidade e desse ponto de vista, não entrando na chicana de querer isto para o seu concelho e o outro querer outra coisa para o seu concelho, sem entrar na chicana do queijo, pensa que como Vereadores têm que zelar pelos interesses do Concelho de Oeiras , voltando a chamar a atenção para a circunstância, de alguns equipamentos serem altamente prioritários, prometidos há muitos anos e enquanto políticos e enquanto autarcas têm o dever de



honrar a palavra dada, honrar os compromissos assumidos e as promessas, concluindo, que é por esse motivo que considera muito importante que este Executivo, por unanimidade, mostrasse a sua posição política de protesto relativamente ao modo como o PIDDAC este ano não contempla aquilo que é razoável, não é aquilo que é desejável, mas aquilo que é razoável e desta Moção, os três ou quatro equipamentos, nomeadamente a Escola Dois mais Três de Caxias, as verbas para a manutenção do parque escolar, a extensão do Centro de Saúde de Paço de Arcos, sem falar noutras unidades e equipamentos de saúde, são realmente equipamentos fundamentais e altamente prioritários para o Concelho de Oeiras, os quais estão prometidos há muitos anos, não é há um, há dois ou há três, aliás, muitos deles já estiveram contemplados no PIDDAC até com verbas mais substanciais do que aquelas que estão previstas este ano, situação que merece o protesto de todos.

No uso da palavra o **Senhor Presidente** disse que fazia dele as palavras do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, porque efectivamente a Moção é um documento político é uma posição política da CMO e é óbvio que é para tirar aproveitamento político; todavia, se calhar o Senhor Vereador Emanuel Martins queria dizer aproveitamento político-partidário, mas não é o caso, não é aproveitamento político-partidário é simplesmente aproveitamento político, pois é preciso que a população do Concelho saiba que a CMO não está satisfeita com este PIDDAC, nem com a visão que o Governo está a ter relativamente a esta matéria e é preciso que o Governo saiba e os Ministros respectivos saibam que a CMO está insatisfeita; por isso indiscutivelmente que é um documento político.

Por outro lado, também gostaria de dizer que pensou que era muito positivo, um privilégio e uma honra para a Câmara Municipal ter tantos Vereadores Deputados, mas começa a desconfiar da fartura, porque os Senhores Vereadores trazem muita discussão do parlamento para as reuniões camarárias, acrescentando que não tem nada a ver com as posições políticas do grupo parlamentar do P.S.D. porque nem é deputado do P.S.D., já foi mas nunca assumiu e agora

com o estatuto que foi aprovado já não pode lá pôr os pés, e até nem é por acaso que nunca foi ao Parlamento, repetindo que efectivamente os Senhores Vereadores trazem para a Câmara as discussões do parlamento e pessoalmente não tem nada a ver com as posições que o P.S.D. toma no Parlamento, aliás, para si esta não é uma questão de parlamento, é antes uma questão de Governo, porque o Governo apresenta uma proposta na Assembleia da República e esta pode ou não alterar, mas o problema está na base, ou seja, a proposta que o Governo apresentou ao Parlamento é que não devia ser esta, devia ser outra, dando para isso dois exemplos que considera flagrantes: -----

----- o Centro de Saúde de Paço de Arcos, pensando que nesta matéria, o Governo não se está a portar bem com o Concelho de Oeiras e para provar isso regressa ao PIDDAC de mil novecentos e noventa e nove, porque pensa que há aqui uma reserva mental e parece que os querem calar, mas depois não fazem nada, porque nessa proposta, depois de muita pressão, estava consignada no PIDDAC de noventa e nove para aquela extensão, uma verba de dois mil e quinhentos contos e como sabem essa importância não dá para nada, mas adoçaram a boca remetendo para dois mil, trezentos mil contos, e nesse remetem para o PIDDAC dois mil e um, trezentos e noventa e cinco mil contos; agora aparece no PIDDAC de dois mil e um a verba de dezasseis mil e quinhentos contos, já não são os trezentos e noventa e cinco mil contos que estavam e remetem para dois mil e dois, quatrocentos e oitenta e seis mil contos, o que mostra, que andam há três anos a pôr centenas de milhares de contos no ano seguinte àquele a que o PIDDAC diz respeito, e isso não faz sentido. -----

----- Escola Dois mais Três de Caxias, pensa que essa situação é escandalosa, porque os tectos da escola já caiem, a Câmara foi obrigada a negociar um terreno e a gastar cinquenta mil contos na terraplenagem porque o Ministério da Educação assim o exigiu, e isto foi no tempo do Doutor Cavaco, só para lhes dar o exemplo que nesse aspecto, tanto bate nuns como noutras, esta história de fazer escolas tipo caixote, com projectos que servem para qualquer parte de



mundo, não é só deste Governo, já vinha do anterior e o Senhor Engenheiro Guterres, quando foi inaugurar a Escola Amélia Rey Colaço, no Alto de Santa Catarina, apresentou aquela escola, como uma escola modelo e que as escolas do País deviam ser todas como aquela, mas aquilo que o Governo queria fazer, ainda o Governo do Doutor Cavaco, era o tal caixote e também queriam que a Câmara terraplenasse o terreno, mas este Presidente que aqui está recusou-se a fazer isso e exigiu que se fizesse um projecto adequado ao terreno e, assim, foi feito um projecto adequado à inserção naquele terreno e aí está uma escola diferente das outras, acrescentando que em Caxias a Câmara gastou cinquenta mil contos porque o Ministério exigiu que se terraplenasse o terreno para puderem lá implantar as construções, isto já foi em mil novecentos e noventa e oito, estamos em dois mil e nada, de modo que não pode deixar de considerar esta situação intolerável para o Município.

Continuando, disse que é neste sentido que se deve tirar aproveitamento político e quanto ao que o Senhor Vereador Emanuel Martins diz sobre não tirar aproveitamento político no passado, nesse aspecto está à vontade, porque teve no lugar do Senhor Vereador Luís Pires um Vereador do P.S. durante quatro anos e que dava pelo nome de Silva Pinto e que de noventa e três a noventa e sete, na altura do F.E.F. apresentava, todos os anos, uma proposta de crítica ao Governo pelo facto deste não cumprir a Lei das Finanças Locais, as quais tiveram sempre o seu voto favorável, retorquindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que era porque o Senhor Presidente não recebia o dinheiro, volvendo **este** que teve sempre o seu voto favorável, apesar de ser um Governo do seu partido.

Prosseguindo, lembrou que os Senhores Vereadores do P.S. já por diversas vezes falaram sobre a sua posição como porta-voz do gabinete sombra do P.S.D. para o Equipamento Social, chamando a atenção para o facto de nunca ninguém o ter ouvido falar, enquanto porta-voz dessa área, relativamente a outras áreas, pois nunca falou noutras áreas, por considerar que cada macaco no seu galho e nesse âmbito nunca fez declarações fora do equipamento social e

mesmo em relação a essa área tem sido até muito ponderado, pensando que não é o facto de ser porta-voz do P.S.D. nessa área, que isso o vai inibir, como Presidente da Câmara de defender os interesses deste concelho. -----

----- Quanto a não haver espírito construtivo na Assembleia da República como frisou a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto e assim não ser legítimo a discussão deste assunto, na sua opinião o que a Senhora Vereadora disse é que considera grave, perguntando o que é que a CMO tem a ver com o Parlamento Nacional ? Respondeu que nada, e não faltava mais nada, que os deputados do P.S.D. no Parlamento tomem as posições que entenderem e que isso tenha a ver consigo enquanto Presidente da Câmara, acrescentando que para si os deputados do P.S. são úteis relativamente àquilo que em relação ao interesse municipal é importante. -----

----- Continuando, esclareceu que o grupo Parlamentar do P.S.D. pretendia votar contra o Código das Expropriações e de resto até há deputados do P.S.D. que consideram que o Código é inconstitucional; o próprio líder do partido na altura, o Doutor Marcelo Rebelo de Sousa considerava que era inconstitucional, tal como o Doutor Jorge Miranda e por isso o P.S.D. preparava-se para votar contra e pessoalmente fez tudo para que não votassem contra e efectivamente não se votou contra, mas aí, foi o peso dos autarcas do P.S.D. pois todos se opuseram a que se tomasse uma posição daquela natureza quando era um compromisso da própria Associação Nacional de Municípios com o Governo. Este apresentava uma nova Lei das Finanças Locais e a Associação Nacional de Municípios apresentava o Código das Expropriações daí que o Código que o Governo apresentou ao Parlamento foi fruto de negociações entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, lembrando que sempre que toca a defender os interesses do Município, procura fazê-lo junto do Grupo Parlamentar do P.S.D., mais nada, quanto ao resto não tem nada a ver com as posições que eles tomam. -----

----- Quanto à Estrada Duzentos e Quarenta e Nove-Três focada pelo Senhor Vereador Emanuel Martins, certamente que ninguém estranhará que a Câmara Municipal se associe a essa



obra, aguardando contudo que a parte de Sintra arranque rapidamente também, para não se afunilar, mas também é preciso ver que a CMO deixou de receber cerca de um milhão de contos em terrenos que deveriam ser expropriados pelo Governo e que a Câmara é que os colocou à disposição do Governo para que a estrada se fizesse, daí que considera que o Município tem uma participação activa na construção dessa estrada e, mais, para ela se fazer, foi preciso assinar um protocolo, acrescentando que irá estar atento para ver se a Câmara Municipal de Sintra põe os terrenos à disposição ou se é o Governo que os irá expropriar. -----

----- A tão decantada CRIL, continuou, anda sempre na baila e sobre isso só tem a dizer que o anterior Governo fez o troço que está feito, depois esse Governo caiu e o que lhe sucedeu é que devia continuar, pensando que os Senhores Vereadores do P.S. não devem estar à espera que se façam obras com efeito retroactivo, concluindo que foi o Governo do Cavaco Silva que fez a CREL, a CRIL e a A Cinco. Ora, um Governo que esteve dez anos e fez estas três grandes obras, leva-o a perguntar se este Governo que já lá está há seis anos porque é que não fez qualquer coisa também, pelo menos podia ter acabado a CRIL, já é tempo de deixarem de dizer que o Governo do P.S.D. deixou a CRIL em Algés, porque de facto deixou-a, mas alguém devia continuar a fazê-la. -----

----- Quanto ao F.E.F. considera que é hora de se deixarem de sofismas, porque o F.E.F. não é dado pelo Governo, há uma Lei das Finanças Locais que define os critérios de distribuição do F.E.F. e se à CMO lhe toca treze vírgula seis por cento, isso deve-se aos critérios de distribuição do F.E.F. acrescentando que nessa matéria Oeiras até é prejudicada, porque estes critérios de distribuição do F.E.F. prejudica municípios como o de Oeiras, com um território com esta dimensão, pois só a nível do IRC, o Governo arrecada quarenta milhões de contos do Concelho de Oeiras , acreditando que se há município que contribui para a coesão nacional é Oeiras, não havendo por isso favores do Governo em relação ao F.E.F., eles fariam favores se fizessem contratos-programa mas não é o Centro de Saúde, nem a Escola, porque isso não é

favor nenhum, mas para a construção de determinados equipamentos da responsabilidade da Câmara.

Continuando, disse que o Ministério da Saúde está a ter um comportamento incorrecto com a CMO, e apesar de até hoje não ter tido dificuldade em falar com Ministro nenhum, porque precisou hoje de falar com o Senhor Ministro do Desporto e ele atendeu-o logo, mas com a Senhora Ministra da Saúde, é um problema, já lhe pediu uma audiência há dois meses e até agora só existe o silêncio, acrescentando que sabe de Câmaras Socialistas que no tempo do Governo do P.S.D., não convidavam Ministros do P.S.D. para fazer inaugurações, e sabe de Câmaras hoje do P.S.D. que não convidam Ministros do P.S. para as inaugurações, no entanto a Câmara de Oeiras fá-lo, porque já tinha convidado o Senhor Ministro Varas para a inauguração do Clube de Carnaxide e Desportos, no dia seis de Janeiro, mas como ele se demitiu, hoje teve a oportunidade de convidar o Senhor Ministro José Lello e ele aceitou, pelo que perguntou ao Senhor Vereador Emanuel Martins se por acaso está a fazer aproveitamento político trazendo ao Concelho de Oeiras o Ministro dos Desportos para inaugurar um equipamento que é importante e ao qual pretende dizer que está reconhecido porque o Governo comparticipou naquele empreendimento, apesar da Câmara ter tido a maior participação, mas o Governo também comparticipou.

Prosseguindo, disse, que esta Moção é mais do que legítima e mal seria que a Câmara não tomasse posição nisto, até porque esta Moção é para dar conhecimento ao Governo e este está a tempo de acelerar este processo e o seu receio, quer em relação à Escola, quer em relação à Extensão do Centro de Saúde, é que a sua construção fique adiada, porque todos os municípios à volta de Oeiras fazem pedidos, Loures quer um hospital, Odivelas também já quer, Cascais quer dois hospitais, Sintra quer mais um, e já lhes foram prometidos, a actual Ministra já prometeu três hospitais para a região de Lisboa, lembrando que o P.S. na campanha para as eleições da C.M.O. defendia um hospital para o concelho e pessoalmente nunca defendeu um



hospital para Oeiras, assim como o P.S.D. também nunca defendeu, porque consideram que o que faz falta não é um hospital, pois o que era preciso é que o Hospital Francisco Xavier funcionasse bem, porque assim os utentes de Oeiras são bem servidos, basta que existam cuidados de saúde primária, ou seja centros de saúde, porque nessa matéria Oeiras está carente, e considera importante dizer isto ao Governo. -----

----- Intervindo de novo, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** lembrou que o Senhor Presidente se referiu ao F.E.F. e não considera que ele seja dado pelo Governo, mas a verdade é que actualmente a Autarquia recebe-o e no passado não, ao que o **Senhor Presidente** retorquiu que precisamente por isso censurava o Governo e por isso mesmo a Associação Nacional de Municípios Portugueses fez vários congressos, os quais juntaram milhares de pessoas, a censurar o Governo e por isso mesmo o P.S.D., perdeu as eleições. -----

----- De novo no uso da palavra, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** perguntou ao Senhor Presidente se estava satisfeito por Oeiras ser o primeiro município a acabar com as barracas, ao que **este** respondeu afirmativamente. -----

----- Continuando, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que para isso não se pode esquecer do aumento de cinco vírgula seis por cento que foi afecto ao PER, argumentando o **Senhor Presidente** que é preciso deixar-se de demagogias porque a CMO, em mil novecentos e noventa e três assinou com o Governo, e para si, os Governos são entidades sérias e idóneas, mas assinou um acordo mediante o qual iria proceder à construção de três mil cento e sessenta e cinco casas, mas antes disso, já tinha feito outros acordos com o Governo para construir duas mil e tal casas, as quais construiu, acrescentando que no caso do Concelho de Oeiras nunca se notou diferença entre um Governo e o outro, há compromissos assumidos e este Governo limitou-se a dar andamento aos compromissos assumidos pelo Governo anterior e apenas isso, em matéria de barracas, não aprendeu nada com este Governo, porque já vinha de trás, já estava a construir e o actual Governo limitou-se a cumprir os compromissos que vieram de trás, acrescentando que até

faz justiça a este Governo, porque houve melhorias ao nível do PER introduzidas por ele, como é o caso dos financiamentos para a construção da habitação que até mil novecentos e noventa e seis eram considerados para a capacidade de endividamento dos municípios e por disposição deste Governo deixou de contar para a capacidade de endividamento dos municípios, e isso é importante, porque a dada altura municípios como Oeiras e Lisboa já que eram os únicos, eram castigados pelo facto de terem feito habitação, porque se tinham endividado para fazer habitação e chegavam a um determinado momento, queriam acabar com as barracas, tinham accordos para construir habitação, mas não o podiam fazer ao ritmo para que tinham capacidade, porque a capacidade de endividamento estava esgotada o que não fazia sentido, daí que esta é uma medida que considera correcta.

De seguida, disse ir colocar o documento à votação, visto ele já estar agendado há um mês e o Senhor Vereador Emanuel Martins , por um lado diz que não leu a Moção, mas depois propõe-se a alterar o seu conteúdo, o que prova que afinal leu, opinando que podem ser ingénuos, mas não tanto.

Intervindo a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** argumentou que o Senhor Presidente disse que ela trouxe à coacção a discussão parlamentar, mas na sua opinião faz todo o sentido, porque se esta é uma discussão política, tal como foi aqui afirmado e até é óbvio, é natural que diga que o PIDDAC só poderá ser alterado em sede das Comissões dos Grupos Parlamentares, por isso é que trouxe à coacção a discussão parlamentar e no ver da bancada do P.S., e porque isto é uma discussão política, o P.S.D. perdeu a legitimidade, retorquindo o **Senhor Presidente** que aqui não está nenhum P.S.D. está a Câmara de Oeiras, voltando a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** que é a CMO, mas é o P.S.D. que a representa, opinando o **Senhor Presidente** que continua a não ser a mesma coisa, perguntando de seguida que se fizer alguma alteração à Moção se a aprovam favoravelmente, ao que a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** respondeu que votar votam, ver-se-á é em que



sentido. ----

----- Dado que na versão inicial a folhas seis, linha dezoito, contava a frase: “... só por má-fé se age desta forma ...” o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que se a expressão má-fé fosse substituída por outra, não votaria contra e abster-se-ia, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que se o problema era esse mudaria para “... Este comportamento do Governo é incompreensível.”-----

----- III – Como os Senhores Vereadores concordaram com a alteração, o Senhor Presidente submeteu a Moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com abstenção dos Senhores Vereadores Emanuel Martins e Maria Manuela Augusto. -----

----- IV – Intervindo de novo o Senhor **Emanuel Martins** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “A minha abstenção resulta do facto deste ser um documento político, quando valeria a pena fazer um documento que fosse mais objectivo, porque aquilo que aqui está, do ponto de vista objectivo, eu concordo que seja preciso fazer e, mais continuo disponível e a trabalhar no sentido de os realizar. -----

----- No entanto, continuo a dizer que não estou na disposição de utilizar o meu voto em Câmara, para que isso tenha um efeito político de ataque ao Governo, em vez de ter o efeito político de conseguir materializar os interesses dos munícipes de Oeiras.” -----

----- A **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** no uso da palavra disse subscrever a declaração de voto do Senhor Vereador Emanuel Martins . -----

----- Finalmente foi deliberado, aprovar em minuta, esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

18 – EMPREENDIMENTO DE 441 FOGOS EM TALAÍDE – AQUISIÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DE 417 FOGOS – PAGAMENTO DE JUROS DE MORA: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A Câmara Municipal de Oeiras celebrou um protocolo com a empresa Imobiliária Edifer, Sociedade Anónima, destinado à construção de um conjunto habitacional de quatrocentos e quarenta e um fogos, em regime de custos controlados; -----

----- Das habitações construídas, quatrocentos e dezassete fogos foram adquiridos pela Câmara Municipal de Oeiras, a fim de serem atribuídos em regime de arrendamento e as restantes vendidas directamente, pela empresa promotora, a munícipes seleccionados pela Autarquia; -----

----- A execução do empreendimento decorreu da forma prevista, tendo a Câmara Municipal de Oeiras adquirido a posse das fracções autónomas a dezassete de Julho de noventa e nove (cento e trinta e seis fogos) e um de Dezembro de noventa e nove (duzentos e oitenta e um fogos). A escritura de compra e venda ocorreu a quatro de Maio de dois mil;-----

----- Razões de ordem processual e administrativa não permitiram que o pagamento do preço convencionado acompanhasse a recepção dos fogos, pelo que a Edifer se considera credora de juros de mora (nossa referência dezoito mil cento e vinte, de dois de Junho de dois mil) considerando que advieram para a empresa prejuízos pelo facto de terem colocado à disposição da Câmara Municipal de Oeiras os fogos sem o respectivo pagamento da obra efectuada, no período compreendido entre dezassete de Julho de noventa e nove e quatro de Maio de dois mil;

----- A Câmara Municipal de Oeiras ao aceitar a posse das fracções autónomas nas datas anteriormente referidas, atribuindo-as em regime de arrendamento, cobrando a respectiva renda, agiu em nome do interesse público, dando mais um passo no cumprimento do Programa Especial de Realojamento ao proporcionar uma habitação a munícipes residentes em barracas ou casas



degradadas. Esta função é da exclusiva competência do Estado e das Autarquias não cabendo às empresas que colaboram com a Administração, os ónus que advêm do cumprimento dos objectivos anteriormente referidos; -----

----- Analisada a questão de acordo com o artigo nono, do Decreto-Lei número quarenta e oito mil e cinquenta e um, de vinte e um de Novembro de cinquenta e sete, responsabilidade extracontratual por facto lícito, verifica-se que resultaram para a empresa promotora encargos adicionais ao não ser resarcida do capital investido, quando efectuou a entrega dos fogos e, em particular a partir da data da assinatura do contrato-promessa de compra e venda, em vinte e dois de Dezembro de noventa e nove; -----

----- No sentido de negociar as condições que permitissem o restabelecimento do equilíbrio do contrato foi considerado, e aceite pela empresa promotora, que o cálculo dos juros compensatórios deveria abranger o período compreendido entre vinte e dois de Dezembro de noventa e nove (data da assinatura do contrato-promessa de compra e venda) e quatro de Maio de dois mil (data da escritura) à taxa de juros líquida de três vírgula oitenta e sete por cento valor fixado pelo Instituto Nacional de Habitação, no Contrato de Desenvolvimento para Habitação com crédito hipotecário, celebrado a dezasseis de Dezembro de noventa e oito, e referente ao empreendimento em causa. -----

----- Assim, proponho: -----

----- Um – O pagamento de juros compensatórios no valor de quarenta e um milhões cento e oito mil setecentos e trinta e oito escudos, à empresa Imobiliária Edifer, Sociedade Anónima, conforme quadro que a seguir se transcreve. -----

----- Dois – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- “Empreendimento de quatrocentos e quarenta e um fogos em Talaíde, em regime de CDH -----

----- Aquisição de quatrocentos e dezassete fogos -----

----- Valor do Contrato – quatro biliões cinquenta e quatro milhões e quinhentos mil escudos -----

----- Taxa de Juro – três vírgula oitenta e sete por cento-----

----- Pagamentos – Valor – Data / Capital em Dívida (quatro biliões cinquenta e quatro milhões e quinhentos mil escudos) / Data – Início – Fim – Dias / Juros de Capital: -----

----- Quarenta milhões quinhentos e quarenta e cinco mil escudos – vinte e dois de Dezembro de noventa e nove / quatro biliões treze milhões novecentos e cinquenta e cinco mil escudos / vinte e dois de Dezembro de noventa e nove – quatro de Maio de dois mil – cento e trinta e quatro / cinquenta e sete milhões vinte e oito mil novecentos e cinquenta e três escudos--

----- menos quinhentos e seis milhões setecentos e quarenta e quatro mil escudos / trinta de Dezembro de noventa e nove / ... / trinta de Dezembro de noventa e nove / quatro de Maio de dois mil / cento e vinte e seis / menos seis milhões setecentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e dois escudos -----

----- menos um bilião cento e oitenta e dois milhões quatrocentos e dois mil escudos – vinte e oito de Fevereiro de dois mil / ... / – vinte e oito de Fevereiro de dois mil / quatro de Maio de dois mil / sessenta e seis / menos oito milhões duzentos e setenta e quatro mil duzentos e vinte e dois escudos -----

----- menos duzentos e onze milhões oitocentos e oitenta e sete mil seiscentos e sessenta e seis escudos – nove de Abril de dois mil / ... / nove de Abril de dois mil – quatro de Maio de dois mil / vinte e cinco / menos quinhentos e sessenta e um mil seiscentos e quarenta e sete escudos -----

----- menos duzentos e onze milhões oitocentos e oitenta e sete mil seiscentos e sessenta e sete escudos – vinte e sete de Abril de dois mil / .../ vinte e sete de Abril de dois mil – quatro de Maio de dois mil / sete – menos cento e cinquenta e sete mil duzentos e sessenta e um escudos- -

----- menos duzentos e onze milhões oitocentos e oitenta e sete mil seiscentos e sessenta e



sete escudos – vinte e sete de Abril de dois mil / .../ vinte e sete de Abril de dois mil – quatro de Maio de dois mil / sete – menos cento e cinquenta e sete mil duzentos e sessenta e um escudos

-----menos um bilião seiscentos e oitenta e nove milhões cento e quarenta e seis mil escudos – quatro de Maio de dois mil / ... / ... - ... - ... / ... -----

-----Total de Juros – quarenta e um milhões cento e oito mil setecentos e trinta e oito escudos.” -----

-----II – No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** lembrou que esta proposta se manteve porque o mapa estava muito confuso, explicando o **Senhor Vereador David Justino** que o mesmo tem a ver com os atrasos registados no pagamento e por isso tem juros correspondentes a esse atraso.-----

-----Intervindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** inquiriu a que é que se devem estes juros de mora, respondendo o **Senhor Presidente** porque foram entregues as casas e por questões de alteração orçamental, em vez de se pagar no ano passado, só se pagou no ínicio deste ano. -----

-----O **Senhor Vereador David Justino** intervindo de novo, explicou que entre a ocupação das casas e o pagamento efectivo da escritura final, demorou quase um ano; é claro que os preços dos fogos foram calculados não no final, mas em execução, então, dado que a Câmara já tinha contratualizado os preços, entendeu-se fazer uma proposta para compensar os juros de mora, porque se se fizesse uma actualização de preços, pagar-se-ia cerca de sessenta e dois mil contos, por isso é que se optou pelo pagamento de juros que representou uma importância mais baixa, cerca de quarenta e um mil contos, acrescentando que se se fizesse a actualização de preços todo o processo contratual teria que voltar ao princípio. -----

-----III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

19 – PROPOSTA Nº. 2600/00 – CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA AQUISIÇÃO DE EXPEDIENTE, IMPRESSOS, LIVROS E CADERNETAS PARA 2001: -----

----- Esta proposta por decisão do Senhor Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada na próxima reunião. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

20 – ABATE E ALIENAÇÃO DA MÁQUINA COMPACTADORA MARCA REXNORD: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um – Considerando que a máquina mencionada em título, adquirida em mil novecentos e oitenta já foi sujeita a inúmeras reparações, não justificando economicamente a sua manutenção ao serviço.-----

----- Dois – Considerando que a referida máquina se encontra há muito tempo imobilizada por total incapacidade operacional, não se justificando a sua permanência na frota do parque de máquinas municipal, propõe-se:-----

----- Três – Que seja aprovado o abate da máquina compactadora marca Rexnord, sendo também aprovada a posterior alienação ao património municipal, sob a forma de venda em hasta pública. -----

----- Quatro – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**21 – ABATE E ALIENAÇÃO DAS MÁQUINAS ROÇADORAS MARCA KAWASAKI Nº. 555485
E 555521 E MARCA HUSQVARNA MODELO 25 BL: -----**

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um – Considerando que as máquinas de pequeno porte mencionadas em título, já foram sujeitas a inúmeras reparações, não justificando economicamente a sua manutenção ao serviço.-----

----- Dois – Considerando que as referidas máquinas se encontram há muito tempo immobilizadas por total incapacidade operacional, não se justificando a sua permanência na frota do parque de máquinas municipal, propõe-se:-----

----- Três – Que seja aprovado o abate das máquinas roçadoras marca Kawasaki números quinhentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco e quinhentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e vinte e um e marca Husqvarna modelo vinte e cinco BL, sendo também aprovada a posterior alienação ao património municipal, sob a forma de venda em hasta pública.

----- Quatro – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**22 – PROPOSTA Nº. 2615/00 - ABATE E ALIENAÇÃO DAS VIATURAS MARCA RENAULT,
MODELO 4L COM AS MATRÍCULAS QA-71-06, PL-74-33, VG-92-99, 99-19-BU, MARCA
RENAULT, MODELO TRAFIC COM MATRÍCULA CX-91-69, MARCA VOLVO, MODELO
460 COM MATRÍCULA 37-60-FR E MARCA LAND ROVER REGULAR 88 – SÉRIE III,
MATRÍCULA IL-06-39.: -----**

----- Esta proposta, a pedido do Senhor Vereador Emanuel Martins, mantém-se a fim de ser analisada em reunião de trabalho.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**23 – PROPOSTA Nº. 2616/00 - ABATE E ALIENAÇÃO DAS MOTORIZADAS PIAGGIO,
MATRÍCULAS OER-67-61 E OER-93-16.: -----**

----- Dado terem surgido dúvidas por parte dos Senhores Vereadores relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**24 - PROPOSTA Nº. 2617/00 - SATU – SISTEMA AUTOMÁTICO TRANSPORTES URBANOS
DE OEIRAS:** -----

----- Dado terem surgido dúvidas por parte dos Senhores Vereadores relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

25 - PROPOSTA N°. 2618/00 –FÓRUM OEIRAS – SERVIÇOS MUNICIPAIS: -----

----- Dado terem surgido dúvidas por parte dos Senhores Vereadores relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

26 – PROPOSTA Nº. 2619/00 - EMPRESA "OEIRAS VIVA" – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS SÓCIO-CULTURAIS DE OEIRAS: -----

----- Dado terem surgido dúvidas por parte dos Senhores Vereadores relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

27 – PROPOSTA Nº. 2620/00 – PARQUE DOS POETAS – PROJECTO DE EXECUÇÃO DA 1^a.
FASE DE CONSTRUÇÃO: -----

----- No uso da palavra o Senhor Presidente perguntou que dúvidas é que existiam acerca da proposta em discussão, explicando o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que tem algumas e apesar da reunião extraordinária que ocorreu, ter sido útil, porque permitiu ter conhecimento da proposta e obter alguns esclarecimentos e informações, quer da parte do Arquitecto Caldeira Cabral, quer da parte da Arquitecta Gisela, no entanto, tem duas ou três sugestões a fazer, as quais já colocou ao Senhor Arquitecto Caldeira Cabral, nomeadamente incluir uma área temática intitulada: “O Tejo e os Poetas”, volvendo o **Senhor Presidente** que isso poderá ser na segunda ou na terceira fase, retorquindo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que tal ainda não estava previsto, lembrando o **Senhor Presidente** que essas fases ainda não estão feitas, irão sê-lo agora, de modo que qualquer sugestão será bem vinda, mas efectivamente, pensa que esta primeira fase, na sua opinião e julgando por aquilo que viu, na opinião dos Senhores Vereadores, a mesma está muito bem concebida. -----

----- Continuando, informou que pessoalmente também achava que ficava bem na parte do declive, precisamente na segunda fase, depois do Puxa-Feixe, uma fonte monumental com rocha, a qual teria uma boa visibilidade desde Paço de Arcos, do viaduto do Espargal, até à estrada que vai para a Escola Secundária e a Avenida Brasília, idêntica à que viu em Las Vegas, ou seja, uma fonte vulcânica, junto ao Hotel Mirage, e como o Arquitecto Caldeira Cabral a conhece, considerou que efectivamente se poderá tirar dali a ideia, de modo que também lhe agrada a sugestão do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, volvendo **este** que o Tejo tem sido objecto especial de poesia e a localização de Oeiras justifica de certo modo essa possibilidade, o que na sua opinião seria interessante.-----

----- Por outro lado, prosseguiu, também tinha outra sugestão a fazer, apesar de considerar



que o critério de selecção dos poetas foi o mais indicado, têm-lhe chegado reclamações, sugestões e protestos em relação a poetas que não terão sido contemplados e na sua opinião isso poderia ser resolvido nas outras fases, também num âmbito temático, nomeadamente quando se fala no Manuel Alegre ou no Gedeão, como poetas da resistência, acrescentando que há questões programáticas que têm que ser resolvidas. -----

-----Prosseguindo, disse que o que falará de seguida, tem a ver com elementos escultóricos que têm sido construídos no Concelho e também com uma intervenção que o Senhor Presidente fez na reunião extraordinária, onde referiu que o Presidente da Câmara e depois corrigiu, que a Câmara e os eleitos, interrompendo o **Senhor Presidente** que não corrigiu, volvendo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que não corrigiu, acrescentou, matizou, o que quiserem, mas começou por dizer o Presidente e depois acrescentou a Câmara, sobre a possibilidade de esta se pronunciar sobre as artes, os objectos estéticos, no fundo, sobre a paisagem do concelho, que preside há muitos anos e a Câmara também, porque isso é uma competência da Câmara, mesmo em relação a projectos, pois isso é uma competência que a Câmara delega e neste momento está delegada no Senhor Presidente, pensando que apesar disso, a Câmara também tem uma palavra a dizer relativamente a essa matéria, lembrando o **Senhor Presidente** que por isso é que projectos importantes os traz à reunião e não os aprova ele, volvendo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que está correcto, mas voltando aos objectos escultóricos, estão todos de acordo que não devendo privilegiar nenhuma corrente ou tendência estética, já que cada um tem o seu gosto, talvez não seja indicado que o Concelho fique subordinado, pelo menos em termos maioritários a uma determinada tendência estética, opinando o **Senhor Presidente** que aí estão inteiramente de acordo, volvendo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que se estão inteiramente de acordo, voltando ao Parque dos Poetas, lamenta que isso já tenha acontecido, e deve dizê-lo com toda a clareza, não se importando de o dizer ao próprio escultor, esperando que isso não aconteça a outros elementos e a outras

esculturas que se controiem neste concelho, até porque o Executivo também tem uma palavra a dizer a esse respeito, não podendo também, como é lógico, impor o critério e o gosto estético de cada um, pensando contudo que a diversidade é muito importante, opinando o **Senhor Presidente** que isso não irá acontecer. -----

----- Continuando, disse que para quem não esteja de peito aberto, pode dizer que é o Presidente da Câmara que é ditador, pois é a forma mais simples de o qualificar, nas a verdade é que quando diz que se fosse na conversa, e aí até está à vontade, porque está farto de dizer isto, tem grande respeito pelos Arquitectos, designadamente os paisagistas, mas se fosse fazer o que eles querem, havia no Concelho, Lodons, Plátanos, Tílias e Jacarandás, não havia mais árvores no concelho e, para si, isto está errado, tem que se apostar na diversidade e não só nesse campo, como também ao nível da arte. Pessoalmente nunca escolheu nenhum escultor, apesar de poder parecer estranho, dando exemplo da escultura que foi inaugurada em Linda-a-Velha, a qual foi oferecida pelo Administrador da Solbi. Obviamente que não ia dizer que não a aceitava, retorquindo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que podia dizer que não, não vê inconveniente nisso, se um escultor oferecer à Câmara uma peça escultórica que não interessa, lá por ser oferecida podia-se dizer que não, volvendo o **Senhor Presidente** que certeza que podia dizer que não, uma coisa não tem a ver com a outra. -----

----- Continuando, disse que não conhecia o Rogério Timóteo, de maneira que quando lhe disseram que ofereciam a escultura, foi ver que peça ele estava a fazer e realmente gostou e tanto quanto sabe as pessoas de Linda-a-Velha também gostam das Sereias, acrescentando que apesar de ser considerado pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira como uma pessoa sectária, a verdade é que a maior parte das esculturas do Concelho de Oeiras são feitas por comunistas, não tem culpa que os indivíduos da direita não se dediquem às artes, apesar de ainda haver alguns, como é o caso daquele que fez a escultura do Sá Carneiro que está no Areeiro, o Soares Branco, e pessoalmente considera-o de grande nível, pois tem peças escultóricas fabulosas, apesar de nem



todas saírem com o mesmo nível, mas está a fazer o Camilo Castelo Branco e sinceramente pensa que irá ficar uma grande escultura, retorquindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que a escultura ao Sá Carneiro, na sua opinião, não é nenhuma obra de arte, opinando o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que nessa escultura ele foi infeliz, argumentando o **Senhor Presidente** que o monumento ao Sá Carneiro é um caso idêntico ao monumento ao Vinte e Cinco de Abril do Cutileiro, pois este também é o escultor que é e ninguém gosta do monumento ao Vinte e Cinco de Abril; já o monumento do Vinte e Cinco de Abril que foi inaugurado em Oeiras não agrada a toda a gente, as pessoas dividem-se, é como na doutrina, as pessoas dividem-se, mas também se esquecem que é um monumento para ser visto à noite, não de dia, porque iluminado fica outra coisa.

----- Em relação ao Parque dos Poetas, continuou, o critério que está a ser seguido, é seleccionar os grandes escultores portugueses, haverá uma comissão que irá convidá-los e apesar de na primeira fase não ter sido assim, essa atitude pode ser contestável, mas os projectos grandes e as grandes coisas nascem em função de determinadas circunstâncias e a ideia da Alameda dos Poetas não foi da Câmara, mas do escultor Francisco Simões e do David Mourão-Ferreira e se eles foram os autores da ideia, a Câmara só teria que a expandir. Por outro lado, a única coisa que pode dizer, é que ele vai fazer uma parcela importante, mas só do diálogo entre ele e o Arquitecto Paisagista é que se conseguiu uma solução que certeza irá ficar muito bonita, acrescentando que o Parque vai ter uma dimensão tal, que dará lugar a todos os escultores portugueses.

----- Ainda a este propósito perguntou se há mais dúvidas, porque o que o Senhor Vereador Arnaldo Pereira diz deve ser sugerido para a segunda e terceira fases, não para a primeira, pensando que efectivamente é altura dos Senhores Vereadores darem as suas sugestões, porque o próprio arquitecto já lhe disse que tem que se avançar para a segunda fase.

----- Intervindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que pediu ao GARI uma

planta mais desenvolvida, observando o **Senhor Presidente** que tem plantas para todos os Senhores Vereadores, distribuindo-as de imediato.

De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que não percebe uma coisa e apesar do Senhor Presidente ter explicado na anterior exposição, motivo que o levou a exaltar-se da outra vez, esperando que não se exalte hoje de novo e que o esclareça, retorquindo o **Senhor Presidente** que não se irá exaltar, mas poderá não dar a palavra, porque não permitirá que falem indiscriminadamente, já que o Parlamento acabou, volvendo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que se faz as perguntas é porque quer ser esclarecido e no caso concreto gostaria que o Senhor Presidente lhe explicasse, pois na planta estão umas edificações, que nada têm a ver com o Parque, mas que estão anexas ao Parque, o que é que são efectivamente, esclarecendo o **Senhor Presidente** que é o Plano do Norte do Puxa Feixe que está em execução, ou seja, é a área de serviços, zona terceária para escritórios, que faz parte do Plano do Norte de Oeiras, tudo o que era habitação está construído e isto é o que falta construir daquele Plano, lembrando que o Senhor Vereador Emanuel Martins aprovou este plano quando era membro da Assembleia Municipal, retorquindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que sobre isto gostaria de ser melhor esclarecido, pois o facto de o ter aprovado na Assembleia Municipal não altera que não queira ser esclarecido, volvendo o **Senhor Presidente** que irá providenciar no sentido de lhe ser facultada uma cópia, argumentando o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que deseja conhecer o índice de edificação, a densidade de construção, etc., porque já não está na Assembleia Municipal e por esse facto não tem esses elementos, solicitando o **Senhor Presidente**, à Arquitecta Antónia que se encontrava na sala, que fizesse chegar ao Senhor Vereador o Regulamento do Plano e uma planta desse mesmo Plano, esclarecendo que isto nada tem a ver com o Parque dos Poetas, visto que o parque é o terreno sobrante, retorquindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que pode não ter nada a ver com o Parque, mas como lhe está anexo, poderá influenciar, porque depende da volumetria, se isto for



de grande volumetria o Parque dos Poetas desaparecia, motivo porque as quer conhecer. -----

-----Por último o **Senhor Presidente** aconselhou os Senhores Vereadores a colocarem na reunião de trabalho todas as dúvidas que têm, já que esta proposta se manterá agendada, não devendo, a sua aprovação passar da próxima reunião de Câmara. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

28 - PROPOSTA Nº. 2620-A/00 - PARQUE DOS POETAS – ZONA NORTE 1ª. FASE -

ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL: -----

----- Dado terem surgido dúvidas por parte dos Senhores Vereadores relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

29 – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO MARQUÊS DE POMBAL – CP 02.01.13.08.:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência do apoio que tem sido prestado aos organismos que desenvolvem actividade cultural no Concelho, propõe-se que seja atribuída uma comparticipação financeira à Fundação Marquês de Pombal, no valor de um milhão quatrocentos e cinquenta mil escudos, para apoio à realização de diversas actividades culturais. -----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

----- II – Intervindo, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** solicitou um esclarecimento sobre a atribuição deste subsídio, já que a proposta só refere que é para apoio à realização de diversas actividades culturais, pelo que gostaria de saber que actividades são essas.-----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Tavares Salgado** esclareceu que é de acordo com o Plano de Actividades, porque lhe foi atribuído cerca de cinco mil contos.-----

----- O **Senhor Vereador Emanuel Martins** pediu para fazer uma observação e que seja corrigido se estiver enganado, mas pensa que quer esta proposta, quer as que vêm a seguir, não foram discutidas em reunião de trabalho, argumentando o **Senhor Presidente** que não precisa de repetir o que já disse, as deliberações que os Senhores Vereadores não quiserem votar, serão adiadas, inquirindo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** se nesse âmbito esta proposta poderá ser adiada para vir acompanhada dos elementos de suporte, respondendo o **Senhor Vereador Tavares Salgado** que não convém, porque esta proposta tem que ser votada com o Orçamento deste ano, prometendo que fará chegar aos Senhores Vereadores esses elementos.-----

----- III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**30 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO C.C.D. PARA FESTA A OFERECER AOS
REFORMADOS NO NATAL DE 2000:** -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O Centro de Cultura e Desporto é uma organização social dos trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras e dos Serviços Municipalizados, sem fins lucrativos que promove acções de carácter desportivo, cultural, recreativo, social e económico em benefício dos seus associados. -----

----- Ao nível social, este centro apoia os seus sócios aposentados em situação de carência sócio-económica e ou de doença. -----

----- Com o intuito de ajudar a festejar condignamente o Natal de dois mil, propõe-se ao Executivo: -----

----- Um – A aprovação de um subsídio de três milhões cento e cinquenta mil escudos, ao C.C.D. para a Festa de Natal dos Reformados. -----

----- Dois – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**31 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TURÍSTICA ENTRE AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE
MAFRA, OEIRAS E SINTRA E JUNTAS DE TURISMO DA ERICEIRA E COSTA DO
ESTORIL:**-----

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Na sequência das reuniões havidas com a Junta de Turismo da Costa do Estoril e deste assunto ter sido submetido à apreciação da Comissão Municipal de Turismo de Oeiras que aprovou de princípio a adesão e assinatura do protocolo de promoção e animação turística com a “Costa do Estoril & Sintra”, têm vindo a ser desenvolvidos contactos com a Junta de Turismo da Costa do Estoril no sentido de envolver activamente a Câmara Municipal de Oeiras neste projecto ao qual pertencem a Câmara Municipal de Mafra e Sintra, e a Junta de Turismo da Costa do Estoril.-----

----- De acordo com a carta que nos foi dirigida, é chegado o momento de potenciar o protocolo existente com a sua extensão a Oeiras, “que se consubstancia, não só, nas linhas orientadoras definidas pelo ICEP, como pela natural afinidade existente com a Costa do Estoril, Mafra e Sintra”.-----

----- “(...) Com efeito, a inclusão da oferta turística do Município de Oeiras na marca internacional Costa do Estoril & Sintra constituirá, sem dúvida, uma mais valia apreciável. As potencialidades do Município de Oeiras a nível patrimonial, ambiental, cultural e paisagístico traduzir-se-ão num enriquecimento da oferta turística desta área promocional e proporcionarão igualmente à região uma visibilidade acrescida nacional e internacionalmente (...)” -----

----- Será de destacar do presente protocolo o ponto número quatro, alínea a), que define as participações financeiras dos vários subscritores, nas despesas de investimento nas seguintes percentagens:-----

----- J.T.C.E. mais C.M.S. – noventa por cento -----



-----C.M.M. mais J.T.E. – cinco por cento -----

-----C.M.O. – cinco por cento-----

-----Tendo em conta o Plano de Marketing proposto julgamos este valor comportável com os valores orçamentados no Plano de Actividades para o Turismo em dois mil e um, sendo que as mais valias da adesão a este projecto comum de promoção turística, contribuirão decisivamente para um Turismo de Oeiras mais dinâmico, competitivo e também mais exigente a nível de recursos humanos.-----

-----Considerando que as despesas previstas estão contempladas na proposta de Plano de Actividades para o Turismo em dois mil e um, designadamente:-----

----- Apoio a Feiras e Reuniões -----

----- Apoio a Congressos e Eventos Especiais -----

----- Material de Divulgação -----

----- Promoção e Divulgação -----

----- Participação em Feiras de Turismo Nacionais e Internacionais -----

----- Participação em Organismos Nacionais e Internacionais de Turismo -----

----- Marketing e Publicidade -----

----- Considerando o interesse deste projecto e o plano de marketing apresentado propõe-se: -----

----- Que seja autorizada a assinatura do protocolo que a se seguir se transcreve;-----

----- Que esta proposta e respectivo protocolo sejam aprovados em minuta.”-----

----- “Protocolo de Cooperação para a promoção e Animação Turística entre as Câmaras Municipais de Mafra, Oeiras e Sintra e as Juntas de Turismo da Costa do Estoril e Ericeira ----- Com base nas linhas orientadoras para o Turismo Português definidas pela Secretaria de Estado do Turismo e com o objectivo de potenciar áreas turísticas, distintas nos seus produtos mas complementares entre si, a Câmara Municipal de Sintra e a Junta de Turismo da Costa do Estoril,

assinaram, no passado dia dezasseis de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito, um Protocolo de Colaboração para a Promoção e Animação Turísticas conjuntas que foi reconfirmado com a assinatura de novo protocolo incluindo igualmente a Câmara Municipal de Mafra em vinte e seis de Julho de mil novecentos e noventa e nove. -----

As entidades subscritoras do documento mencionado, no qual se previa o eventual alargamento do âmbito do mesmo e na sequência da vontade já manifestada pelo Município de Oeiras, julgam ser o momento de potenciar o Protocolo existente com a sua extensão a esta área geográfica contígua e com oferta turística complementar, o que se consubstancia, não só, nas linhas orientadoras definidas pelo ICEP, como pela natural afinidade existente com a Costa do Estoril, Mafra e Sintra. -----

Com efeito, a inclusão da oferta turística do Município de Oeiras na marca Internacional “Costa do Estoril & Sintra” constituirá, sem dúvida, uma mais valia apreciável. As potencialidades do Município de Oeiras a nível patrimonial, ambiental, cultural e paisagístico, traduzir-se-ão num enriquecimento da oferta turística desta área promocional e proporcionarão igualmente à região uma visibilidade acrescida nacional e internacionalmente. -----

A inclusão da Junta de Turismo da Ericeira como entidade subscritora do protocolo, embora pertencendo à área do Município de Mafra, deve-se à sua qualidade de ser autónoma administrativamente e estar em processo de redinamização da sua actividade. -----

Assim, a Câmara Municipal de Mafra, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva de Direito Público número seiscentos e oitenta milhões seis mil seiscentos e treze, neste acto representada pelo seu Presidente, José Maria Ministro dos Santos, a Câmara Municipal de Oeiras, titular do cartão de Identificação de Pessoa Colectiva de Direito Público número ..., neste acto representada pelo seu Presidente, Isaltino Afonso Morais, a Câmara Municipal de Sintra, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva de Direito Público número quinhentos milhões cinquenta e um mil e sessenta e dois, neste acto representada pela sua



Presidente, Edite de Fátima Santos Marreiros Estrela, a Junta de Turismo da Costa do Estoril, titular do cartão de identificação de Pessoa Colectiva número seiscentos e oitenta milhões treze mil e cinquenta e nove, neste acto representada pelo seu Presidente, José Manuel Gonçalves Carinhas e a Junta de Turismo da Ericeira, titular do cartão de identificação de Pessoa Colectiva número ..., neste acto representada pelo seu Presidente, ..., celebram o presente Protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:-----

Um – Assim, a Câmara Municipal de Mafra, adiante designada por C.M.M., a Câmara Municipal de Oeiras, adiante designada por C.M.O., a Câmara Municipal de Sintra, adiante designada por C.M.S., a Junta de Turismo da Costa do Estoril, adiante designada por J.T.C.E. e a Junta de Turismo da Ericeira, adiante designada por J.T.E., reconhecem as vantagens de uma mutua cooperação, no respeito pela diversidade, identidade e autonomia de cada uma, para a prossecução dos seus objectivos de valorização patrimonial, cultural, ambiental e turísticos.-----

Dois – O presente Protocolo tem por finalidade a cooperação entre as entidades signatárias para a promoção e Animação Turística conjuntas, tanto a nível nacional como internacional, das respectivas áreas que representam. -----

Três – Para a execução dos objectivos do presente Protocolo, as partes propõem-se executar um Plano Anual de Actividades conjunto. -----

Quatro – a) O suporte financeiro para a concretização do presente Protocolo será assegurado pelos subscritores do mesmo, através das suas comparticipações nas despesas de investimento, nas seguintes percentagens: -----

-----J.T.C.E. mais C.M.S. – noventa por cento -----

-----C.M.M. mais J.T.E. – cinco por cento -----

-----C.M.O. – cinco por cento -----

b) O Plano Anual de Actividades será definido até trinta e um de Outubro do ano anterior a que respeita, após aprovação pelas entidades subscritoras e suas cabimentações orçamentais

respectivas.-----

Cinco – A marca internacional que regerá o presente Protocolo durante o seu período de vigência será: -----

----- “Costa do Estoril & Sintra” -----

Seis – A gestão do presente protocolo será assegurada por todas as entidades que reunirão mensalmente ou sempre que tal se justifique. -----

O Secretariado será assegurado alternadamente por cada uma das entidades, por períodos de dois anos. Todas as decisões deverão ser tomadas por consenso, sob pena de poderem vir a inviabilizar a prossecução do presente Protocolo. -----

Sete – As entidades subscritoras do presente Protocolo, acordam entre si, que a negociação e concretização de quaisquer outros protocolos no âmbito da Promoção e Animação Turística seja realizada em conjunto.-----

Oito – O presente Protocolo vigora por tempo indeterminado, se nenhuma das partes o denunciar por escrito com, pelo menos, três meses de antecedência, sem prejuízo da conclusão do Plano Anual de Actividades previamente aprovado para o ano em que a rescisão tiver lugar.-----

Parágrafo Único – No primeiro ano deste Protocolo só as acções promocionais da Costa do Estoril & Sintra serão incluídas no que respeita à área do Município de Oeiras. A integração da Animação deste Município no âmbito do Protocolo só será efectuada no Plano e Orçamento de dois mil e dois.-----

Nove – O presente Protocolo foi aprovado pelos Executivos da Câmara Municipal de Mafra, na sua reunião ordinária realizada em ... , pela Câmara Municipal de Oeiras, na sua reunião ordinária realizada em ..., pela Câmara Municipal de Sintra, na sua reunião ordinária realizada em ..., pela Junta de Turismo da Costa do Estoril, na sua reunião de Direcção realizada em ... e pela Junta de Turismo da Ericeira, na sua reunião de Direcção, realizada em -----

Dez – O presente Protocolo, entra em vigor imediatamente após a assinatura do mesmo pelas



entidades respectivas.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

32 - PROPOSTA N°. 2624/00 - PROC°. 159-PB/83 (6°.VOL) E 160-PB/83 (5°. VOL) – ACORDO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A CMO E A ASSOCIAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS DOS LOTES A1 E A2, DO LARGO FREDERICO DE FREITAS, EM CARNAXIDE:-----

----- Dado terem surgido dúvidas por parte do Senhor Vereador Emanuel Martins relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

33 – PROCº. 4695-PB/95 – S.P. 17/92 - ALTERAÇÃO SUJEITA A REGIME SIMPLIFICADO DO PLANO DE PORMENOR DO MOINHO DAS ANTAS – DELIBERAÇÕES DE 26/5/99 – PONTO 21 E 24/5/00 – PONTO 24:

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um – Como é sabido a Câmara deu por concluídos os estudos urbanísticos, na zona do Moinho das Antas, que se encontram consubstanciados no Plano de Pormenor do Moinho das Antas publicado em Diário da República em trinta de Janeiro de noventa e seis. -----

----- Este Plano integrou naturalmente o acordo celebrado em mil novecentos e noventa e um com o Senhor Fernando Rodrigues Galveias, que determinou, nesta zona, o estabelecimento de diversas permutas e cedências entre o Município e o particular. -----

----- Dois – Por via da eficácia do referido instrumento de Planeamento, deu-se início à construção do edifício a que se refere o processo acima indicado (designado no Plano de Pormenor por Unidade B), tendo-se verificado, durante o período de execução da obra, algumas discrepâncias ao nível da implantação o que motivou o embargo da mesma. -----

----- Três – Após levantamento rigoroso da situação apurou-se que os limites do “lote” em questão apresentavam divergências importantes que implicariam, se o edifício viesse a respeitar o polígono geométrico da propriedade, uma descontinuidade arquitectónica de cerca de dois metros face ao lote adjacente, o que para além de ser uma situação bizarra contrariava as previsões do Plano, que considerava naquele local a implantação de um conjunto urbano em banda contínua. -----

----- Em síntese colocar-se-iam duas hipóteses ou a unidade construtiva respeitava o cadastro e estaria a violar o Plano, ou na tentativa de respeitar o plano se estaria a ultrapassar os limites de propriedade. -----

----- Quatro – As razões para a existência desta insólita situação, apenas encontram



justificação nos deficientes elementos gráficos utilizados como base de suporte para o estabelecimento das permutas referidas em um.

Cinco – Com o objectivo de regularizar a questão evidenciada, haverá necessidade de harmonizar os parâmetros constantes do Plano, traduzidos em acertos de pormenor (conforme quadros síntese abaixo representados) e que conduzirão ainda a ajustamentos na distribuição de encargos com o proprietário do terreno envolvido.

Existente

Quadro Síntese do Plano

Unidade – Área Parcela (metros quadrados) – Área Implantação (metros quadrados)
– Área Bruta de Construção: Habitação – Comércio – Serviços – Hotel – Equipamento – Total –
Estacionamento Arrumos e Áreas Técnicas – Número de Fogos – Lugares de Estacionamento em
Área Coberta

A – mil – mil - ... - ... - ... - ... - três mil – três mil – cem – zero – zero

B – mil duzentos e oitenta e dois – mil duzentos e oitenta e dois – quatro mil
quatrocentos e noventa e um – trezentos e noventa e dois - ... - ... - ... - quatro mil oitocentos e
oitenta e três – três mil quatrocentos e trinta e cinco – vinte e nove – setenta e três

C – nove mil e cinquenta e seis – três mil duzentos e noventa e seis - ... - ... - cinco
mil e oitocentos - ... - dois mil e seiscentos – oito mil e quatrocentos – três mil e seiscentos –
zero – cento e vinte

D um – sete mil e quatrocentos – cinco mil e noventa e quatro – dez mil oitocentos e
sessenta e quatro - ... - ... - ... - ... - dez mil oitocentos e sessenta e quatro - três mil oitocentos e
setenta e cinco – cinquenta e sete – cento e quarenta

D dois – quatro mil trezentos e cinquenta – quatro mil cento e sessenta e cinco – oito
mil quinhentos e cinquenta e cinco - ... - ... - ... - ... - oito mil quinhentos e cinquenta e cinco –
dois mil oitocentos e setenta e quatro – quarenta e quatro – cento e dez

----- E – nove mil setecentos e noventa - nove mil setecentos e noventa / três mil cento e sessenta e dois – quinze mil trezentos e seis – três mil quinhentos e noventa - ... - ... - vinte e dois mil e cinquenta e oito – vinte e nove mil trezentos e setenta – vinte e quatro – setecentos e cinquenta - -----

----- F – oitocentos e setenta e cinco – oitocentos e setenta e cinco - ... - ... - ... - oitocentos e setenta e cinco – oitocentos e setenta e cinco - zero – zero -----

----- G – sete mil cento e oitenta e seis – sete mil cento e oitenta e seis – dois mil – mil – mil - ... - ... - quatro mil – vinte e um mil quinhentos e cinquenta e oito – dezasseis – oitocentos

----- H – sete mil seiscentos e vinte e dois – três mil e catorze - ... - ... - ... - seis mil oitocentos e três - ... - seis mil oitocentos e três – dois mil setecentos e oitenta e seis – zero – oitenta e dois -----

----- ... - quarenta e oito mil quinhentos e sessenta e um – trinta e cinco mil setecentos e dois – vinte e nove mil e setenta e dois – dezasseis mil seiscentos e noventa e oito – dez mil trezentos e noventa – seis mil oitocentos e três – seis mil quatrocentos e setenta e cinco – sessenta e nove mil quatrocentos e trinta e oito – sessenta e sete mil quinhentos e noventa e oito – cento e setenta – dois mil e setenta e cinco. -----

----- Alterado -----

----- Quadro Síntese do Plano -----

----- Unidade – Área Parcela (metros quadrados) – Área Implantação (metros quadrados) – Área Bruta de Construção: Habitação – Comércio – Serviços – Hotel – Equipamento – Total – Estacionamento Arrumos e Áreas Técnicas – Número de Fogos – Lugares de Estacionamento em Área Coberta -----

----- A – mil – mil - ... - ... - ... - ... - três mil – três mil – cem – zero – zero -----

----- B – mil trezentos e sessenta e dois – mil trezentos e sessenta e dois – quatro mil seiscentos e sessenta e sete – quatrocentos e vinte e quatro - ... - ... - ... - cinco mil e noventa e



um – três mil seiscentos e setenta e cinco – vinte e nove – setenta e três -----
-----C – nove mil e cinquenta e seis – três mil duzentos e noventa e seis - ... - ... - cinco
mil e oitocentos - ... - dois mil e seiscentos – oito mil e quatrocentos – três mil e seiscentos –
zero – cento e vinte -----
-----D um – sete mil e quatrocentos – cinco mil e noventa e quatro – dez mil oitocentos e
sessenta e quatro - ... - ... - ... - ... - dez mil oitocentos e sessenta e quatro - três mil oitocentos e
setenta e cinco – cinquenta e sete – cento e quarenta -----
-----D dois – quatro mil trezentos e cinquenta – quatro mil cento e sessenta e cinco – oito
mil quinhentos e cinquenta e cinco - ... - ... - ... - ... - oito mil quinhentos e cinquenta e cinco –
dois mil oitocentos e setenta e quatro – quarenta e quatro – cento e dez -----
-----E – nove mil setecentos e noventa - nove mil setecentos e noventa - três mil cento e
sessenta e dois – quinze mil trezentos e seis – três mil quinhentos e noventa - ... - ... - vinte e
dois mil e cinquenta e oito – vinte e nove mil trezentos e setenta – vinte e quatro – setecentos e
cinquenta -----
-----F – oitocentos e setenta e cinco – oitocentos e setenta e cinco - ... - ... - ... - ... -
oitocentos e setenta e cinco – oitocentos e setenta e cinco - zero – zero – zero -----
-----G – sete mil cento e oitenta e seis – sete mil cento e oitenta e seis – dois mil – mil –
mil - ... - ... - quatro mil – vinte e um mil quinhentos e cinquenta e oito – dezasseis – oitocentos
-----H – sete mil seiscentos e vinte e dois – três mil e catorze - ... - ... - ... - seis mil
oitocentos e três - ... - seis mil oitocentos e três – dois mil setecentos e oitenta e seis – zero –
oitenta e dois -----
-----... - quarenta e oito mil seiscentos e quarenta e um – trinta e cinco mil setecentos e
oitenta e dois – vinte e nove mil duzentos e quarenta e oito – dezasseis mil setecentos e trinta –
dez mil trezentos e noventa – seis mil oitocentos e três - seis mil quatrocentos e setenta e cinco –
sessenta e nove mil seiscentos e quarenta e seis – sessenta e sete mil oitocentos e trinta e oito –

cento e setenta – dois mil e setenta e cinco. -----

----- A natureza das alterações, quase imperceptíveis na Planta de Implantação, não afectam os restantes elementos gráficos, tendo sido apenas alterado o Quadro Síntese do Plano, conforme consta na informação noventa e cinco, de dois mil, da Divisão de Planeamento. -----

----- Seis – Nestas circunstâncias proponho à Câmara que delibere:-----

----- Seis.um – O envio à Assembleia Municipal para, ao abrigo do artigo nonagésimo sétimo, do Decreto-Lei trezentos e oitenta, de noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, aprovar as alterações de pormenor introduzidas ao Plano de Pormenor do Moinho das Antas e o subsequente envio à CCRLVT –Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo para registo e publicação. -----

----- Seis.dois – Dar conhecimento à requerente”.-----

----- II – Sobre este assunto e porque forma suscitadas algumas dúvidas, os Senhores Vereadores pediram para ser esclarecidos pela Chefe da Divisão de Planeamento que havia sido convocada para estar presente nesta reunião, a qual explicou detalhadamente o ponto da situação.

----- III - A Câmara, por maioria, com abstenção dos Senhores Vereadores Arnaldo Pereira, Emanuel Martins e Maria Manuela Augusto, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**34 - PROPOSTA Nº. 2626/00 - PROCº. 347/00 – PEDIDO DE LICENÇA DE LOTEAMENTO EM
LEIÃO, TALAÍDE:** -----

----- Dado terem surgido dúvidas por parte do Senhor Vereador Emanuel Martins relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

35 – S.P. 10/95 – NEGOCIAÇÃO DOS TERRENOS PERTENCENTES A MARIA LINA PULSO RAMOS – PRÉDIO R – 547 – PARQUE DOS POETAS, OEIRAS: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com as conclusões da informação número quinhentos e sessenta e quatro, de noventa e nove, da Divisão de Planeamento, bem como a metodologia determinada para a prossecução dos princípios negociais tendentes à efectiva disponibilização a favor do Município, do terreno acima descrito (R-quinhentos e quarenta e sete) foi acordada a permuta com o terreno municipal, delimitado pela Avenida António Bernardo Cabral Macedo, a Norte, a Rua de São Salvador da Baía, a Poente e adjacente com os lotes dois e três, do Alvará dezassete, de noventa e seis, com os quais confronta respectivamente a Sul e a Nascente. Esta parcela assim definida insere-se por sua vez em área de habitação unifamiliar nos termos do Plano de Pormenor do Norte de Oeiras. -----

----- Com o objectivo de proceder à caracterização da propriedade municipal bem como determinar a verdadeira grandeza da parcela integrada na Zona HU (habitação unifamiliar) do referido Plano, solicitou-se à Divisão de Património e ao Sector de Topografia os esclarecimentos necessários que permitissem a conclusão do processo negocial. -----

----- Neste sentido e de acordo com elementos fornecidos, foi concluído pelos Serviços Técnicos, através da sua informação número oitocentos e vinte e seis, de dois mil, da Divisão de Planeamento, que: -----

----- A área real da parcela a permutar será de setecentos vírgula quarenta e oito metros quadrados; -----

----- Este terreno está integrado num prédio mais vasto identificado pelo artigo R-quinhentos e setenta e três, cuja área total é de oito mil e quarenta metros quadrados, encontrando-se registado nos bens do domínio disponível do Município.-----



----- Nesta conformidade e de acordo com os pressupostos referidos no ponto três, da informação número quinhentos e sessenta e quatro, de noventa e nove, da Divisão de Planeamento, junta ao processo, estima-se que o presumível valor dos terrenos em permuta será a valores do corrente ano, considerando-se que o montante determinado se situa dentro dos valores de venda médios praticados naquele local para lotes de moradias e que corresponde ao seguinte cálculo: -----

----- Quatro mil cento e sessenta metros quadrados (a) vezes cinco vírgula cento e doze contos (b) igual a vinte e um mil duzentos e sessenta e seis contos-----

----- Vinte e um mil duzentos e sessenta e seis contos a dividir por setecentos vírgula quarenta e oito metros quadrados (c) igual a trinta vírgula quatro contos por metro quadrado.-----

----- Em que: -----

----- (a) Terreno propriedade da Senhora Maria Lina Pulso Ramos destinado a integrar o Parque dos Poetas-----

----- (b) Valor unitário actualizado ao ano dois mil, tendo como base os montantes estabelecidos no Plano de Pormenor para terrenos sem ocupação e avaliações complementares elaboradas pelo GCAJ – Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, traduzidas em processo de negociações amigáveis semelhantes.-----

----- (c) Parcela de terreno municipal, a destacar do prédio R-quinhentos e setenta e três, infra-estruturado e integrado na zona HU do Plano de Pormenor do Norte de Oeiras.-----

----- Em face do que antecede e a fim de concretizar a negociação, proponho à Câmara que delibere: -----

----- Aprovar a permuta dos terrenos nas condições expressas na informação número oitocentos e vinte e seis, de dois mil, da Divisão de Planeamento, junta ao processo. -----

----- Enviar à Divisão de Património para, na circunstância de o terreno municipal se encontrar indiviso, promover o destaque da parcela a permitar confrontações expressas na

informação número oitocentos e vinte e seis, de dois mil, da Divisão de Planeamento e a área identificada pela Secção de Topografia, tendo em conta que, no caso de se tratar de uma parcela integrada no plano eficaz e completamente infra-estruturado, a operação de destaque será feita a coberto do número cinco, do artigo quinto do Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro, de noventa e cinco.-----

----- - Enviar à Secção de Notariado para preparar a escritura de permuta. -----

----- - Comunicar aos interessados.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

36 – REQº. 8105/00 APENSO AO 1053-PL/97 (2º. VOL) – ALVARÁ 6/99 – CEDÊNCIAS DE TERRENO A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO, PAÇO DE ARCOS – SOCIEDADE 2 PI – PROJECTOS E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDª.-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Vem a Sociedade Dois PI – Projectos e Promoção de Investimentos Imobiliários, Limitada, na qualidade de proprietário, solicitar através do processo em título, a aceitação da cedência duma parcela de terreno com a área de cento e trinta e cinco metros quadrados, destinada a integração no domínio público. -----

----- Tendo em conta que no processo se informa que o terreno se encontra devoluto e as plantas estão em conformidade com a rectificação do alvará de loteamento seis, de noventa e nove, bem como da certidão rectificativa, proponho à Câmara que delibere: -----

----- Aceitar a integração no domínio público com a área de cento e trinta e cinco metros quadrados a destacar do prédio descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número mil quatrocentos e treze, da freguesia de Paço de Arcos e inscrito na matriz sob o artigo quinhentos e vinte e dois, secção quarenta e sete, da freguesia de Paço de Arcos. -----

----- Emitir certidões, com vista aos necessários registos pelos interessados.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

37 – REQº. 5789/00 APENSO AO 8931-PB/98 (2º. VOL) – CEDÊNCIAS DE TERRENO DESTINADA A INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO, CAXIAS – PAÇO DE ARCOS – A. R. LOPES:

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Vem A. R. Lopes na qualidade se proprietário, apresentar declaração através do processo em título, de aceitação da cedência de uma parcela de terreno destinada a integração no domínio público com a área de doze metros quadrados.- -----

----- Tendo em conta que no processo se informa que o terreno se encontra devoluto e segundo o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística está em conformidade com as plantas constantes do processo, proponho à Câmara que delibere: -----

----- Aceitar a integração no domínio público do terreno com a área de doze metros quadrados a destacar do prédio descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha número mil duzentos e onze, da freguesia de Paço de Arcos e inscrito na matriz sob o artigo número dois mil oitocentos e cinquenta e três, da freguesia de Paço de Arcos.-----

----- Emitir certidões, comprovativas com vista aos necessários registos pelos interessados.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

38 - PROPOSTA Nº. 2630/00 - PROCºS. 6919-PL/94 (25º. E 26º.VOL) E 309/99 (7º. VOL) -

ADITAMENTO-RECTIFICAÇÃO AO A.L. Nº. 10/99, QUINTA DA FONTE, EM OEIRAS -----

----- Sobre este assunto e porque foram suscitadas algumas dúvidas, os Senhores Vereadores pediram para ser esclarecidos pela Chefe da Divisão de Planeamento que havia sido convocada para estar presente nesta reunião, a qual explicou detalhadamente o ponto da situação.

----- **O Senhor Vereador Emanuel Martins** no uso da palavra, solicitou que esta proposta se mantenha a fim de ser analisada em reunião de trabalho, com o que a Câmara concordou. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

39 - PROPOSTA Nº. 2631/00 - PROCºS. 5339-PL/92 (1º. 2º.E 3º. VOL.) – ALTERAÇÃO AO A.L.

Nº. 2/98, EM PORTO SALVO -----

----- Dado terem surgido dúvidas por parte do Senhor Vereador Emanuel Martins relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**40 - PROPOSTA Nº. 2632/00 - PROCº. 804/99 (2º. VOL.) – ANTIGAS INSTALAÇÕES DA TOFA
EM LINDA-A-VELHA – EMISSÃO DE ALVARÁ DE LOTEAMENTO -----**

----- Dado terem surgido dúvidas por parte do Senhor Vereador Emanuel Martins relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**41 - PROPOSTA Nº. 2633/00 - PROCº. 1052-PL/80 (1º. E 2º. VOL.) – EMISSÃO DE
ADITAMENTO-RECTIFICAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 6/86, LAVEIRAS,
CAXIAS -----**

----- Dado terem surgido dúvidas por parte do Senhor Vereador Emanuel Martins relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**42 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO C.C.D. PARA A FESTA DE NATAL/00, DESTINADA
AOS FILHOS DOS SEUS ASSOCIADOS:** -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Todos os anos a Autarquia apoia o Centro de Cultura e Desporto (CCD) dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras e Serviços Municipalizados, a organizar a Festa de Natal para os filhos dos seus associados, que inclui para além dos funcionários das anteriores instituições também com os funcionários das Juntas de Freguesia do Concelho, P.S.P. e G.N.R. e Bombeiros. -----

----- Dentro do mesmo espírito, submete-se à aprovação do Executivo: -----

----- Um – A atribuição de um subsídio no valor de onze milhões quatrocentos e sessenta mil escudos (mil novecentas e dez crianças vezes seis mil escudos) ao CCD para a organização da festa de Natal de dois mil; -----

----- Dois – A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**43 – ANULAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 26/07/00 – PONTO 195,
QUE ATRIBUIU EM REGIME DE VENDA O FOGO SITO NA RUA CONDE DE RIO MAIOR,
Nº. 65, R/C DTº. NO ALTO DA LOBA, AO AGREGADO FAMILIAR DE AMILCAR ANTÓNIO
PEREIRA DA SILVA: -----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência da informação número três mil quatrocentos e vinte e seis, de dois mil, do Departamento de Habitação e despacho nela exarado, propõe-se: -----

----- Um - A anulação da proposta de deliberação número mil setecentos e trinta e dois, aprovada em reunião de Câmara no dia vinte e seis de Julho de dois mil, (ponto cento e noventa e cinco), referente à atribuição em regime de venda do fogo T Dois, atribuído ao agregado familiar de Amilcar António Pereira da Silva, sito no Bairro Alto da Loba, Rua Conde de Rio Maior, número sessenta e cinco, rés-do-chão direito, freguesia de Paço de Arcos. -----

----- Dois – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

44 – ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA ALAMEDA JORGE ÁLVARES, 7, 3º. DTº., NO Bº. DOS NAVEGADORES, AO AGREGADO DE MARIA GABRIELA SALES: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação três mil setecentos e trinta, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição ao agregado familiar de Maria Gabriela Branco de Sales, o fogo T Três, no Bairro dos Navegadores, na Alameda Jorge Álvares, número sete, terceiro direito. -----

----- Dois – A fixação da renda social no valor de três mil cento e noventa escudos, com entrada em vigor no mês de Janeiro de dois mil e um. -----

----- Três – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

45 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA ALAMEDA JOÃO DE MENEZES, Nº. 15 R/C ESQº., NO Bº. DE S. MARÇAL, AO AGREGADO FAMILIAR DE JOAQUIM MIRADOURO COSTA LAMELA:-----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação três mil setecentos e trinta e oito, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição ao agregado familiar de Joaquim Miradouro Costa Lamela, o fogo T Dois, no Bairro de São Marçal, na Alameda João de Menezes, número quinze, rés-do-chão esquerdo. -----

----- Dois – A fixação da renda social no valor de quinze mil oitocentos e sessenta escudos, com entrada em vigor no mês de Janeiro de dois mil e um. -----

----- Três – A demolição da respectiva barraca. -----

----- Quatro – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

46 – ANULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, 7, 3B, NO Bº. DE S. MARÇAL, AO AGREGADO DE MARIA INÁCIA GALHANO;---

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação três mil seiscentos e quarenta e seis, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A anulação da atribuição do fogo T Três, no Bairro São Marçal, sito na Rua Alberto Osório de Castro, sete, três-B, ao agregado de Maria Inácia Galhano, residente no Alto dos Barronhos, número duzentos e quatro. -----

----- Dois – A anulação da respectiva renda. -----

----- Três – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

47 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA RAUL MARIA DE CARVALHO, 2-B, NO Bº. DE S. MARÇAL, AO AGREGADO FAMILIAR DE BENTA CASTRO AMADOR:-----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação três mil seiscentos e sete, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição ao agregado familiar de Benta Castro Amador, do fogo T Zero, no Bairro de São Marçal, na Rua Raul Maria de Carvalho, dois-B, residente no núcleo designado por Eira Velha, número vinte e sete.-----

----- Dois – A fixação da renda social no valor de seis mil cento e quarenta escudos, com entrada em vigor no mês de Janeiro de dois mil e um. -----

----- Três – A demolição da respectiva barraca. -----

----- Quatro – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

48 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA RAUL MARIA DE CARVALHO, 3-A, NO Bº. DE S. MARÇAL, AO AGREGADO FAMILIAR DE TERESA DE JESUS GOMES: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação três mil quinhentos e noventa e nove, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição ao agregado familiar de Teresa de Jesus Gomes, do fogo T Zero, no Bairro de São Marçal, na Rua Raul Maria de Carvalho, número três-A, residente no Alto dos Barronhos, número cento e quarenta.-----

----- Dois – A fixação da renda social no valor de seiscentos e trinta escudos, com entrada em vigor no mês de Fevereiro de dois mil e um.-----

----- Três – A demolição da respectiva barraca. -----

----- Quatro – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**49 – ADJUDICAÇÃO DE 1 VIATURA DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS –
ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 22/11/00 – PONTO 109: -----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência da aprovação da proposta de deliberação número dois mil quatrocentos e sessenta e três, de dois mil e nos termos da mesma, foi-nos enviado pela Divisão de Viaturas e Máquinas duas consultas efectuadas a duas empresas de leasing com vista à aquisição de uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos, a saber:-----

----- - Primeiro – BPI Leasing-----

----- - Segundo – Locapor-----

----- das propostas apresentadas, elaborou-se um quadro de análise das condições propostas. Tendo em consideração dois factores relevantes na análise deste tipo de modalidade: o período de vida útil do equipamento e o menor valor residual (dois por cento) para a opção de compra, concluiu-se o seguinte:-----

----- o concorrente BPI Leasing é aquele que oferece o melhor preço para um contrato de quarenta e oito meses (quarenta e sete rendas mais uma renda), com rendas mensais e antecipadas e com o valor residual de dois por cento do valor do equipamento, na opção de compra do mesmo.-----

----- Resumindo, os valores a praticar na melhor opção são os seguintes: -----

----- - Valor da renda mensal – trezentos e sessenta e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro escudos vezes quarenta e sete rendas mais primeira renda dois milhões novecentos e vinte e cinco mil escudos (valores já com IVA) -----

----- - Valor Total das Rendas – dezassete milhões trezentos e trinta e seis mil cento e trinta e oito escudos mais dois milhões novecentos e vinte e cinco mil escudos igual a vinte milhões duzentos e sessenta e um mil cento e trinta e oito escudos -----



----- Valor Residual – (dois por cento) – trezentos e setenta e quatro mil e quatrocentos escudos, com IVA. -----

----- Valor Total do Equipamento – vinte milhões seiscentos e trinta e cinco mil quinhentos e trinta e oito escudos. -----

----- (O bem sofre um aumento de dez vírgula dois por cento se a aquisição for pelo sistema leasing, comparativamente ao custo que o mesmo teria se fosse adquirido directamente à empresa). -----

----- Nesta sequência, propõe-se ao Executivo a adjudicação em sistema de Leasing de “Uma Viatura marca Volvo, modelo FL seiscentos e dezanove (quatro por dois) duzentos e cinquenta HP equipado com caixa Haller de quinze metros quadrados” à firma BPI Leasing pelo valor total de vinte milhões duzentos e sessenta e um mil cento e trinta e oito escudos, com IVA incluído, mais o valor residual caso a opção seja de compra no final do contrato. -----

----- Nota – Os valores referenciados tomam por base as taxas de juro indexadas à Lisboa a três meses em vinte e nove de Novembro de dois mil, estando as mesmas sujeitas às alterações de mercado.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

50 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA PUBLICAÇÃO DE UM ANUÁRIO MÉDICO DO HOSPITAL DE SANTA CRUZ – CP 02.01.13.07.: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O Hospital de Santa Cruz, que este ano comemora vinte anos de existência, vai pela primeira vez publicar um Anuário Médico.-----

----- Esta publicação tem como principal objectivo constituir uma memória científica do trabalho produzido pelos médicos do Hospital, assumindo-se também como um meio de divulgação interna e externa desta mesma produção, bem como um incentivo de cooperação entre serviços.-----

----- Para a concretização deste projecto, o Hospital de Santa Cruz solicitou à Câmara Municipal de Oeiras uma contribuição monetária, pelo que se propõe a concessão de um subsídio de um milhão de escudos, ao Hospital supracitado.-----

----- Propõe-se a aprovação desta parte da acta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

51 – RECRIA – RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA RUA DOS LUSÍADAS, Nº 10, EM OEIRAS

– CP 02.03.09.01.:-----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Oeiras, encontra-se o Gabinete Técnico Local de acordo com as incumbências a si atribuídas e dentro dos limites da sua área de intervenção, a acompanhar os processos instruídos no âmbito do Programa RECRIA. - -----

----- Relativamente ao Edifício da Rua dos Lusíadas, número dez, instruído no Programa RECRIA e aprovado em reunião de Câmara de vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, informa-se que o cálculo da comparticipação para obras realizadas neste âmbito, foi rectificado em virtude da taxa de IVA ter passado a cinco por cento, nos termos do artigo terceiro, do Decreto-Lei número quatrocentos e dezoito, de noventa e nove, de vinte e um de Outubro e do número três, do artigo quadragésimo quarto, Lei número três-B, de dois mil, de quatro de quatro de Abril. -----

----- Nesta conformidade propõe-se: -----

----- A aprovação do novo valor de orçamento que foi corrigido de onze milhões quatrocentos e setenta e nove mil quatrocentos e um escudos, com IVA a dezassete por cento para dez milhões trezentos e dezanove mil setecentos e vinte e sete escudos, com IVA a cinco por cento. - -----

----- A alteração da atribuição financeira comparticipada pela CMO no âmbito do RECRIA, aos requerentes dos inquilinos do referido edifício, Senhora Dona Lídia Rita da Fonseca Martins e Senhor António Noronha Mendonça, que em vez do valor de dois milhões oitocentos e vinte e dois mil e oitenta escudos, ficou corrigido para dois milhões quatrocentos e noventa e dois mil novecentos e vinte e oito escudos, com IVA incluído à taxa de cinco por



cento.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**52 – RECRIA – RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS, Nº 202-206,
EM OEIRAS – CP 02.03.09.01.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Oeiras, encontra-se o Gabinete Técnico Local de acordo com as incumbências a si atribuídas e dentro dos limites da sua área de intervenção, a acompanhar os processos instruídos no âmbito do Programa RECRIA. - -----

----- Relativamente ao Edifício da Rua Cândido dos Reis número duzentos e dois-duzentos e seis, instruído no Programa RECRIA e aprovado em reunião de Câmara de oito de Março de dois mil, informa-se que o cálculo da comparticipação para obras realizadas neste âmbito, foi rectificado em virtude da taxa de IVA ter passado a cinco por cento nos termos do artigo terceiro, do Decreto-Lei número quatrocentos e dezoito, de noventa e nove, de vinte e um de Outubro e do número três, do artigo quadragésimo quarto, Lei número três-B, de dois mil, de quatro de Abril. -----

----- Nesta conformidade propõe-se: -----

----- A aprovação do novo valor de orçamento que foi corrigido de quatro milhões duzentos e noventa e seis mil setecentos e quatro escudos, com IVA a dezassete por cento para três milhões oitocentos e cinquenta e seis mil e dezassete escudos, com IVA a cinco por cento. --

----- A alteração da atribuição financeira comparticipada pela CMO no âmbito do RECRIA, à requerente Senhora Dona Maria Cecília Penaforte Maximiano Relvas do Nascimento, que em vez do valor de quinhentos e vinte e sete mil quatrocentos e sessenta e quatro escudos, ficou corrigido para quatrocentos e setenta e três mil trezentos e sessenta e quatro escudos, com IVA incluído à taxa de cinco por cento.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem



como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

53 – PROPOSTA Nº. 2645/00 – PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 13/00: -----

----- Dado tratar-se de uma reunião pública, a Câmara concordou em que esta proposta se mantenha a fim de ser analisada em próxima reunião. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**54 - PEDIDOS DE VISTORIA AO ABRIGO DO ARTº. 10º. DO R.G.E.U. - NOTIFICAÇÃO
PARA EXECUÇÃO DE OBRAS - DF'S NºS. 4286, 5049 E 5202/00: -----**

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Face às vistorias efectuadas pela respectiva Comissão resultantes de pedidos anteriormente requeridos pelos respectivos inquilinos, proponho, que esta Câmara Municipal delibere, em conformidade com o artigo décimo, do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, notificar os proprietários dos imóveis abaixo discriminados a procederem às obras de beneficiação e salubridade, constantes dos respectivos autos de vistoria: -----

----- Filipa Teixeira de Almeida Subtil, proprietária do prédio sito em Paço de Arcos, Rua Costa Pinto, número oitenta e oito. -----

----- Necsogal – Empresa Imobiliária Unipessoal, Limitada, construtora do prédio sito em Linda-a-Velha, Rua Antero de Figueiredo, número quinze, quarto-B. -----

----- Paulo Manuel Barradas Modesto Pascoal, proprietário do Jazigo sito em Oeiras, Cemitério Novo de Oeiras, Jazigo-Capela número duzentos e dezasseis. -----

----- Que mais seja deliberado dar conhecimento aos requerentes dos resultados das vistorias.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**55 – PAGAMENTO AO COORDENADOR CIENTÍFICO DO 3º. CICLO DE ESTUDOS
OEIRENSES – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 23/02/00 –
PONTO 34 – CP 02.01.07.20.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Na sequência da proposta de deliberação número trezentos e cinquenta e seis, de dois mil, de vinte e três de Fevereiro, (ponto trinta e quatro) relativa ao pagamento da Coordenação Científica do Terceiro Ciclo de Estudos Oeirenses, propõe-se uma rectificação à mesma que consiste no seguinte:-----

----- Um – Que o pagamento no valor de oitocentos e dezanove mil escudos (com dezassete por cento de IVA já incluído) seja efectuado ao Cesur, Instituto Superior Técnico, ao invés de ser efectuado ao Senhor Professor Engenheiro Manuel da Costa Lobo, uma vez que o mesmo possui um contrato de exclusividade com aquela instituição.-----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.“ -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

56 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA SECUNDÁRIA AQUILINO RIBEIRO PARA REEMBOLSO DAS DESPESAS FEITAS EM TRANSPORTES NOS MESES ANTERIORES À AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA PARA A REQUISIÇÃO DAS VINHETAS – CP 01.05.13.08.:-----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “Um – Introdução -----

----- A oferta do serviço de transportes escolares visa apoiar a deslocação dos alunos que residam a mais de três quilómetros ou de quatro quilómetros do estabelecimento de ensino, respectivamente sem ou com refeitório.-----

----- Para obterem o subsídio de transporte os alunos devem preencher o modelo de candidatura e entregá-lo na escola dentro do prazo estipulado para o efeito. Posteriormente, cabe à Autarquia a análise dos pedidos apresentados e a resposta às escolas que os alunos frequentam.

----- No entanto, a Escola Secundária Aquilino Ribeiro tem usufruído de um prazo excepcional para a entrega das candidaturas ao subsídio em causa, uma vez que o número de alunos que requerem o passe é muito elevado relativamente às restantes escolas. -----

----- Dois – Proposta-----

----- De acordo com as normas de atribuição do subsídio de transporte, têm direito ao reembolso das despesas feitas nos meses anteriores à autorização da Câmara para a requisição das vinhetas, os alunos do ensino básico, do ensino secundário (subsidiados pelo SASE – escalão A) e os alunos deficientes. -----

----- Através de ofício, a Escola Secundária Aquilino Ribeiro solicita o reembolso, relativo ao ano lectivo mil novecentos e noventa e nove / dois mil, para quatro alunos, cuja participação foi de cem por cento do custo dos transportes, e que ficaram excluídos do pagamento dos reembolsos visto que as respectivas candidaturas foram entregues fora de prazo.-

----- Assim, proponho: -----



-----Dois.um - A atribuição de um subsídio global no valor de quarenta e seis mil trezentos e quarenta escudos, à Escola Secundária Aquilino Ribeiro, conforme listagem que a seguir se transcreve.-----

-----Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. -----

-----Dois.três - Pagamento sequente.-----

-----Dois.quatro - Comunicação ao estabelecimento de ensino.-----

-----Dois.cinco - Aprovação em minuta.” -----

-----“Número – Nome – Localidade – Idade – Ano – SASE – Passe – Cri/Ad – Comparticipação – Meses – Preço do Passe – Reembolso: -----

-----duzentos e treze – Bruno Azevedo – Porto Salvo – catorze – Sétimo D - ... – Sub zero dois três – AD – cem por cento – Setembro / Outubro / Novembro/ Dezembro – três mil trezentos e dez escudos – onze mil quinhentos e oitenta e cinco escudos-----

-----duzentos e catorze - Iuri Vieira – Porto Salvo – catorze – Oitavo B - ... - Sub zero dois três – AD – cem por cento – Setembro / Outubro / Novembro/ Dezembro – três mil trezentos e dez escudos – onze mil quinhentos e oitenta e cinco escudos-----

-----duzentos e quinze – Otília Santos – Porto Salvo – quinze – Sétimo F –A - Sub zero dois três – AD – cem por cento – Setembro / Outubro / Novembro/ Dezembro – três mil trezentos e dez escudos – onze mil quinhentos e oitenta e cinco escudos-----

-----duzentos e dezasseis – Silvia Santos – Leceia - ... - Décimo A – B – Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----

-----duzentos e dezassete – Sara Moura – Queluz de Baixo - ... - Décimo B - ... - Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----

-----duzentos e dezoito – Cármida Mendonça – Barcarena - ... - Décimo E - B – Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----

-----duzentos e dezanove – Nereida Alves – Porto Salvo - ... - Décimo F - ... – Sub zero

dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e vinte – Ana Achando – Oeiras - ... - Décimo F - ... – Sub zero dois três –
AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos vinte e um – Ana Figueiredo – Barcarena - ... Décimo F - ... – Sub zero
dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e vinte e dois – Sónia Costa – Tercena - ... - Décimo G - ... – Sub zero dois
três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e vinte e três – Ana Costa – Valejas - ... - Décimo H - ... – Sub zero dois
três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e vinte e quatro – Rosa Leão – Caxias - ... - Décimo H - ... – Sub zero dois
três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e vinte e cinco – Sónia Mineiro – Porto Salvo - ... - Décimo Primeiro B - B
– Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e vinte e seis – Cátia Fonseca – Porto Salvo - ... - Décimo Primeiro D - B –
Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e vinte e sete – Patrícia Borges – Barcarena - ... - Décimo Primeiro D - ...
– Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e vinte e oito – Célia Garcia – Carnaxide - ... - Décimo Primeiro E - ... –
Sub um dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e vinte e nove – Sofia Afonso – Paço de Arcos - ... - Décimo Primeiro E –
B – Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e trinta – Susana Paiva – Leceia - ... - Décimo Primeiro E – B – Sub zero
dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----
----- duzentos e trinta e um – Denise Ferreira – Tercena - ... - Décimo Segundo B - ... –
Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----



-----duzentos e trinta e dois - Dina Esteves – Paço de Arcos - ... - Décimo Segundo B - ...

- Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----

-----duzentos e trinta e três – Manuel Pacheco – Oeiras - ... - Décimo Segundo B - ... -

Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----

-----duzentos e trinta e quatro – Renato Gonçalves – Tercena - ... - Décimo Segundo C -

... – Sub zero dois três – AD – cinquenta por cento - ... - ... - ... -----

-----duzentos e trinta e cinco – Bruno Marques – Porto Salvo - ... - décimo segundo D –
A – Sub zero dois três – AD – cem por cento – Setembro / Outubro / Novembro / Dezembro –
três mil trezentos e dez escudos – onze mil quinhentos e oitenta e cinco escudos. -----

-----Total – quarenta e seis mil trezentos e quarenta escudos.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**57 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DE S. VICENTE, NO ÂMBITO
DO ACORDO DE GEMINAÇÃO OEIRAS/MINDELO – CP 01.05.13.12.:-----**

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “Um – Introdução -----

----- No âmbito do Acordo de Geminação entre as Autarquias do Mindelo em São Vicente de Cabo Verde e Oeiras e de harmonia com os critérios definidos e aprovados pelos dois Municípios, têm anualmente vindo a ser atribuídas bolsas de estudo a estudantes de São Vicente que se candidatam à frequência de estudos superiores. -----

----- De acordo com o regulamento estabelecido cada bolseiro poderá, sem perda de bolsa, repetir no decorrer do curso um dos anos em que não tenha tido êxito. -----

----- Nesta conformidade, encontram-se a ter apoio seis estudantes tendo sido atribuído, através da proposta de deliberação número cento e setenta e seis, de dois mil, de vinte e seis de Janeiro, um subsídio global no valor de três milhões trezentos e sessenta mil escudos, pelo período de Janeiro a Dezembro de dois mil.-----

----- Para o ano lectivo em curso a Câmara Municipal de São Vicente seleccionou a seguinte bolseira: -----

----- - Odete Brito Lopes da Cruz -----

----- Curso de Planeamento e Gestão dos Transportes Marítimos, Portos e Logística. -----

----- Dois – Proposta -----

----- Assim, proponho: -----

----- Dois.um – A atribuição de uma bolsa mensal no valor de quarenta mil escudos, à bolseira supracitada, nos meses de Novembro e Dezembro de dois mil, o valor global da bolsa é de oitenta mil escudos.-----

----- Dois.dois – A atribuição de um subsídio de instalação no valor de quarenta mil



escudos e de um subsídio para apoio na aquisição de livros e material escolar no valor de trinta e cinco mil escudos, perfazendo um total de setenta e cinco mil escudos. -----

----- Dois.três – A atribuição de um subsídio para apoio na aquisição de livros e material escolar aos bolseiros já residentes, o qual deverá ser atribuído no início de cada ano lectivo, no valor de vinte e cinco mil escudos, perfazendo um total de cento e cinquenta mil escudos, a atribuir aos seguintes bolseiros:-----

----- Júlio Rosário dos Santos -----

----- José Maurício Évora Costa -----

----- Gilson Roberto Duarte Modesto -----

----- Francesco Nascimento Mota -----

----- Maria da Conceição Delgado-----

----- Janine da Graça Cruz -----

----- Dois.quatro – O valor global proposto é de trezentos e cinco mil escudos.-----

----- Dois.cinco – Cabimento contabilístico para esta importância. -----

----- Dois.seis – Pagamento sequente. -----

----- Dois.sete – Aprovação em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

58 – PROCESSO DE NOTIFICAÇÃO – 696-DPM/00 – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS NA VIATURA ALFA ROMEU, DE MATRÍCULA VB-75-79, NO ATERRO DE VILA FRIA: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Através do registo número trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e nove, de dois mil, de dezasseis de Novembro corrente, vem o Senhor Joaquim Fernandes Seixas, pedir indemnização, no montante de duzentos e setenta e cinco mil setecentos e noventa e um escudos, pelos danos causados na viatura da marca Alfa Romeu, matrícula VB-setenta e cinco- setenta e nove, que se encontrava no Aterro de Vila Fria e pelo reboque da mesma. -----

----- Aquando da sua deslocação ao Aterro para levantar a viatura, o proprietário verificou que o vidro pequeno da porta traseira do lado esquerdo se encontrava partido, a caixa de fusíveis e o banco de trás estavam danificados e o rádio Pioneer KEH P sete mil e novecentos, tinha sido furtado, danos estes já ocorridos dentro daquelas instalações. -----

----- De acordo com o que está descrito na ficha de entrada, a viatura apresentava um bom estado geral de carroçaria, possuía todas as peças descritas na mesma e tinha ficado fechado. ---

----- No dia cinco de Novembro passado, o agente de segurança que presta serviço no Aterro, informou de que o proprietário ao levantar a viatura detectou os danos acima referidos.--

----- Visto estar provado que os danos na viatura foram feitos no Aterro de Vila Fria e ainda, considerando a remoção indevida da viatura.-----

----- Proponho: -----

----- O pagamento do montante de duzentos e setenta e cinco mil setecentos e noventa e um escudos, ao Senhor Joaquim Fernandes Seixas, correspondente à reparação dos danos causados na sua viatura e ao reboque da mesma. -----

----- A devolução do montante de trinta e sete mil e seiscentos escudos, pago pela guia



cinco mil oitocentos e vinte e dois, de dois mil, de sete de Novembro, aquando do levantamento da viatura, referente às taxas de remoção e depósito da viatura no Aterro de Vila Fria. -----

----- A comunicação da presente deliberação ao município. -----

----- A aprovação da presente proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

59 - Pº. 190-DIM/DEIM/98 - DUPLICAÇÃO DA RIBEIRA DA JUNÇA – 2ª FASE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 06.01.02.01.:-----

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Em reunião de Câmara de doze de Maio de noventa e nove, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à empresa Neopul – Sociedade de Estudos e Construções, Sociedade Anónima, pela importância de cento e sessenta e três milhões trezentos e trinta e dois mil duzentos e noventa e quatro escudos, com o prazo de execução de cento e noventa dias úteis, de acordo com o Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro. -----

----- Segundo a informação número mil trezentos e setenta e sete, de dois mil, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, a firma fiscalizadora Pórtico – Gabinete de Engenharia, Limitada, realizou a trinta de Outubro de dois mil, a medição de trabalhos, cujo auto se anexa ao processo e importa em vinte e quatro milhões seiscentos e setenta e nove mil e trinta escudos. ---

----- De acordo com a fiscalização, os trabalhos foram executados em boas condições e são todos previstos. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de vinte e cinco milhões novecentos e doze mil novecentos e oitenta e dois escudos, o qual inclui a importância de um milhão duzentos e trinta e três mil novecentos e cinquenta e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Neopul – Sociedade de Estudos e Construções, Sociedade Anónima.-----

----- Remeter cópia do auto de medição ao GARI – Gabinete de Apoio às Relações Internacionais -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----



-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**60 - Pº 191-DIM/DEIM/99 - ARRANJO PAISAGÍSTICO DA PRACETA ANTÓNIO ALEIXO, EM
CARNAXIDE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 6.º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS
- CP 10.01.02.01:-----**

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Em reunião de Câmara realizada em vinte e dois de Dezembro de noventa e nove, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à empresa Rosado & Frazão – Construções Civis e Obras Públicas, Sociedade Anónima, pela importância de trinta e três milhões novecentos e noventa e nove mil setecentos e noventa e três escudos, com o prazo de execução de seis meses de acordo com o artigo centésimo trigésimo segundo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Segundo a informação número mil trezentos e setenta e seis, de dois mil, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, a obra referida em título diz respeito ao arranjo paisagístico da Praceta António Aleixo, em Carnaxide, estando prevista a construção de um arruamento com cerca de quarenta e cinco metros de comprimento e parqueamento para vinte e quatro viaturas, o ajardinamento de uma área de terreno com cerca de mil e oitocentos metros quadrados, a instalação de uma rede de rega automática, a construção de uma estadia pavimentada e a colocação de mobiliário urbano. -----

----- Em trinta de Outubro de dois mil, foi pela fiscalização da DOM – Divisão de Obras Municipais e na presença do representante do adjudicatário, realizada a medição dos trabalhos relativos à empreitada em epígrafe, cujo auto se anexa ao processo e importa em dois milhões setecentos e oitenta e sete mil seiscientos e cinquenta e dois escudos, correspondendo a trabalhos previstos. -----

----- Ainda segundo a mesma informação, os trabalhos foram executados em boas condições. -----



-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de dois milhões novecentos e vinte e sete mil e trinta e cinco escudos, o qual inclui a importância de cento e trinta e nove mil trezentos e oitenta e três escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Rosado & Frazão – Construções Civis e Obras Públicas, Sociedade Anónima;-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**61 - Pº 293-DIM/DEIM/99 - DUPLICAÇÃO DA RIBEIRA DA JUNÇA – 3ª FASE – APROVAÇÃO
E LIQUIDAÇÃO DO 2.º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 06.01.02.01.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Em reunião de Câmara realizada em vinte e dois de Dezembro de noventa e nove, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à empresa OFM – Obras Públicas Ferroviárias e Marítimas, Sociedade Anónima, pela importância de sessenta e oito milhões cem mil quinhentos e trinta e oito escudos, com o prazo de execução de 6 meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Segundo a informação número mil trezentos e setenta e cinco, de dois mil, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, a obra terá uma extensão de cerca de cem metros, estando prevista uma secção constituída por um quadro rectangular, onde se inscreverão duas secções separadas por uma parede descentrada, de modo a terem funcionamentos distintos e independentes. -----

----- Em vinte e nove de Setembro de dois mil, foi realizada a medição dos trabalhos pela fiscalização da Pórtico – Gabinete de Engenharia, Limitada, da empreitada designada em título, cujo auto se anexa ao processo e importa em dois milhões seiscentos e quarenta e dois mil quatrocentos e sessenta e sete escudos, correspondendo a trabalhos previstos.-----

----- Segundo a mesma informação, os trabalhos foram executados em boas condições. ---

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de dois milhões setecentos e setenta e quatro mil quinhentos e noventa escudos, o qual inclui a importância de cento e trinta e dois mil cento e vinte e três escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa OFM – Obras Públicas Ferroviárias e Marítimas, Sociedade Anónima. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----



-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**62 – Pº. 300-DIM/DAD/99 – REPARAÇÃO / MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS EM
BARCARENA, CARNAXIDE E QUEIJAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE
MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.01.03.04.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por vinte e quatro milhões quinhentos e noventa e sete mil setecentos e noventa e sete escudos, à empresa M. B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima.-----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de cinco milhões quinhentos e cinquenta e três mil oitocentos e trinta e cinco escudos, o qual corresponde a:-----

----- - Trabalhos previstos – três milhões quatrocentos e cinquenta e um mil setecentos e quarenta e oito escudos; -----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – dois milhões cento e dois mil e oitenta e sete escudos. -----

----- Os trabalhos a mais foram já objecto de aprovação em reunião de Câmara realizada em vinte e cinco de Outubro do corrente ano e implicam um encargo financeiro de oito vírgula cinco por cento.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de cinco milhões oitocentos e trinta e um mil quinhentos e vinte e sete escudos, o qual inclui a importância de duzentos e setenta e sete mil seiscentos e noventa e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa M. B. Pereira da Costa, Sociedade



Anónima; -

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

63 - Pº 49-DIM/DSA/00 - MUSEU DO AUTOMÓVEL ANTIGO - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS – CP 11.05.03.19.:-----

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quatro milhões oitocentos e dezoito mil e quarenta e cinco escudos, à firma Saninstel, Instalações Eléctricas e Informática, Limitada. - -----

----- No decorrer da mesma verificou-se a necessidade de se proceder a alguns trabalhos não previstos inicialmente, pelo que foi solicitada à empresa adjudicatária uma proposta para os trabalhos suplementares a executar. Estes trabalhos a mais referem-se ao fornecimento e montagem de calhas, de armaduras; mais caixas de derivação e montagem e fornecimento de cabos. -----

----- Tendo em conta o tipo de obra, verificou-se que estes trabalhos são imprescindíveis, por questões de segurança e porque sem os mesmos a obra ficaria deficientemente concluída.----

----- O empreiteiro apresentou uma proposta de trabalhos a mais no valor de setecentos mil oitocentos e quarenta escudos.-----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de mais ou menos catorze vírgula seis por cento em relação ao preço da obra. -----

----- Em face do que antecede e de acordo com as informações números trezentos e quarenta e seis, de dois mil, da Divisão de Equipamento e Iluminação Pública e quarenta e cinco, de dois mil, do Departamento de Infra-Estruturas Municipais. -----

----- Proponho: -----

----- A aprovação da execução dos trabalhos a mais no valor de setecentos mil oitocentos e quarenta escudos, mais IVA à taxa de cinco por cento;-----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----



-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

64 – REPARAÇÃO DE FOGO DEVOLUTO SITO NO Bº. DOS CORAÇÕES, Nº. 1, 1º. – CP

05.01.03.07.:-----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número três mil setecentos e cinquenta e um, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - O pagamento à empresa “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, das obras referidas em epígrafe, pelo valor de quinhentos e trinta e dois mil escudos, que acrescido do valor do IVA de vinte e seis mil e seiscentos escudos, totaliza quinhentos e cinquenta e oito mil e seiscentos escudos. -----

----- Dois – A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

65 - REPARAÇÃO DE FOGO DEVOLUTO SITO NA RUA DR. OLIVEIRA MARTINS , Nº. 32,

1º-B – CDH DO MOINHO DA PORTELA – CP 05.01.03.07.: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número três mil setecentos e cinquenta e dois, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - O pagamento à empresa “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, das obras referidas em epígrafe, pelo valor de trezentos e sessenta e seis mil seiscentos e vinte escudos, que acrescido do valor do IVA de dezoito mil trezentos e trinta e um escudos, totaliza trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e cinquenta e um escudos.-----

----- Dois – A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

66 – ALIENAÇÃO DO 2º. ESQº., DO PRÉDIO Nº. 10, DA RUA DA LIBERDADE, NA ENCOSTA DA PORTELA, AO AGREGADO FAMILIAR DE JOÃO ANTÓNIO AFONSO SANTOS:-----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “João António Afonso Santos, residente na Rua da Liberdade, número dez, segundo esquerdo, solicita a compra do fogo no qual habita, a pronto pagamento.-----

----- O mencionado fogo situa-se nos blocos destinados à conversão de arrendamento em venda, localizando-se o imóvel em causa na área abrangida pelo artigo cento e dois e sob o qual se encontra registada uma acção entre particulares que obsta a que a maioria das Instituições Bancárias concedam o empréstimo necessário para as aquisições.-----

----- Na sequência da informação número três mil e noventa e seis, de dois mil, do Departamento de Habitação, o requerente assume o compromisso da compra a pronto pagamento, proponho, de que esta Câmara Municipal delibere aprovar:-----

----- Um – A alienação do terceiro andar direito, do prédio número dez, da Rua da Liberdade, fracção F, de tipologia T Dois, com a área bruta de oitenta e um metros quadrados, descrita na Conservatória do Registo Predial sob a ficha seis mil trezentos e vinte e seis, da freguesia de Carnaxide, pelo preço de oito milhões quinhentos e setenta e três mil escudos, ao agregado familiar de João António Afonso Santos, desde que a aquisição se processe nos moldes indicados pelo interessado, sendo a escritura realizada no Notário Privativo desta Câmara Municipal, uma vez que não é necessária a contracção de qualquer empréstimo, devendo ser realizada no prazo máximo de trinta dias.-----

----- Dois – A aprovação da presente proposta em minuta, devendo ser dado conhecimento à interessada da sua aprovação e do encaminhamento do procedimento para o DAG - Departamento de Administração Geral /Notariado, devendo a Divisão de Património requisitar a necessária certidão da Conservatória do Registo Predial e fotocópia da Caderneta



Predial. ----

----- Três – A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**67 – REALOJAMENTO DEFINITIVO DO AGREGADO FAMILIAR DE BÁRBARA MIOA
PALMA GURITA, NO FOGO SITO NA AV^a. DOS CAVALEIROS Nº. 16, R/C –A, NO Bº. DA
OUTURELA/PORTELA:**-----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com os parâmetros definidos na actual política habitacional da Câmara em conformidade com o exposto na informação número três mil quinhentos e cinquenta e um, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A atribuição ao agregado familiar de Bárbara Mioa Palma Gurista residente na Eira Velha, número um, o fogo T Um, no Bairro Outurela/Portela, na Avenida dos Cavaleiros número dezasseis, rés-do-chão – A. -----

----- Dois – A fixação da renda social no valor de oito mil duzentos e oitenta escudos, com início no próximo mês de Dezembro de dois mil.-----

----- Três – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

68 – ACTUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTE AOS ESPAÇOS COMERCIAIS: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Nos termos dos contratos de arrendamento celebrados entre a Câmara Municipal de Oeiras e os arrendatários dos espaços comerciais abaixo identificados, propõe-se:-----

----- Bairro – Morada – Nome – Renda Anterior (escudos) – Renda Actualizada (escudos)

----- Moinho da Portela - Avenida dos Cavaleiros, quinze - A, cave - Alcides Landim Vaz Carvalho - quarenta e sete mil seiscentos e cinquenta – quarenta e oito mil e setecentos -----

----- Moinho da Portela - Avenida dos Cavaleiros, vinte e um - A, cave - Maria Filomena Silva – vinte mil e setenta - vinte mil quinhentos e dez -----

----- Moinho da Portela - Avenida dos Cavaleiros, vinte e sete, cave - Aurinha da Luz A. Martins - doze mil e noventa – doze mil trezentos e cinquenta -----

----- Encosta da Portela/PER – Rua Augusto Nobre, dois – Sérgio Manuel Pinheiro Ferreira – quarenta e seis mil e oitocentos – quarenta e sete mil oitocentos e trinta -----

----- Encosta da Portela/PER – Rua Augusto Nobre, quatro – A – Maria de Lurdes Marcelino Jorge – quarenta e sete mil e setecentos – quarenta e oito mil setecentos e cinquenta --

----- Encosta da Portela/PER - Rua Augusto Nobre, seis - Alcinda Rocha Fortes - cinquenta e dois mil novecentos e sessenta - cinquenta e quatro mil cento e vinte-----

----- Encosta da Portela/PER - Rua Augusto Nobre, seis - A - Manuel Rogério S. Carneiro - cinquenta e dois mil duzentos e noventa – cinquenta e três mil quatrocentos e quarenta-----

----- Encosta da Portela/PER - Rua Augusto Nobre, seis – B – Adelino Sanches Fortes – quarenta e nove mil e cem – cinquenta mil cento e oitenta -----

----- Encosta da Portela/PER – Rua João Maria Porto, dois – Brasa Real – Empresa de Restauração, Limitada – setenta e quatro mil e cem – setenta e cinco mil setecentos e trinta -----

----- Pombal - Rua Professor Mota Pinto, quatro - Correio da Linha - trinta mil seiscentos



e noventa – trinta e um mil trezentos e sessenta. -----

----- Alto da Loba – Rua Instituto Conde de Agrolongo, quarenta e um – E – Manuel Ferreira Rodrigues – três mil – três mil e setenta-----

----- Alto da Loba – Rua Instituto Conde de Agrolongo – quarenta e três – D – Hirondina Ana Santos – vinte e um mil trezentos e quarenta – vinte e um mil oitocentos e dez -----

----- Alto da Loba – Rua Thomaz de Mello, seis – C – António Borges Monteiro – cinquenta e três mil trezentos e noventa – cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta-----

----- Bento Jesus Caraça – Rua Junção do Bem, sessenta e seis – A – José Luís Ramos Osório - cento e um mil quatrocentos e trinta e oito – cento e três mil seiscentos e setenta-----

----- Nota - A actualização com base na Portaria mil e sessenta e dois – A, de dois mil, de trinta e um de Outubro, sendo o coeficiente para dois mil e um, de um vírgula zero vinte e dois. -

----- Um – A actualização da renda mensal, a partir de um Fevereiro de dois mil e um; ----

----- Dois - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

69 – REVESTIMENTO DO PAVIMENTO DAS GALERIAS DOS LOTES 1 A 12, DO CDH DO MOINHO DAS ROLAS – CP 05.01.03.07.: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número três mil setecentos e quarenta e sete, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – O pagamento à empresa “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, das obras referidas em epígrafe, pelo valor de cento e quarenta e um mil e noventa e seis escudos, que acrescido do valor do IVA de sete mil e cinquenta e cinco escudos, totaliza cento e setenta e oito mil cento e cinquenta e um escudos. -----

----- Dois – A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**70 – INDEMNIZAÇÃO POR DANOS PROVOCADOS EM MÁQUINA DE LAVAR –
RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 14/06/00 – PONTO 115.:----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência da proposta de deliberação referida em epígrafe propõe-se a seguinte rectificação: -----

----- Um – Seja concedido à Senhora Dona Maria Odete Santos Nobre, residente na Rua Conde Rio Maior, número sessenta e um, rés-do-chão direito, no Bairro Alto da Loba, a título de indemnização a quantia de dez mil trezentos e trinta e nove escudos, em virtude do falecimento do proprietário da máquina, Senhor Augusto Leonel Nobre Duarte, seu filho. -----

----- Dois – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

71 – REGTº. 036915/00, APENSO AO REGTº. 018669/00 – SP 12/96 – OCUPAÇÃO DE PARQUEAMENTO INDIVIDUAL DE DEFICIENTE, EM NOME DE CÉSAR EDUARDO MOURA BRAZ MIMOSO: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Vem, César Eduardo Braz Mimoso do registo número dezoito mil seiscentos e sessenta e nove, de dois mil, solicitar autorização para ocupação da via pública a título provisório de um lugar de parqueamento para a viatura de matrícula setenta e cinco–quarenta-HB, por motivos de deficiência motora de sua esposa em frente ao número cento e noventa, da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, em Algés.-----

----- Analisado o assunto pelos respectivos Serviços Técnicos, na sua informação número quinhentos e quarenta e cinco, de dois mil, da Divisão de Trânsito e Transportes, verificou-se ter o mesmo merecido parecer positivo por parte, quer dos serviços competentes, através da sua informação número novecentos e dezassete, de dois mil, da Divisão de Trânsito e Transportes, quer da Junta de Freguesia de Algés, constantes do processo. -----

----- Em face do que antecede, proponho à Câmara que delibere:-----

----- - Aprovar de acordo com o Regulamento de Estacionamentos Condicionados na Via Pública em vigor, um lugar provisório para parqueamento reservado a deficiente, em Algés, na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, em frente ao número cento e noventa, devendo o referido lugar ser assinalado nos termos da informação número quinhentos e quarenta e cinco, de dois mil. da Divisão de Trânsito e Transportes,-----

----- - Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação”.-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

72 – REQTºS. 1, 407 E 4995/00, APENSOS AO PROCº. 8/00 – ALVARÁ DE LOTEAMENTO 5/94

**– PROCº. 3695-PA/98 – PERMUTA DE TERRENOS –ACERTO DE EXTREMAS DESTINADAS
Á CONSTRUÇÃO DE UM HEALTH CLUB, EM NOME DE CULTURSPORT, LDª.: -----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Vem a Cultursport, Limitada na qualidade de proprietária do lote onze, do alvará de loteamento cinco, de noventa e quatro, sítio na Medrosa, freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, através do requerimento um, de dois mil, solicitar licença para construção de um Health Club. -----

----- Analisado o assunto pelos Serviços Técnicos, na sua informação número oitenta e oito, de dois mil, da Divisão de Planeamento, verificou-se que:-----

----- Da área bruta de construção definida no estudo prévio, para dois mil trezentos e noventa e quatro metros quadrados, foi proposta pelo requerente a área de dois mil trezentos e noventa e dois vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, sem contabilizar a superfície das piscinas, tendo sido aceite em analogia com casos anteriores; -----

----- Relativamente à capacidade de estacionamento proposta, um lugar por dezasseis metros quadrados de área bruta de construção global, também mereceu aceitação; -----

----- Para concretizar o pretendido, a solução proposta, implica a necessidade de ser operado um acerto de extremas entre o proprietário e a CMO dado que a implantação ocupa uma área do Domínio Disponível Municipal cedida, com a concretização do referido loteamento.-----

----- Em face do que antecede e em cumprimento dos despachos exarados em dez de Março e doze de Junho de dois mil, pela Senhora Directora de Departamento, foram juntas ao processo número oito, de dois mil, três colecções da planta de implantação e certidão da Conservatória do Registo Predial de Oeiras, com a descrição do terreno, necessárias para a permuta de terreno e acertos de extremas. -----



----- Os referidos terrenos encontram-se registados na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras, sendo respectivamente em nome da Cultursport a inscrição efectuada sob a ficha número três mil duzentos e nove da freguesia de Oeiras com a área total de três mil seiscentos e trinta metros quadrados e em nome da Câmara Municipal de Oeiras a inscrição efectuada sob a ficha número três mil duzentos e oitenta da freguesia de Oeiras com a área total de sete mil duzentos e oitenta e sete metros quadrados sendo a área dos terrenos a permitar de duzentos e vinte metros quadrados. -----

----- Assim, proponho à Câmara, que delibere:-----

----- Aprovar a permuta dos terrenos/acerto de extremas, entre a Cultursport e a Câmara Municipal de Oeiras com a área de duzentos e vinte metros quadrados, devidamente assinalados nas plantas de implantação. -----

----- Remeter para o Departamento de Administração Geral/Notariado a fim de ser formalizada a permuta em causa. -----

----- Comunicar aos interessados a fim de serem cumpridas as condições expressas na presente proposta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**73 – PROPOSTA Nº. 2665/00 – PROCº. 749-PL/98 (3º. VOL) – LOTEAMENTO EM
CARNAXIDE:**-----

----- Dado terem surgido dúvidas por parte do Senhor Vereador Emanuel Martins relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

74 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –

JUNTA DE FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA – CP 11.03.09.01: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Apresentou a Junta de Freguesia de Linda-a-Velha, o Relatório de Actividades que desenvolveu na sua área de jurisdição durante o mês de Outubro do corrente ano. -----

----- Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções relatadas, submete-se à aprovação do Executivo: -----

----- a) a transferência de dois milhões duzentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinco escudos, para a Junta de Freguesia de Linda-a-Velha no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia; -----

----- b) a sua proposta em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**75 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
JUNTA DE FREGUESIA DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA – CP 11.03.09.01: -----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Apresentou a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, o Relatório de Actividades que desenvolveu na sua área de jurisdição no decorrer do terceiro trimestre do corrente ano. -----

----- Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções relatadas, submete-se à aprovação do Executivo: -----

----- a) transferência de oitocentos e oitenta e oito mil seiscentos e oitenta e dois escudos para a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia; -----

----- b) a sua aprovação em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

76 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –

JUNTA DE FREGUESIA DE PAÇO DE ARCOS – CP 11.03.09.01: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Apresentou a Junta de Freguesia de Paço de Arcos, o Relatório de Actividades que desenvolveu na sua área de jurisdição no terceiro trimestre do corrente ano.-----

----- Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções que são relatadas, submete-se à aprovação do Executivo: -----

----- a) a transferência de três milhões trezentos e sessenta e nove mil setecentos e vinte e quatro escudos para a Junta de Freguesia de Paço de Arcos no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia; -----

----- b) a sua proposta em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

77 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –

JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA – CP 11.03.09.01:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Apresentou a Junta de Freguesia de Barcarena, o Relatório de Actividades que desenvolveu na sua área de jurisdição no terceiro trimestre do corrente ano.-----

----- Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções relatadas, submete-se à aprovação do Executivo:-----

----- a) a transferência de dois milhões duzentos e quarenta mil cento e noventa e seis escudos para a Junta de Freguesia de Barcarena no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia.-----

----- b) a sua proposta em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**78 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS RELATIVAS À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
JUNTA DE FREGUESIA DE CARNAXIDE – CP 11.03.09.01:-----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um - Apresentou a Junta de Freguesia de Carnaxide o processo de adjudicação à firma Solátia, Limitada, sobre a repavimentação da zona de recreio do ATL “Arcos Íris”, de trabalhos já executados no pretérito mês de Outubro.-----

----- Dois - Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções relatadas, submete-se à aprovação do Executivo:-----

----- a) a transferência de um milhão setecentos e quarenta e três mil escudos, para a Junta de Freguesia de Carnaxide, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia; -----

----- b) a sua proposta em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

79 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –

JUNTA DE FREGUESIA DA CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO – CP 11.03.09.01:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um - Apresentou a Junta de Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo, o Relatório de Actividades que desenvolveu na sua área de jurisdição durante os meses de Setembro e Outubro de dois mil. -----

----- Dois - Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções relatadas, submete-se à aprovação do Executivo: -----

----- a) a transferência de três milhões duzentos e vinte e quatro mil seiscentos e catorze escudos, para a Junta de Freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia; -----

----- b) a sua proposta em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**80 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS RELATIVAS À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
JUNTA DE FREGUESIA DE CARNAXIDE – CP 11.03.09.01:-----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um- Apresentou a Junta de Freguesia de Carnaxide o processo de adjudicação à firma C.J.G. – Construções, Limitada, relativo à execução do passeio da Rua Vinte e Cinco de Abril e da substituição da zona ervada por betão ondulado na Rua Elisia de Sousa Pedroso, acções concluídas em Outubro.-----

----- Dois - Após verificação/confirmação da documentação relativa aos trabalhos relatados, submete-se à aprovação do Executivo:-----

----- a) a transferência de dois milhões quatrocentos e dezasseis mil oitocentos e noventa escudos, para a Junta de Freguesia de Carnaxide, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia; -----

----- b) a sua proposta em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**81 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO HOSPITAL DE SANTA CRUZ PARA APOIO À FESTA
DE NATAL – CP 04.01.13.06:** -----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “Um – Introdução -----

----- A Comissão de Humanização do Hospital de Santa Cruz, encontra-se a organizar uma Festa de Natal destinada aos doentes internados, bem como a adquirir algum equipamento de humanização no sentido de dar algum conforto e alegria aos mesmos, nomeadamente televisores, colchões anti-escara, cadeiras de rodas, material lúdico, etc.. -----

----- Dois – Proposta: -----

----- Face ao exposto, e atendendo ao carácter humanitário da iniciativa, proponho:-----

----- Dois.um – A atribuição de uma comparticipação financeira no valor de oitenta mil escudos ao Hospital de Santa Cruz para apoio às despesas inerentes à Festa de Natal.-----

----- Dois.dois – Cabimento contabilístico para esta importância. -----

----- Dois.três – Pagamento sequente. -----

----- Dois.quatro – Comunicação ao Hospital de Santa Cruz.-----

----- Dois.cinco – Aprovação em minuta” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

82 – AQUISIÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA A JUNTA DE FREGUESIA DO DAFUNDO/CRUZ QUEBRADA:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um - Tem vindo a ser preocupação da Câmara Municipal de Oeiras dotar as Juntas de Freguesia do Concelho de instalações condignas e que potenciem uma maior proximidade com os munícipes residentes nas áreas respectivas de cada freguesia.-----

----- Dois - Foi, assim, no seguimento de tal política, entendido necessário adquirir novas instalações para a Junta de Freguesia do Dafundo/ Cruz Quebrada tendo, para o efeito, sido encetadas negociações com a empresa “ Carlos Saraiva, Limitada” a qual está a proceder à construção de um imóvel na Rua Policarpo Anjos, quarenta e quatro, quarenta e seis e quarenta e oito, no Dafundo. -----

----- Três - Tendo sido verificado que a loja número dois construída no referido imóvel é apta a satisfazer as necessidades de instalação física por parte da referida Junta de Freguesia, foi negociada a respectiva aquisição. -----

----- Quatro - Nestes termos, proponho que seja aprovado o contrato- promessa, a celebrar com a empresa proprietária da fracção a adquirir, de acordo com as cláusulas que a seguir se transcrevem: -----

-----Contrato-Promessa de Compra e Venda-----

Entre: -----

Câmara Municipal de Oeiras, pessoa colectiva número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, neste acto representada pelo seu Presidente, Doutor Isaltino Afonso de Moraes, adiante designada Primeira Contratante, -----

e----- -----



Carlos Saraiva Limitada, Pessoa Colectiva número quinhentos e dois milhões novecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e cinquenta e nove, com sede na Avenida da República, número quarenta e nove, Algés, neste acto representada pelo seu sócio gerente Carlos Manuel de Frias Barreira Saraiva, portador do Bilhete de Identidade número três milhões novecentos e oitenta e nove mil duzentos e setenta e nove, de vinte e dois de Abril, de noventa e nove, emitido pelo CICC de Lisboa, residente na Rua de Olivença, número quarenta e nove, quarto esquerdo, mil quatrocentos e noventa e cinco Algés, adiante designada Segunda Contratante, é celebrado e pelo presente documento levado a efeito o contrato-promessa de compra e venda que se regerá pelas cláusulas seguintes:-----

-----Primeira-----

A Segunda Contratante é dona e legítima possuidora do imóvel sítio na Rua Policarpo Anjos, números quarenta e quatro, quarenta e seis e quarenta e oito, Dafundo, Concelho de Oeiras, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha zero zero zero dois – C, da freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo. Omissa na matriz mas pedida a sua inscrição em três de Março do corrente ano.-----

-----Segunda-----

A Segunda Contratante pelo presente contrato promete vender ao Primeiro Contratante e este promete adquirir para si ou para quem vier a indicar a fracção autónoma correspondente à loja número dois a que corresponde a fracção C, do referido imóvel, pelo preço global de trinta e cinco milhões de escudos, a liquidar pelo seguinte modo:-----

- a) três milhões e quinhentos mil escudos, como sinal e princípio de pagamento entregue à Segunda Contratante na presente data, quantia da qual a mesma pelo presente dá a correspondente plena quitação;-----
- b) o remanescente do preço, no valor de trinta e um milhões e quinhentos mil escudos, será liquidado na data da escritura pública a realizar em cumprimento do presente contrato.-----

-----Terceira-----

A Segunda Contratante desde já se obriga, na data da outorga da escritura de compra e venda a realizar em cumprimento do presente contrato, a entregar ao Primeiro Contratante, livre de quaisquer ónus ou encargos e no estado em que se encontra actualmente, o local ora prometido vender. -----

Parágrafo Primeiro - O Primeiro Contratante fica desde já autorizado a fazer, sob sua responsabilidade, no local ora prometido vender as obras que entender necessárias, ao mesmo podendo dar a utilização que entender conveniente, para tal entrando de imediato na posse da fracção ora prometida vender. -----

Parágrafo Segundo - O Primeiro Contratante desde já se compromete a que as obras que eventualmente venha a realizar na referida fracção não constituam impedimento à obtenção de licença de utilização para o imóvel em causa. -----

-----Quarta-----

Parágrafo Primeiro - A escritura pública de compra e venda a realizar em cumprimento do presente contrato-promessa realizar-se-á no prazo máximo de cento e oitenta dias e contados da emissão da licença de utilização para o imóvel em causa, escritura essa a realizar no Cartório Notarial Privativo do Primeiro Contratante, em data a indicar por este à Segunda Contratante, por carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de quinze dias.-----

Parágrafo Segundo - A data a fixar para a outorga da referida escritura de compra e venda poderá ser passível de alteração, por conveniência do Primeiro Contratante, no máximo por duas vezes.

Parágrafo Terceiro - A Segunda Contratante desde já se compromete a, atempadamente, fornecer ao Primeiro Contratante todos os documentos que este lhe solicitar como necessários à outorga da referida escritura, sob pena de incorrer em incumprimento contratual a si imputável, com as consequências legais aplicáveis, nomeadamente devolução do valor, em dobro, do sinal ora prestado. -- -----



Parágrafo Quarto - De igual modo compromete-se, desde já, o Primeiro Contratante a, atempadamente, diligenciar tudo quanto se mostre necessário à preparação e concretização da escritura pública, sob pena de incorrer em incumprimento contratual a si imputável, com as consequências legais aplicáveis, nomeadamente o direito da Segunda Contratante, fazer suas todas as importâncias recebidas no âmbito do presente contrato. -----

----- Quinta -----

As partes contratantes acordam em conferir ao presente contrato a faculdade de execução específica, prevista no artigo octingentésimo trigésimo, do Código Civil. -----

----- Sexta -----

Para a resolução de qualquer litígio derivado do presente contrato, as partes desde já declaram como exclusivamente competente o Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras. -----

Feito em Oeiras aos ... dias do mês de ... de dois mil, em duas vias, devidamente autenticadas, ficando cada uma na posse de cada um dos Contratantes. -----

O Primeiro Contratante: -----

A Segunda Contratante: -----

----- Proponho, assim, a aprovação em minuta do presente contrato promessa, nas condições e termos acima transcritos”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**83 – Pº. 240-DIM/DEIM/99 – CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIOS NO CEMITÉRIO DE OEIRAS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS –
RECTIFICADO – CP 06.03.02.02:**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara realizada em vinte e seis de Janeiro de dois mil, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à firma Copi – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada pela importância de dezasseis milhões trezentos e cinquenta e quatro mil setecentos e cinquenta e um escudos, com o prazo de execução de cento e oitenta dias, de acordo com o artigo centésimo trigésimo segundo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Segundo a informação número mil cento e vinte e cinco, de dois mil, do Serviço de Edifícios Municipais, no dia trinta e um de Maio de dois mil, procedeu-se no local da obra em titulo às medições conducentes à elaboração do primeiro auto de medição de trabalhos. -----

----- Posteriormente, verificou-se ter havido um lapso nos valores dos preços unitários, que não correspondiam aos da proposta do empreiteiro. Assim, procedeu-se à correcção dos valores e elaborou-se um quadro com os preços errados, corrigidos e o diferencial. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do auto número um corrigido, no valor três milhões quatrocentos e cinco mil trezentos e oitenta e dois escudos; -----

----- O pagamento à Copi – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada do montante de um milhão cento e oitenta e seis mil quinhentos e sessenta e quatro escudos, acrescido do respectivo IVA, no valor de cinquenta e nove mil trezentos e vinte e oito escudos, correspondente ao diferencial entre o auto número um corrigido (três milhões quatrocentos e cinco mil trezentos e oitenta e dois escudos) e o auto número um (dois milhões duzentos e



dezoito mil oitocentos e dezoito escudos), já aprovado no ponto trinta e nove da reunião de Câmara de vinte e oito de Junho de dois mil; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta". -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

84 – ANULAÇÃO DA ESCRITURA DE VENDA DA FRACÇÃO SITA NA RUA TOMÁS DE LIMA, 23, 1º. ESQº., LAVEIRAS/CAXIAS E PAGAMENTO À C.G.D. DE MODO QUE ESTA PROCEDA AO CANCELAMENTO INTEGRAL DA HIPOTECA INCIDENTE SOBRE A FRACÇÃO:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um - Na sequência de acção judicial interposta pela CMO contra Armindo Canossa Elísio, foi proferida sentença de anulação da escritura de venda de uma fracção, sita na Rua Tomás de Lima, vinte e três – primeiro esquerdo, Laveiras – Caxias. -----

----- Dois - Após a sentença e tendo-se verificado a existência de uma hipoteca a favor da Caixa Geral de Depósitos no valor que ascende actualmente a mais de catorze milhões de escudos, foi pela CMO tentado obter acordo daquela instituição quanto ao cancelamento de tal ónus.-----

----- Três - Para tal fim, veio a CGD reclamar o recebimento do valor da hipoteca de que é titular e incidente sobre a fracção. -----

----- Quatro - Realizaram-se várias tentativas de contacto, quer junto dos compradores, quer dos fiadores, para que esta situação fosse resolvida, no entanto todas as tentativas foram infrutíferas.-----

----- Cinco - Nestas circunstâncias, a CGD mostrou-se aberta a fazer um acordo com a CMO. -----

----- Seis - Este acordo consiste no seguinte:-----

----- a) a CMO entrega à CGD a quantia de oito milhões novecentos e dezasseis mil escudos, valor correspondente à devolução do preço recebido por força da escritura anulada; -----

----- b) o referido Armindo Canossa Elísio , também interveniente neste acordo, autoriza e declara nada ter a receber da CMO, estando integralmente ressarcido de qualquer quantia que



esta edilidade lhe seja devedora;

c) a CMO entrega, ainda à CGD, a quantia de um milhão e oitenta e quatro mil escudos, recebendo esta entidade um total de dez milhões de escudos;

d) a CGD procede ao cancelamento integral da hipoteca incidente sobre a fracção, a qual fica livre de ónus e encargos e reintegra a titularidade da CMO.

Nestes termos propõe-se :

o pagamento à CGD de dez milhões de escudos, aquando do cancelamento da hipoteca incidente sobre a fracção, nas condições acima referidas, nomeadamente, o cancelamento por parte da CGD da hipoteca incidente sobre a fracção correspondente à Rua Tomás de Lima, vinte e três, primeiro esquerdo, Laveiras, Caxias;

o consequente desonerar de todos os obrigados nos termos do respectivo contrato de financiamento;

o inerente consentimento por parte de Armindo Canossa Elísio, da entrega pela CMO à CGD da quantia de oito milhões novecentos e dezasseis mil escudos para amortização do valor correspondente à hipoteca a cancelar;

a aprovação desta proposta em minuta".

II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

85 – PROPOSTA Nº. 2676/00 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS: -----

----- Dado terem surgido dúvidas por parte do Senhor Vereador Emanuel Martins relativamente a esta proposta, a Câmara concordou em remetê-la para a reunião de trabalho, a fim de ser analisada em próxima reunião camarária. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

86 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –

JUNTA DE FREGUESIA DE CARNAXIDE – CP 11.03.09.01:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Apresentou a Junta de Freguesia de Carnaxide diversas facturas no valor de trezentos e quinze mil e novecentos escudos, respeitantes ao aluguer de contentores destinados à guarda provisória de urnas, operação conjugada com as obras de expansão do cemitério de Carnaxide (primeira fase de execução). -----

----- Deste modo submete-se à aprovação do Executivo:-----

----- a) transferência de trezentos e quinze mil e novecentos escudos para a Junta de Freguesia de Carnaxide através de verbas de Delegação de Competências. -----

----- b) a sua aprovação em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

87 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –

JUNTA DE FREGUESIA DE CARNAXIDE – CP 11.03.09.01:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um – Apresentou a Junta de Freguesia de Carnaxide o processo de adjudicação à firma Solátia – Sociedade Nacional de Investimentos Imobiliários, trabalhos de execução de pavimentos no Largo Frederico de Freitas. -----

----- Dois – Após verificação/confirmação da documentação relativa aos trabalhos relatados, submete-se à aprovação do Executivo.-----

----- a) a transferência de quatrocentos e noventa e oito mil setecentos e cinquenta escudos para a Junta de Freguesia de Carnaxide, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia; -----

----- b) a sua proposta em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

88 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –

JUNTA DE FREGUESIA DE CARNAXIDE – CP 11.03.09.01:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Apresentou a Junta de Freguesia de Carnaxide diversa documentação relativa à execução de pavimentos no separador central do Largo Frederico de Freitas e na Rua Amélia Rey Colaço, em Carnaxide. -----

----- Após verificação/confirmação da documentação com acções correspondentes, submete-se à aprovação do Executivo: -----

----- a) transferência de três milhões cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e oito escudos para a Junta de Freguesia de Carnaxide, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia; -----

----- b) a sua aprovação em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

89 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –

JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO – CP 11.03.09.01: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Apresentou a Junta de Freguesia de Porto Salvo, o Relatório de Actividades que desenvolveu na sua área de jurisdição durante os meses de Setembro e Outubro do corrente ano.

----- Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções relatadas, submete-se à aprovação do Executivo: -----

----- a) transferência de dois milhões duzentos e oitenta e um mil quinhentos e quarenta e seis escudos para a Junta de Freguesia de Porto Salvo, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia; -----

----- b) a sua aprovação em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

90 – 11ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Nos termos do artigo trigésimo primeiro, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, de oitenta e três, de vinte e um de Julho, propõe-se à Câmara a aprovação da Décima Primeira Alteração Orçamental no valor de quatrocentos e dezanove mil cento e seis contos”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

91 – 9^a. ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Propõe-se a presente alteração ao Plano de Actividades por não implicar a criação de novos projectos, de acordo com o disposto no artigo quarto, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, de oitenta e três, de vinte e um de Julho, a qual se submete à aprovação do Executivo Camarário.-----

----- O montante do reforço é de cento e oitenta e sete mil trezentos e oitenta e dois contos e respeita às acções descriminadas em mapa anexo.-----

----- Para compensação dos reforços das acções em mapas anexo, houve necessidade de fazer deduções em acções que se consideram excessivamente dotadas ou que se prevê, já, que os valores inscritos não venham a ser utilizados no ano em curso. -----

----- Nestes termos, indicam-se seguidamente as acções propostas para reforço, cujo valor corresponde às acções propostas para dedução”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

92 – ACÇÃO DE FORMAÇÃO SUBORDINADA AO TEMA “GESTÃO ESTRATÉGICA E COMUNICAÇÃO PARA AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL” – PAGAMENTO AO I.S.S.S.COOP. – COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR INTERVENÇÃO SOCIAL, CRL – ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 13-9-00 – PONTO N°. 166:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um – Introdução -----

----- Com vista à organização de Acção de Formação, subordinada ao tema “Gestão Estratégica e Comunicação para as Organizações da Sociedade Civil”, foi aprovada em treze de Setembro de dois mil, proposta de deliberação, na qual ficou previsto o pagamento do quantitativo de novecentos e cinquenta mil escudos, ao ISSSCoop – Cooperativa de Intervenção Social, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, entidade com a qual foram accordadas as metodologias e os conteúdos e que assegurou a monitoragem, assumindo também a elaboração de relatório final e a realização de uma sessão de avaliação com todas as entidades participantes.

----- Em virtude de se ter verificado grande adesão das Instituições do Concelho a esta iniciativa houve necessidade de aumentar a produção de textos de apoio e outros materiais, pelo que os custos globais da acção foram acrescidos com o quantitativo de trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta escudos. -----

----- Dois – Proposta: -----

----- Assim deverá ser feita a rectificação correspondente, sendo o pagamento global no montante de novecentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta escudos, pelo que se propõe: -----

----- Aprovação do pagamento do diferencial de trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta escudos ao ISSSCoop – Cooperativa de Ensino Superior Intervenção Social, Cooperativa de Responsabilidade Limitada.-----



----- cabimento contabilístico para o diferencial indicado -----

----- comunicação à Cooperativa -----

----- pagamento sequente -----

----- aprovação em minuta”.-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

93 – CEDÊNCIA DE TERRENO – IMOBILIÁRIO EDIFER, S.A.: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Para cedência de terreno imposta aquando da aprovação do loteamento a que se refere o processo número oito mil trezentos e quarenta e cinco-PL/noventa e sete, alvará de loteamento doze, de noventa e nove e seu aditamento, e de harmonia com o disposto na alínea h), do número um, do artigo sexagésimo quarto, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezembro de Setembro, proponho que seja aceite por esta Câmara Municipal a cedência dos terrenos com a área total de vinte e cinco mil novecentos e vinte vírgula sessenta e seis metros quadrados, destinados ao domínio privado do Município a destacar do prédio descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras, sob a ficha novecentos e setenta - freguesia de Porto Salvo, omissa na matriz predial urbana da freguesia de Porto Salvo, mas pedida a sua inscrição em vinte e quatro de Julho de dois mil”.-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

94 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO SÓCIO–PROFISSIONAL DA POLÍCIA –

ASPP – CP 11.01.13.04: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por ocasião da realização em Oeiras, do Seminário “A Função Policial no Século Vinte e Um”, solicitou a Associação Sócio-Profissional da Polícia – ASPP o apoio da Câmara Municipal de Oeiras a essa iniciativa, pelo que se propõe a atribuição de um subsídio no valor de duzentos mil escudos”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

95 – MOLHE DE ABRIGO DO PORTO DE RECREIO DE OEIRAS – (70% FUNDO DE TURISMO) – AMORTIZAÇÃO DO ADITAMENTO, NOS AUTOS DE MEDIÇÃO NºS. 8 E 9 – CP 08.01.02.01:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara realizada em vinte e sete de Setembro do corrente ano, nos pontos cento e sessenta e dois e cento e sessenta e cinco, foram aprovados os oitavo e nono autos de medição, nos valores respectivamente de cinquenta e cinco milhões cinquenta e sete mil seiscentos e oitenta escudos e trinta e seis milhões trezentos e nove mil cento e oitenta escudos. -

----- Porém e conforme menciona a Senhora Directora do Departamento de Finanças e Património, através de Nota de Comunicação Interna, foi em Julho passado, pago ao Consórcio OFM, Sociedade Anónima / CPTP, Sociedade Anónima / Teixeira Duarte, Sociedade Anónima / Soares da Costa, Sociedade Anónima, pelo Fundo de Turismo, o adiantamento no valor de cento e cinquenta milhões de escudos, pelo que importa proceder à dedução deste, nos autos acima referidos e bem assim nos seguintes. -----

----- Assim e tendo concordado com o anteriormente exposto, proponho: -----

----- A dedução do valor de trinta e sete milhões novecentos e oitenta e nove mil e oitocentos escudos, correspondente a sessenta e nove por cento da importância do adiantamento concedido ao montante global do oitavo auto de medição (cinquenta e cinco milhões cinquenta e sete mil seiscentos e oitenta escudos) e o sequente pagamento do remanescente no valor de dezassete milhões novecentos e vinte e um mil duzentos e setenta e quatro escudos, o qual inclui a importância de oitocentos e cinquenta e três mil trezentos e noventa e quatro escudos, de IVA à taxa de cinco por cento, ao Consórcio OFM, Sociedade Anónima / CPTP, Sociedade Anónima / Teixeira Duarte, Sociedade Anónima / Soares da Costa, Sociedade Anónima;-----

----- A dedução do valor de vinte e cinco milhões cinquenta e três mil trezentos e trinta e



quatro escudos, correspondente a sessenta e nove por cento da importância do adiantamento concedido ao montante global do nono auto de medição (trinta e seis milhões trezentos e nove mil cento e oitenta escudos) e o sequente pagamento do remanescente no valor de onze milhões oitocentos e dezotto mil seiscentos e trinta e oito escudos, o qual inclui a importância de quinhentos e sessenta e dois mil setecentos e noventa e dois escudos, de IVA à taxa de cinco por cento, ao Consórcio OFM, Sociedade Anónima / CPTP, Sociedade Anónima / Teixeira Duarte, Sociedade Anónima / Soares da Costa, Sociedade Anónima; -----
----- - A aprovação da proposta em minuta”. -----
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

96 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – EMPREITADA PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DO GRUPO CULTURAL DE VILA FRIA – CP 02.01.09.02: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com o solicitado pelo Grupo Cultural de Vila Fria, informa a Fiscalização que: -----

----- Um – A participação financeira a atribuir pela Câmara à colectividade em causa, encontra-se enquadrada por Contrato-Programa, celebrado entre a CMO e o Grupo Cultural de Vila Fria aos treze dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- Dois – O Contrato-Programa em causa estima o custo total da construção em noventa e cinco milhões de escudos, sendo este valor financiado integralmente pela Câmara.-----

----- Até ao momento o valor total dos subsídios atribuídos pela Câmara ao Grupo Cultural de Vila Fria com vista à construção da respectiva sede é de oitenta e oito milhões cento e oitenta mil novecentos e setenta e sete escudos. -----

----- Três – As obras estão a decorrer a bom ritmo e de acordo com o caderno de encargos.--

----- Quatro – A colectividade enviou à Câmara um ofício, com a justificação dos gastos nas obras em causa. -----

----- Cinco – O Departamento de Projectos Especiais em visita ao local, verificou que as obras estão a ser executadas de acordo com o previsto.-----

----- Assim em face ao exposto, propõe-se: -----

----- Que seja atribuído ao Grupo Cultural de Vila Fria um subsídio no valor de seis milhões trezentos e sessenta e sete mil novecentos e oitenta e sete escudos”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----



O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

97 – ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS – PAGAMENTOS – CP 02.01.07.42: -

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “No âmbito do protocolo para o funcionamento e actividade da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras, assinado em dezanove de Outubro de dois mil entre estas Câmaras Municipais e a Associação da Orquestra, ficou estabelecida a forma de pagamento das tranches deste protocolo, no valor de quinze milhões de escudos anuais, de acordo com o seguinte: -----

----- Primeira tranche: cinquenta por cento sobre a verba anual, até final de Maio de cada ano; -----

----- Segunda tranche: quarenta por cento sobre a verba anual, até final de Setembro de cada ano; -----

----- Terceira tranche: dez por cento sobre a verba anual, até final de Dezembro de cada ano. -----

----- Pelo exposto e estando regularizados os pagamentos anteriores, propõe-se que se proceda ao pagamento correspondente à terceira e última tranche do protocolo, que corresponde a dez por cento do valor anual da comparticipação financeira desta autarquia, sendo que o pagamento deverá ser feito à Associação Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras, no valor de um milhão e quinhentos mil escudos. -----

----- Assim, o valor total desta proposta é de um milhão e quinhentos mil escudos. -----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

98 – CONTRATOS DE MANUTENÇÃO DE BASE DE DADOS:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “As bases de dados existentes na Câmara Municipal de Oeiras são instrumentos fundamentais de informação para os diversos trabalhos que se realizam e preparam em vários serviços camarários.-----

----- Após a constituição da Município, Sociedade Anónima, e da respectiva transferência de Know-how, equipamento e pessoal pela integração no capital social da empresa, torna-se necessário tomar as medidas necessárias para que essa informação seja devidamente actualizada e mantida.-----

----- A Município, Sociedade Anónima é proprietária da informação geográfica que produz, cedendo a sua utilização a outras entidades através da celebração de contratos de utilização.-----

----- A utilização interna dessa informação é livre de encargos para o Município, apenas sendo necessário o pagamento da respectiva manutenção anual, tal como se descreve: -----

----- Serviço – Valor -----

----- Base de dados -----

----- Eixos de via; Comércio, Serviço e Equipamento; Ruas (Toponímia); Edifícios; Base de Dados (SIG); Oeirasdigital – seis mil e trezentos -----

----- Cartografia de Base-----

----- Cartografia um por mil; um por cinco mil; um por dez mil; -----

----- Carta Turística um por mil; um por cinco mil -----

----- Ortofotomapas um por dois mil; um por cinco mil – dez mil quatrocentos e oitenta e dois -----

----- Total – dezasseis mil setecentos e oitenta e dois -----

----- Assim, proponho que sejam assinados os contratos de cedência de utilização de Base de Dados com a empresa Municípia, Sociedade Anónima, que a seguir se transcreve: -----

----- “Contrato de Cedência Onerosa de Utilização de Cartografia Digital de Base -----

A Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Sociedade Anónima, neste acto representada pelo seu Administrador Executivo Doutor António Fernandes, com sede no Tagus Park, Núcleo Central, sala duzentos e sete, dois mil setecentos e oitenta – novecentos e vinte Porto Salvo, a seguir designado como primeiro contraente, -----

e----- -----

a Câmara Municipal de Oeiras, neste acto representada pelo seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Doutor Isaltino Afonso de Moraes, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras a seguir designado como segundo contraente, -----

acordam entre si e definem, nos termos do artigo quadringtonésimo quinto, do Código Civil, um contrato de cedência de utilização que se regerá pelas seguintes cláusulas:-----

-----Cláusula Primeira-----

A Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Sociedade Anónima é dona e legítima possuidora da informação geográfica que produz e disponibiliza para venda, encontrando-se essa informação protegida pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, nos termos do seu artigo segundo, número um, alíneas j) e l). -----

-----Cláusula Segunda-----

Como titular do direito de autor, a Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Sociedade Anónima cede, ao abrigo dos artigos nono, número dois, quadragésimo, alínea a), e quadragésimo primeiro, números um e dois, do referido Código, a utilização da referida informação geográfica a outras entidades, não podendo estas nunca utilizá-la para fins diversos daqueles para que é concedida a autorização. -----

-----Cláusula Terceira-----



O primeiro contraente autoriza a Câmara Municipal de Oeiras a utilizar a informação digital Cartografia de Base, conforme descrita no Quadro A e no Catálogo de Objectos em anexo, sem qualquer contrapartida onerosa, exclusivamente para uso interno do segundo contraente, sendo expressamente interdita a sua utilização para outros fins que não os acordados, bem como a sua reprodução e cedência a terceiros, tanto onerosa como gratuitamente, podendo no entanto, utilizá-la pelo tempo que entender.-----

O segundo contraente obriga-se a cumprir o contrato anual de manutenção da informação digital adquirida. A primeira contraente fornecerá à Câmara Municipal de Oeiras uma versão actualizada da Cartografia de Base licenciada neste Protocolo, conforme descrito no Quadro A, mediante contrapartida monetária anual da segunda contraente no valor de dez milhões quatrocentos e oitenta e dois mil escudos, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.-----

Esta taxa de manutenção será actualizada anualmente segundo a taxa de inflação legal.-----

Quadro A:- -----

Valor de Produção - Valor de venda - Licença CMO - Manutenção periodicidade – Custo -----

Cartografia de Base-----

Cartografia um por mil – noventa e quatro mil e quinhentos – vinte e três mil seiscentos e vinte e cinco – zero – Anual – (sete vírgula cinco por cento) – sete mil e oitenta e oito -----

Cartografia um por cinco mil – cinco mil – dois mil e quinhentos - zero – Anual (quinze por cento) – setecentos e cinquenta -----

Cartografia – um por dez mil – dois mil e quinhentos – mil duzentos e cinquenta – zero – Anual (quinze por cento) – trezentos e setenta e cinco -----

Carta Turística – um por mil – mil e trezentos – seiscentos e cinquenta – zero – Anual (quinze por cento) – cento e noventa e cinco -----

Carta Turística – um por cinco mil – mil – quinhentos – zero – Anual – (quinze por cento) – cento e cinquenta -----

Ortofotomapas – um por dois mil (Os ortofotomapas serão fornecidos intercaladamente) – sete mil novecentos e vinte – três mil novecentos e sessenta – zero – Anual (vinte por cento) (Os ortofotomapas serão fornecidos intercaladamente) – mil quinhentos e oitenta e quatro -----

Ortofotomapas um por cinco mil – (Os ortofotomapas serão fornecidos intercaladamente) mil e setecentos – oitocentos e cinquenta – zero – Anual (vinte por cento) (Os ortofotomapas serão fornecidos intercaladamente) – trezentos e quarenta -----

Total- cento e treze mil novecentos e vinte – trinta e três mil trezentos e trinta e cinco – zero – dez mil quatrocentos e oitenta e dois -----

Nota: Estes valores são expressos em contos e são acrescidos de IVA à taxa legal em vigor -----

-----Cláusula Quarta-----

Ao primeiro contraente estão reservados os direitos de autor sobre a informação cedida, comprometendo-se o segundo contraente a fazer referência a essa autoria em todos os documentos por si produzidos com base nessa informação.-----

-----Cláusula Quinta-----

O segundo contraente compromete-se a adoptar as disposições usualmente consideradas necessárias para garantir a integridade e a segurança da informação que adquiriu, nomeadamente no sentido de evitar a sua danificação, contaminação, perda ou desvio para fins diversos dos previstos no presente contrato de cedência de utilização, comprometendo-se o segundo contraente a informar de imediato a Municípia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Sociedade Anónima, e a desenvolver todas as acções necessárias à reparação do sucedido.-----

-----Cláusula Sexta-----

Os encargos decorrentes das acções necessárias à reparação dos danos a que se refere a Cláusula Quinta, incluindo os custos de reedição da informação afectada, serão suportados pelo segundo contraente. -----



-----Cláusula Sétima-----

A ocorrência de eventuais lapsos ou omissões na informação cedida, decorrentes de transformações ocorridas posteriormente à data do levantamento em causa, não obriga o primeiro contraente a qualquer fornecimento complementar de informação, ou à sua correcção, nem confere direito a qualquer indemnização a favor do segundo contraente.-----

-----Cláusula Oitava-----

A falta de cumprimento das cláusulas do contrato de cedência de utilização, implica a caducidade do mesmo, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal e da aplicação da legislação sobre direitos de autor.-----

O Primeiro Contraente ... O Segundo Contraente” -----

-----“Contrato de Cedência Onerosa de Utilização de Base de Dados-----

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Sociedade Anónima, neste acto representada pelo seu Administrador Executivo Doutor António Fernandes, com sede no Tagus Park, Núcleo Central, sala duzentos e sete, dois mil setecentos e oitenta – novecentos e vinte Porto Salvo, a seguir designado como primeiro contraente, -----

e -----

a Câmara Municipal de Oeiras, neste acto representada pelo seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Doutor Isaltino Afonso de Moraes, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras a seguir designado como segundo contraente, -----

acordam entre si e definem, nos termos do artigo quadringentésimo quinto, do Código Civil, um contrato de cedência de utilização que se regerá pelas seguintes cláusulas: -----

-----Cláusula Primeira-----

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Sociedade Anónima é dona e legítima possuidora da informação geográfica que produz e disponibiliza para venda, encontrando-se essa informação protegida pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos

Conexos, nos termos do seu artigo segundo, número um, alíneas j) e l). -----

-----Cláusula Segunda-----

Como titular do direito de autor, a Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Sociedade Anónima cede, ao abrigo dos artigos nono, número dois, quadragésimo, alínea a) e quadragésimo primeiro, números um e dois do referido Código, a utilização da referida informação geográfica a outras entidades, não podendo estas nunca utilizá-la para fins diversos daqueles para que é concedida a autorização. -----

-----Cláusula Terceira-----

O primeiro contraente autoriza a Câmara Municipal de Oeiras a utilizar a informação digital Base de Dados, conforme descrita no Quadro A e no Anexo A descriptivo dos respectivos conteúdos, sem qualquer contrapartida onerosa, exclusivamente para uso interno do segundo contraente, sendo expressamente interdita a sua utilização para outros fins que não os acordados, bem como a sua reprodução e cedência a terceiros, tanto onerosa como gratuitamente, podendo no entanto, utilizá-la pelo tempo que entender. -----

O segundo contraente obriga-se a cumprir o contrato anual de manutenção da informação digital adquirida. A primeira contraente fornecerá à Câmara Municipal de Oeiras uma versão actualizada da Base de Dados licenciada neste Protocolo, conforme descrito no Quadro A, mediante contrapartida monetária anual da segunda contraente no valor de seis milhões e trezentos mil escudos, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor. -----

Esta taxa de manutenção será actualizada anualmente segundo a taxa de inflação legal. -----

Quadro A - -----

Custo de Produção – Valor de venda - Licença CMO - Manutenção Periodicidade - Custo-----

Base de Dados -----

Eixos de Via –três mil – setecentos e cinquenta – zero – Anual (dez por cento) – trezentos -----

Comércio, Serviços e Equipamento – quatro mil – mil – zero – Anual – (dez por cento) –



quatrocentos -----

Ruas (Toponímia) – dois mil – quinhentos – zero – Anual (dez por cento) – Anual -----

Edifícios – nove mil – três mil setecentos e cinquenta - zero – Anual (dez por cento) – novecentos -----

Base de Dados SIG – trinta mil - n.a. – zero – Anual (dez por cento) – três mil -----

Oeirasdigital – quinze mil – n.a. – zero – Anual (dez por cento) – mil e quinhentos-----

Total (contos) – sessenta e três mil – dez mil e quinhentos – zero – seis mil e trezentos -----

Nota: Estes valores são expressos em contos e são acrescidos de IVA à taxa legal em vigor-----

-----Cláusula Quarta -----

Ao primeiro contraente estão reservados os direitos de autor sobre a informação cedida, comprometendo-se o segundo contraente a fazer referência a essa autoria em todos os documentos por si produzidos com base nessa informação. -----

-----Cláusula Quinta -----

O segundo contraente compromete-se a adoptar as disposições usualmente consideradas necessárias para garantir a integridade e a segurança da informação que adquiriu, nomeadamente no sentido de evitar a sua danificação, contaminação, perda ou desvio para fins diversos dos previstos no presente contrato de cedência de utilização, comprometendo-se o segundo contraente a informar de imediato a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Sociedade Anónima, e a desenvolver todas as acções necessárias à reparação do sucedido. -----

-----Cláusula Sexta -----

Os encargos decorrentes das acções necessárias à reparação dos danos a que se refere a cláusula quinta, incluindo os custos de reedição da informação afectada, serão suportados pelo segundo contraente. -----

-----Cláusula Sétima -----

A ocorrência de eventuais lapsos ou omissões na informação cedida, decorrentes de transformações ocorridas posteriormente à data do levantamento em causa, não obriga o primeiro contraente a qualquer fornecimento complementar de informação, ou à sua correcção, nem confere direito a qualquer indemnização a favor do segundo contraente.

-----Cláusula Oitava-----

A falta de cumprimento das cláusulas do contrato de cedência de utilização, implica a caducidade do mesmo, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal e da aplicação da legislação sobre direitos de autor.

O Primeiro Contraente ... O Segundo Contraente.”-----

----- “Anexo A-----

----- Serve o presente documento para descrever a informação digital cedida no âmbito deste contrato:

----- Um - Eixos de Via: -----

----- - vectores dgn codificados com código de rua e código de segmento-----

----- - tabela gráfica com a codificação das ruas -----

----- A informação que designamos como Eixos de Via é composta por duas partes distintas: -----

----- - informação gráfica;-----

----- - informação alfanumérica. -----

----- A informação gráfica é constituída por um ficheiro vectorial em formato dgn (Microstation), contendo seis mil e setenta e sete segmentos. -----

----- Estrutura da tabela eixos de via:-----

----- Campos – Descrição - Preenchimento Obrigatório -----

----- Cod_Rua - Código único que identifica a rua – Sim -----

----- Class - Classificação da rua (Exemplo auto estrada, estrada nacional, estrada



secundária, etc) – Sim -----
----- T_Piso - Tipo de piso – Sim-----
----- Comprimento - Comprimento em metros – Sim-----
----- Cód_Postal - Código postal – Sim-----
----- Lugar_Postal - Lugar associado ao código postal – Sim -----
----- Cód_Seg - Código que identifica univocamente o segmento em cada rua – Sim -----
----- Obs – Observações – Não -----
----- Dois - Comércio, Serviços e Equipamentos: -----
----- Informação alfanumérica em formato Access e/ou Oracle -----
----- A Tabela de “Comércio, Serviços e Equipamentos”, é composta por todas as unidades e espaços funcionais do concelho de Oeiras (cerca de seis mil e cem registo), devidamente localizados e descritos. Mais concretamente, estão disponíveis nesta tabela todas as unidades industriais, empresariais, comerciais, de serviços, institucionais, governamentais, municipais, religiosas, etc., ou seja, todas as unidades funcionais passíveis de serem classificadas através da CAE. -----
----- Estrutura da Tabela de “Comércio, Serviços e Equipamentos”:-----
----- Campos – Descrição - Preenchimento – Obrigatório -----
----- Código de Rua do Edifício - Código da rua do edifício onde se localiza a actividade económica – Sim-----
----- Número de Polícia do Edifício - Número de polícia do edifício onde se localiza a actividade económica – Sim-----
----- Grupo - Classificação da actividade, num leque de trinta e nove grupos – Sim-----
----- Tipo - Classificação mais pormenorizada da actividade, num leque de cerca de quinhentos e quarenta e oito tipos de actividade – Sim-----
----- Código CAE - Código de Classificação da Actividade Económica, a cinco dígitos –

Sim -----

----- Descrição código CAE - Descrição do Código de Classificação da Actividade Económica – Sim-----

----- Nome do estabelecimento - Designação da firma comercial, espaço ou equipamento – Sim (Por vezes, existem estabelecimentos comerciais sem designação, mas que são perfeitamente identificáveis pela sua localização geográfica, ou seja, pela sua morada)-----

----- Morada - Morada da firma comercial, espaço ou equipamento (rua, número polícia) – Sim -----

----- Telefone - ... - Não -----

----- E-mail - ... - Não -----

----- Lugar - Lugar a que pertence a firma comercial, espaço ou equipamento – Sim -----

----- Freguesia - Freguesia a que pertence a firma comercial, espaço ou equipamento – Sim -----

Três - Ruas (Toponímia): -----

----- Informação alfanumérica em formato Access e/ou Oracle -----

----- A Tabela de Ruas é composta por todas as ruas do concelho, devidamente identificadas, caracterizadas e localizadas. -----

----- Estrutura da Tabela de Ruas: -----

----- Campos – Descrição -----

----- Código de Rua - Código único que identifica a rua -----

----- Dicofre - Código de distrito, concelho e freguesia utilizado em termos oficiais-----

----- Nome - Designação da rua -----

----- Tipo - Tipo de via (por exemplo, rua, avenida, beco, caminho, etc.)-----

----- Início - Início da rua -----

----- Fim - Fim da rua-----



-----Lugar - Lugar em que se localiza a rua -----

-----Data - Data de criação da rua -----

-----Quatro - Edifícios: -----

-----Informação alfanumérica em formato access e/ou Oracle-----

-----A tabela de Edifícios é composta por todos os edifícios existentes no concelho, devidamente localizados e descritos.-----

-----Estrutura da Tabela de Edifícios: -----

-----Campos – Descrição - Preenchimento Obrigatório -----

-----Código de Rua - Código da rua em que se localiza o edifício, no âmbito da tabela de Ruas – Sim -----

-----Número de polícia - Número que identifica o edifício - Sim - Por vezes, os edifícios não apresentam qualquer número de polícia, pelo que são codificados posteriormente, mas apenas para efeitos de georeferenciação, isto é, os códigos atribuídos apenas fazem sentido no âmbito da localização geográfica do edifício nas cartas produzidas pela Município. Por outras palavras, estes códigos servem o propósito de identificar os edifícios em termos de SIG (Sistema de Informação Geográfica), pelo que não têm correspondência com o número real. Porém, tais casos não são muito numerosos e correspondem a dois tipos de situações: por um lado, edifícios em construção, que ainda não têm número de polícia; por outro lado, edifícios muito antigos ou clandestinos, cujos utentes não recebem correspondência -----

-----Número de pisos acima do solo - Número de pisos acima da cota da soleira (acima do rés-do-chão, inclusivé) – Sim -----

-----Número de pisos abaixo do solo - Número de pisos abaixo da cota da soleira, apenas com funções residenciais ou comerciais (excluindo-se, portanto, caves e garagens) – Sim -----

-----Número de alojamentos residenciais - Número de alojamentos de uso habitacional – Sim-----

----- Número de alojamentos comerciais - Número de alojamentos utilizados para por unidades de comércio ou equipamentos – Sim -----

----- Número total de alojamentos - Soma dos dois campos anteriores – Sim -----

----- Estado de conservação do edifício - Caracterização do estado de conservação do edifício, segundo três categorias (Bom, Razoável e Mau) – Sim -----

----- Observações - Outros dados que permitam melhor caracterizar, identificar ou localizar o edifício – Não-----

----- Cinco - Base de Dados SIG: -----

----- Base de dados de informação geográfica sobre os temas: cadastro urbano, cadastro urbanístico, cadastro rústico e cadastro estatístico. -----

----- Seis - Oeirasdigital: -----

----- Aplicação de mapas dinâmicos para Internet (webmapping) com diversas funcionalidades espaciais que abarca os seguintes temas: -----

----- Roteiro de Oeiras – informação do cadastro urbano e de comércio e serviços;-----

----- Usos de Solo (PDM) – informação do Cadastro Rústico e do PDM -----

----- Demografia e Habitação – informação estatística dos Censos mil novecentos e noventa e um georefenciada à subsecção estatística,” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**99 – ALTERAÇÃO DA DATA DO ACTO PÚBLICO DA ABERTURA DOS INVÓLUCROS,
REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DO SERVIÇO DE
VIGILÂNCIA/SEGURANÇA DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS: -----**

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

-----“Por despacho do Senhor Vice-Presidente, proferido em vinte e dois de Dezembro de dois mil, por motivo de licença para férias da maioria dos membros do júri designado, foi alterada, para o dia quatro de Janeiro de dois mil e um, a data do acto público do Concurso Público Internacional para Prestação do Serviço de Segurança/Vigilância dos diversos edifícios municipais que iria realizar-se no dia vinte e oito de Dezembro de dois mil. -----

-----Os concorrentes foram, entretanto avisados por telefone e fax, da alteração da data. --

-----Assim proponho:-----

-----Um – A ratificação do citado despacho. -----

-----Dois – A aprovação em minuta desta parte da acta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**100 – Pº. 217-DIM/DEIP/00 – REMODELAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA
MANUEL DA SILVA MOREIRA RATO, EM PAÇO DE ARCOS – APROVAÇÃO E
LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 05.03.03.01:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por doze milhões duzentos e cinquenta mil novecentos e setenta escudos, à firma Pinto & Bentes, Limitada, com prazo de execução de sessenta dias.-----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de doze milhões duzentos e cinquenta mil novecentos e setenta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de doze milhões oitocentos e sessenta e três mil quinhentos e dezanove escudos, o qual inclui a importância de seiscentos e doze mil quinhentos e quarenta e nove escudos de IVA, à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Pinto & Bentes, Limitada; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**101 – REMODELAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AV^a. DO CONSELHO DA EUROPA –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
05.03.03.01: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por dez milhões setecentos e cinquenta e três mil e seiscentos escudos, à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de quarenta e cinco dias. -----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de oito milhões duzentos e trinta e oito mil quatrocentos e quarenta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de oito milhões seiscentos e cinquenta mil trezentos e sessenta e dois escudos, o qual inclui a importância de quatrocentos e onze mil novecentos e vinte e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta”. ----- \

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

102 – Pº. 240-DIM/DEIP/00 – ESCOLAS – ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.03.19:-----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quatro milhões novecentos e trinta e cinco mil cento e cinquenta e cinco escudos, à firma Saninstel – Instalações Eléctricas e Informática, Limitada, com o prazo de execução de trinta dias.-----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões oitocentos e noventa e dois mil e seiscentos escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.---

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões trinta e sete mil duzentos e trinta escudos, o qual inclui a importância de cento e quarenta e quatro mil seiscentos e trinta escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Saninstel – Instalações Eléctricas e Informática, Limitada;-----

----- - Aprovação desta proposta em minuta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

103 – CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA A LOCAÇÃO DE OITO VIATURAS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Tendo em vista a locação de oito viaturas para recolha de resíduos sólidos urbanos, consultaram-se dez firmas, das quais apenas responderam duas, que apresentaram as seguintes propostas: -----

-----Levap Ambiente – Sociedade de Equipamentos Ecológicos e Ambientais, Limitada, proposta no montante de cinco milhões setecentos e noventa e oito mil oitocentos e vinte escudos por mês, acrescido do IVA; -----

-----Ecoambiente - Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, Limitada, proposta no montante de cinco milhões e trezentos mil escudos por mês, acrescido do IVA. -----

-----Da análise das propostas apresentadas, cujo relatório se junta, conclui-se que a proposta economicamente mais vantajosa para este Município é a da firma Levap Ambiente, Limitada, tendo em atenção os pressupostos nele citados. -----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

-----A adjudicação da locação de oito viaturas para recolha de resíduos sólidos urbanos, por um período de quatro meses – Janeiro a Abril de dois mil e um – à firma Levap Ambiente – Sociedade de Equipamentos Ecológicos e Ambientais, Limitada, pelo valor global mensal de cinco milhões setecentos e noventa e oito mil oitocentos e vinte escudos, perfazendo o valor total de vinte e três milhões cento e noventa e cinco mil duzentos e oitenta escudos, ambos os valores acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.-----

-----A dispensa de realização da audiência prévia, ao abrigo do artigo centésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo, dada a urgência na resolução deste

processo, pois o serviço será para começar no dia um de Janeiro de dois mil e um. -----

----- - A aprovação desta parte da acta em minuta".-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

104 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A AGENTES JUVENIS LOCAIS – CP 03.02.13.01.:-----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -
----- “De acordo com antecedentes focados na Informação número duzentos e oitenta e quatro, de dois mil, do Gabinete de Apoio à Juventude, que se junta, mediante a apresentação de Relatórios de Actividades efectuadas em mil novecentos e noventa e nove, do Plano de Actividades para dois mil, com base na participação activa na Comissão Municipal de Juventude e no projecto Oeiras Jovem Terra e no âmbito do apoio da Autarquia aos agentes juvenis locais, serve a presente proposta para submeter à aprovação do Executivo a atribuição dos seguintes subsídios: -----

----- A importância de duzentos e oitenta mil escudos a: -----
----- - Associação de Estudantes da Universidade Atlântica -----
----- A importância de duzentos mil escudos a cada um dos seguintes Organismos:-----
----- Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português - Agrupamento número mil cento e vinte e seis de Porto Salvo -----
----- Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português - Agrupamento número quarenta e cinco de Caxias -----
----- Centro Social e Paroquial de Barcarena, para actividades propostas e realizadas pelo Centro Jovem de Queluz de Baixo -----
----- Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português - Núcleo da Barra -----
----- A importância de cento e oitenta mil escudos a cada um dos seguintes Organismos:
----- Primeira Companhia de Guias de Oeiras -----
----- Segunda Companhia de Guias de Oeiras -----
----- Movimento Juventude Nova -----
----- A importância de cento e trinta mil escudos a cada um dos seguintes Organismos:----

----- - Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português - Agrupamento número duzentos e noventa e sete de Algés -----

----- - Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português - Agrupamento número setenta e sete da Cruz Quebrada-----

----- - Liga do Mar – Mar Azul-----

----- - A importância de cento e vinte mil escudos a: -----

----- - Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português - Agrupamento Marítimo número setecentos e noventa e sete de Nova Oeiras-----

----- - A importância de cem mil escudos a cada um dos seguintes Organismos: -----

----- - Associação de Estudantes da Faculdade de Motricidade Humana-----

----- - Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português - Agrupamento número quatrocentos e sete de Oeiras -----

----- - Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português - Agrupamento número seiscentos e vinte e seis de Linda-a-Velha -----

----- - Associação Juvenil Olho Vivo – Núcleo de Oeiras -----

----- - Associação Oeiras cem por cento -----

----- - Intercultura – Núcleo de Oeiras -----

----- - Pró-Histórica Associação-----

----- A importância de oitenta mil escudos a cada um dos seguintes Organismos: -----

----- - ACM – Associação Cristã de Mocidade – Acção Sócio-Cultural-----

----- - Clube Argos -----

----- - Guias e Escuteiros da Europa – Grupo de Santo António de Tercena-----

----- A importância de cinquenta mil escudos a cada um dos seguintes Organismos: -----

----- - Associação de Estudantes da Escola Secundária Camilo Castelo Branco/ Carnaxide

----- - Associação de Estudantes da Escola Secundária da Quinta do Marquês -----



----- Associação de Estudantes da Escola Secundária de Linda-a-Velha-----

-----Os subsídios propostos totalizam três milhões duzentos e vinte mil escudos.-----

-----A verba está prevista no Plano de Actividades de dois mil conforme discriminação em epígrafe. -----

-----Mais se propõe a sua aprovação em minuta”.-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

105 – 8^a. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2000 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E MOAF – SMAS:

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“Considerando que :-----

-----Um - Na Demonstração de Resultados e MOAF -----

-----houve necessidade de Reforçar as seguintes contas:-----

-----“seiscentos e dezasseis– Materiais “ –três mil contos;-----

-----“sessenta e dois – Fornecimentos e Serviços Externos” – quarenta mil contos -----

-----“seiscentos e quarenta e cinco – Encargos sobre Remunerações” – trezentos contos ;

-----“seiscentos e oitenta e oito – Outros Custos e Perdas Financeiras” – quinhentos contos ;-----

-----por contrapartida das contas : -----

-----“seiscentos e quarenta e um – Remunerações Membros do Conselho de Administração.” – (menos) oitocentos contos ;-----

-----“sessenta e sete – Provisões do Exercício” – (menos) três mil contos ;-----

-----“sessenta e nove – Custos Extraordinários” - (menos) trinta e nove mil e quinhentos contos-----

-----que não se prevê despeser até ao final do ano, e: -----

-----“oitenta e oito – resultados líquidos” – (menos) quinhentos contos de decréscimo até ao final do ano.-----

-----O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de vinte e sete de Dezembro de dois mil, deliberou aprovar a Oitava Alteração Orçamental de dois mil constante dos respectivos mapas em anexo. -----

----- Face ao exposto propõe-se : -----
----- Um - A ratificação da aprovação da referida Alteração; -----
----- Dois - A aprovação da presente proposta em minuta”;-----
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----
----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta
Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco
mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três,
com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e
dois, de dezanove de Agosto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

106 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALFORNELOS – TRABALHOS A MAIS – SMAS: -----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e sete de Dezembro de dois mil, deliberou aprovar os trabalhos supracitados à empresa António Filipe Teodósio e Companhia Limitada, no valor de cinco milhões seiscentos e trinta mil e setecentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----Face ao exposto proponho: -----

-----Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, da aprovação de trabalhos a mais da Empreitada de Construção Civil de Substituição das Redes de Abastecimento de Água em Alforneiros, à empresa António Filipe Teodósio e Companhia, Limitada, no valor de cinco milhões seiscentos e trinta mil e setecentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

-----Dois - A celebração de contrato escrito; -----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**107 – Pº. 331-DIM/DEIP/00 – INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME ANTI-INTRUSÃO
NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS Nº.1 DE BARCARENA E Nº.2 DE LINDA-A-VELHA –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO PRIMEIRO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
01.05.05: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por dois milhões trezentos e cinquenta e cinco mil cento e sessenta escudos, à empresa Vigilarme – Sistemas de Segurança, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de trinta dias.-----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões trezentos e cinquenta e cinco mil cento e sessenta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões quatrocentos e setenta e dois mil novecentos e dezoito escudos, o qual inclui a importância de cento e dezassete mil setecentos e cinquenta e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Vigilarme – Sistemas de Segurança, Sociedade Anónima ;-----

----- - Aprovação desta proposta em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**108 – Pº. 241-DIM/DEIP/00 – ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA NOS MERCADOS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
11.05.03.09:0 -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quatro milhões quatrocentos e setenta e seis mil novecentos e sessenta e dois escudos, à firma C.M.S. – Instalações Eléctricas, Limitada, com o prazo de execução de trinta dias.-----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões quatrocentos e setenta e seis mil novecentos e sessenta e dois escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões setecentos mil oitocentos e dez escudos, o qual inclui a importância de duzentos e vinte e três mil oitocentos e quarenta e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma C.M.S. – Instalações Eléctricas, Limitada;-----

----- Aprovação desta proposta em minuta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**109 – Pº. 90-DIM/DSA/00 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ESTRADA DE PAÇO DE ARCOS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
05.03.03.01:** -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por dezasseis milhões quinhentos e oitenta e cinco mil cento e setenta e seis escudos, à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de sessenta dias. -----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dezasseis milhões quinhentos e oitenta e cinco mil cento e setenta e seis escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dezassete milhões quatrocentos e catorze mil quatrocentos e trinta e cinco escudos, o qual inclui a importância de oitocentos e vinte e nove mil duzentos e cinquenta e nove escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o seguinte pagamento à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima; - -----

----- Aprovação desta proposta em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

110 – Pº. 305-DIM/DEIP/00 – ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA AS ESCOLAS PRIMÁRIAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS
– CP 11.05.03.19: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quatro milhões novecentos e oito mil oitocentos e setenta e cinco escudos, à firma Saninstel – Instalações Eléctricas e Informática, Limitada, com o prazo de execução de trinta dias.-----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões sessenta e nove mil e oitocentos escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões duzentos e vinte e três mil duzentos e noventa escudos , o qual inclui a importância de cento e cinquenta e três mil quatrocentos e noventa escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Saninstel – Instalações Eléctricas e Informática, Limitada; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

111 – Pº. 226-DIM/DEIP/00 – ALARME ANTI-INTRUSÃO NAS ESCOLAS DE TERCENA, QUELUZ DE BAIXO, OEIRAS Nº. 4 E VALEJAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 01.05.05.05.:-----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quatro milhões seiscentos e sessenta e três mil duzentos e quarenta e cinco escudos, à empresa Vigilarme – Sistemas de Segurança, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de trinta dias.-----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões seiscentos e sessenta e três mil duzentos e quarenta e cinco escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões oitocentos e noventa e seis mil quatrocentos e sete escudos, o qual inclui a importância de duzentos e trinta e três mil cento e sessenta e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Vigilarme – Sistemas de Segurança, Sociedade Anónima; - -----

----- Aprovação desta proposta em minuta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

**112 – Pº. 262-DIM/DEIP/00 – SISTEMAS DE ALARME ANTI-INTRUSÃO EM DIVERSAS ESCOLAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:
CP 01.05.05.05.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quatro milhões seiscentos e setenta e um mil oitocentos e sessenta escudos, à empresa Vigilarme – Sistemas de Segurança, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de trinta dias.-----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões seiscentos e setenta e um mil oitocentos e sessenta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões novecentos e cinco mil quatrocentos e cinquenta e três escudos, o qual inclui a importância de duzentos e trinta e três mil quinhentos e noventa e três escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Vigilarme – Sistemas de Segurança, Sociedade Anónima; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

113 – Pº. 149-DIM/DSA/00 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA DA FONTE, EM LECEIA –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
05.03.03.01: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por dez milhões cento e noventa e três mil e seiscentos escudos, à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de quarenta e cinco dias. -----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dez milhões cento e noventa e três mil e seiscentos escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dez milhões setecentos e três mil duzentos e oitenta escudos, o qual inclui a importância de quinhentos e nove mil seiscentos e oitenta escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; - -----

----- Aprovação desta proposta em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

114 – Pº. 297-DIM/DEIP/00 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM CARNAXIDE – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 05.03.03.01:-----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quatro milhões quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta e seis escudos, à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de trinta dias. -----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta e seis escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões duzentos e quarenta e sete mil duzentos e quatro escudos, o qual inclui a importância de duzentos e dois mil duzentos e quarenta e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

115 – Pº. 198-DIM/DEIP/00 – SISTEMA DE AR CONDICIONADO NO EDIFÍCIO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.07.09: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por catorze milhões oitocentos e setenta e cinco mil escudos, à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de sessenta dias.-----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de catorze milhões oitocentos e setenta e cinco mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quinze milhões seiscentos e dezoito mil setecentos e cinquenta escudos, o qual inclui a importância de setecentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima;-----

----- Aprovação desta proposta em minuta”.-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

116 – Pº. 276-DIM/DEIP/00 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA ROTUNDA DA TAPADA DO MOCHO – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 05.03.03.01: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quatro milhões duzentos e cinquenta mil e vinte e quatro escudos, à empresa M.B. – Pereira da Costa, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de trinta dias. -----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões duzentos e cinquenta mil e vinte e quatro escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões quatrocentos e sessenta e dois mil quinhentos e vinte e cinco escudos, o qual inclui a importância de duzentos e doze mil quinhentos e um escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa M.B. – Pereira da Costa, Sociedade Anónima. -----

----- Aprovação desta proposta em minuta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

117 – Pº. 135-DIM/DSA/00 – ARRANJOS EXTERIORES DE ILUMINAÇÃO NO JARDIM DO PALÁCIO ANJOS, EM ALGÉS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.03.18: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por vinte e quatro milhões quinhentos e trinta e cinco mil cento e setenta escudos, à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de sessenta dias. --

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de vinte e quatro milhões quinhentos e trinta e cinco mil cento e setenta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e cinco milhões setecentos e sessenta e um mil novecentos e vinte e nove escudos, o qual inclui a importância de um milhão duzentos e vinte e seis mil setecentos e cinquenta e nove escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima.-----

----- Aprovação desta proposta em minuta”.-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

118 – Pº. 157-DIM/DSA/00 – REMODELAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA D. MANUEL I E CIRCUNDANTES, EM LECEIA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 05.03.03.01: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por dez milhões novecentos e quarenta e quatro mil escudos, à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, com o prazo de execução de quarenta e cinco dias. -----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dez milhões novecentos e quarenta e quatro mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de onze milhões quatrocentos e noventa e um mil e duzentos escudos, o qual inclui a importância de quinhentos e quarenta e sete mil e duzentos escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima.-----

----- Aprovação desta proposta em minuta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000-----

119 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

-----Às vinte horas e trinta e cinco minutos o Senhor Presidente declarou interrompida a reunião, para dar lugar à inscrição do público, a qual foi reiniciada às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, tendo usado da palavra os seguintes munícipes: -----

-----Primeiro – Isabel Henriques Baptista, moradora na Italcalde – junto ao Forte das Maias, praia de Santo Amaro de Oeiras, em Oeiras, a qual veio à Câmara pedir ajuda pois o acesso para a sua casa nunca é limpo, respondendo o **Senhor Presidente** que esta questão é da jurisdição do Porto de Lisboa e não da CMO, perguntando a munícipe porque motivo é que durante o verão vê lá crianças e jovens a limpar a zona, respondendo o **Senhor Presidente** que são jovens que estão inscritos no programa de ocupação de tempos livres, razão pela qual no verão a zona está limpa, mas no inverno não é da responsabilidade da Câmara, sendo esta uma situação um pouco complicada, mas de qualquer das formas vai pedir aos serviços para irem fazer uma limpeza ao local, de maneira a amenizar um pouco a situação. -----

-----Em segundo lugar, gostaria de colocar uma outra questão, ou seja, para atravessar não existe ali nenhuma passagem, tendo que fazer corta-mato por Paço de Arcos até ao INATEL, não existindo também qualquer tipo de sinalização apesar de existirem dois túneis um deles dá acesso à praia, mas se a maré está cheia não pode passar, ao que o **Senhor Presidente** inquiriu se a casa é da munícipe, ao que esta retorquiu que a comprou à Gestão Financeira, tendo o **Senhor Presidente** respondido que a casa nunca devia ter sido vendida e a munícipe nunca a devia ter comprado, pois os terrenos onde a casa está localizada pertencem ao domínio público marítimo, não tendo a CMO qualquer tipo de solução, ao que o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** no uso da palavra referiu que, o túnel em frente à praia de Santo Amaro tem problemas cílicos, pois apesar de ter uma bomba para bombeiar a água e não inundar, o que se passa é que entre bastante areia para o sistema e avaria-o constantemente, tendo já sido pedido uma empresa um

estudo sobre este problema, por forma a ser encontrada uma outra solução, ao que o **Senhor Vereador Lopes Neno**, no uso da palavra, referiu que se lembra da munícipe ter estado numa reunião pública, no mandato passado, tendo feito uma exposição à Câmara a pedir a resolução desta situação, e na altura foi-lhe dito que este assunto não era da competência da Câmara, mas uma vez que possuía as mesmas competências delegadas que possui agora, escreveu à JAE para equacionar a hipótese de colocar no local uma passadeira com um semáforo comandado por botoneira, tendo transmitido à munícipe qual a resposta obtida; de qualquer das formas o que pode é voltar a reformular o pedido à JAE, pois esta é uma competência deles e a Câmara não pode fazer nada sem ser insistir junto da JAE para resolver a questão. -----

----- Segundo – Maria José de Brito Pereira Vaz, moradora no Largo Nuno Gonçalves, número dez, rés-do-chão esquerdo, na Quinta da Politeira, em Leceia, que veio à Câmara pedir uma solução para o ser caso, pois foi realojada em catorze de Junho de mil novecentos e noventa e sete, mas depois teve conhecimento que já não ia ser realojada, tendo ido ao Departamento de Habitação para saber os motivos da desistência, e tal deveu-se a um falso baixo-assinado feito numa barraca no Alto de Santa Catarina, número quatrocentos e cinquenta, a qual era uma taberna onde estavam pessoas que a conheciam e que ouviram que a munícipe não ia ser realojada e a avisaram, razão pela qual foi falar com a Doutora Odete que lhe respondeu que esta questão não era importante porque a munícipe ia ser realojada na mesma, mas quando chegou efectivamente a altura de ser realojada a Doutora Carla disse-lhe que só tinham um T Dois, ao que a munícipe aceitou devido aos problemas que estava a ter no Alto de Santa Catarina, mas avisou que a sua filha de dezoito anos estava para ter bébé, ao que a Doutora Carla disse que quando o bébé nascesse a munícipe ia ao Departamento de Habitação para que lhe resolvessem a sua situação, mas a verdade é que eram cinco pessoas, depois teve um filho e a sua filha também teve dois filhos, ou seja, ficaram oito pessoas num T Dois e o Departamento de Habitação nem sequer aceita os netos como fazendo parte do seu agregado familiar, ao que o **Senhor Vereador**



David Justino respondeu que o ajustamento tipológico ainda não foi feito, provavelmente, porque não há casas disponíveis no bairro onde a munícipe está actualmente a viver, mas apesar disto o problema é que a filha da munícipe já teve dois filhos, ou seja, foi constituído um novo agregado familiar, razão pela qual, eles os três não contam para o referido reajustamento tipológico, mas de qualquer das formas, existem T Quatro no Bairro de Talaíde, ao que o munícipe respondeu que não quer ir para tão longe, até porque gosta do Bairro da Politeira e já está integrada nele, bem como os seus filhos, que já andam na escola, e os seus netos e filho mais novo que estão na creche do bairro, o qual é bastante calmo, ao que o **Senhor Vereador David Justino** respondeu que na Politeira não há T Quatro, pelo menos para agora, mas de qualquer das formas vai analisar a questão e depois o Departamento de Habitação informará a munícipe. - -----

-----Terceiro – Pedro Miguel Nunes, morador na Rua Comissão de Moradores, número nove, terceiro direito, na Ribeira da Lage, em Oeiras, o qual veio à Câmara pedir ajuda, pois viveu vinte e seis anos na Pedreira dos Húngaros, foi realojado na Ribeira da Lage já há três anos, mas o problema é que derivado à sua situação de emprego anterior e à da sua mulher, este bairro não é o mais indicado, tendo inclusivé que desistir do emprego, fazendo biscoates actualmente; as suas filhas passam muitas horas sozinhas, a sua esposa também não trabalha porque os transportes não permitem uma deslocação eficaz até aos centros urbanos, de forma que, gostaria de poder ser realojado num bairro mais acessível, onde podessem ter melhores condições para se deslocar para o seu emprego anterior, bem como a sua mulher, e num sítio mais seguro para as suas filhas, por forma a não passarem tanto tempo isolados, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que a política desta Câmara vai de encontro ao que o munícipe em questão pediu, ou seja, sempre que possível tenta realojar as pessoas perto dos empregos, das escolas e das famílias o que, infelizmente, nem sempre isto é possível; mas de qualquer das formas estão casas em construção no Alto dos Barronhos, portanto, talvez durante o próximo ano

haja uma solução para o seu caso.-----

----- Quarto – Julieta da Cunha Sousa, moradora na Rua Quinta do Sales, número cinco, terceiro direito, na Encosta da Portela,, em Carnaxide, que veio à Câmara pedir ajuda, pois fez a aquisição da sua casa em vinte e três de Outubro, de mil novecentos e noventa e seis, na Outurela, mas tal como o Senhor Presidente sabe, não se pode fazer a escritura da mesma, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que às famílias que moram neste local foi-lhe dito que comprassem casa noutro local, ao que a munícipe respondeu que, uma habitação noutro local vai-lhe custar o dobro ou mais, com a mesma tipologia, pois a sua casa custou seis mil e seiscentos contos e como o crédito à habitação não lhe foi concedido, teve que pedir um crédito pessoal, com um juro mais elevado, para poder pagar a casa actual, de forma que o que pede é que deixe de pagar renda até fazer a escritura da casa, pois estar a pagar renda e estar a pagar ao banco o empréstimo é uma sobrecarga de cento e quarenta contos por mês, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que a munícipe entrega oitenta por cento do valor da casa e automaticamente deixa de pagar renda. Para tal deverá escrever uma carta dirigida a si onde diz que vai pagar oitenta por cento do valor da casa; anexa-se a carta ao contrato-promessa de compra e venda e na altura da escritura paga o resto. -----

O Presidente,



-----**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2000**-----

120 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

-----Às vinte e uma horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada definitivamente a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão Administrativa.-----

O Presidente,

A Chefe da Divisão de Administrativa,